



EDITAL Nº 90010/2026

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90010/2026 - SEMA/PMT
PROCESSO ELETRÔNICO SEI Nº 00046.008813/2025-55
TÉCNICA E PREÇO**

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERESINA - PI, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO - SEMPLAN.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO PROJETO DE TRABALHO SOCIAL (PTS) JUNTO AOS BENEFICIÁRIOS DO EMPREENDIMENTO HABITACIONAL RESIDENCIAL SANTA TERESA, NO ÂMBITO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 598.400,00 (QUINHENTOS E NOVENTA E OITO MIL E QUATROCENTOS REAIS)

DATA DE ABERTURA: ÀS 09H, DO DIA **20/07/2026**.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: TÉCNICA e PREÇO.

MODO DE DISPUTA: FECHADO.

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: NÃO.

INVERSÃO DE FASES: NÃO.

REGISTRO DE PREÇOS: NÃO.

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90010/2026 - SEMA/PMT
PROCESSO ELETRÔNICO SEI Nº 00046.008813/2025-55
TÉCNICA E PREÇO**

O Município de Teresina - PI, por meio da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos - SEMA, através da Supervisão de Processamento de Contratações Públicas-SUPE-PCP-SEMA, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade Concorrência, na Forma Eletrônica, do tipo **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL** em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, e as demais exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

Sistema eletrônico de compras: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

Cadastro eletrônico de fornecedores: SICAF

PARTE GERAL
CONDIÇÕES GERAIS DA LICITAÇÃO

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, conforme as informações constantes da **Parte Específica** deste Edital, que indicará o sistema eletrônico e cadastro eletrônico de fornecedores utilizados no certame, além de data e horário.

1.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço eletrônico anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do agente de contratação em contrário.

2. DO OBJETO

2.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação do serviço descrito na **Parte Específica** deste Edital, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência.

2.1.1. A **Parte Específica** deste Edital indicará se a prestação do serviço ocorrerá de forma continuada ou não.

2.2. A **Parte Específica** deste Edital definirá a forma de adjudicação do objeto, que poderá ser global ou dividida por itens ou lotes/grupos de itens.

2.3. Na **Parte Específica** deste Edital e no Anexo I - Termo de Referência - constam o preço total da contratação, os preços unitários e globais estimados em relação a cada item ou os respectivos preços máximos aceitáveis, ressalvada a opção pelo caráter sigiloso dos valores.

2.4. A **Parte Específica** deste Edital definirá o regime de execução aplicável ao futuro contrato decorrente deste certame.

2.5. Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no site do sistema eletrônico utilizado no certame e as especificações técnicas constantes deste Edital e anexos, estas sempre prevalecerão.

2.6. A **Parte Específica** deste Edital irá definir se o presente certame irá adotar o Sistema de Registro de Preços e, caso positivo, **a formação do cadastro de reserva ocorrerá na forma a seguir detalhada:**

2.6.1. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do adjudicatário na sequência da classificação da licitação e inclusão daqueles que mantiverem sua proposta original.

2.6.2. O registro a que se refere o subitem 2.6.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo licitante vencedor, caso este não assine a ata ou quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto Municipal nº 25.627, de 1º de fevereiro de 2024;

2.6.3. Se houver mais de um licitante na situação de que trata o item 2.6.1, serão ordenados conforme o critério combinado de valor de que trata o dispositivo e a classificação apresentada durante a fase competitiva.

2.6.4. A ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações.

2.6.5. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

2.6.5.1 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

2.6.5.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

2.7. Caso seja adotado o Sistema de Registro de Preços, a Ata de Registro de Preços que vier anexa ao Edital irá dispor sobre:

2.7.1. órgãos gerenciador e participantes;

2.7.2. adesões;

2.7.3. preços registrados e respectivos reajustes;

2.7.4. vigência.

3. DAS CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar desta Concorrência os interessados previamente credenciados no cadastro de fornecedores e no sistema de compras indicados na **Parte Específica** deste Edital.

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastro de fornecedores dentro do prazo previsto no edital para apresentação de propostas.

3.2. Caso tenha previsão no Anexo I - Termo de Referência - será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006 e suas alterações.

3.2.1. A **Parte Específica** deste Edital irá definir se a participação no certame será ampla, restrita ou com cotas reservadas a microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas.

3.2.2. A obtenção do benefício a que se refere o subitem anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.2.3. Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites acima estabelecidos (art. 4º, §3º, da Lei nº 14.133/2021).

3.2.4. As referidas entidades deverão declarar-se como tal no início da sessão pública da Concorrência Eletrônica, sendo que a ausência de manifestação sobre o enquadramento, quando solicitado pelo sistema, implicará no decaimento do direito de reclamar, posteriormente, essa condição, no intuito de usufruir dos benefícios estabelecidos na legislação supracitada.

3.2.5. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da

documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa §1, art.43, da Lei Complementar 147/2014.

3.2.6. A **Parte Específica** do Edital definirá a possibilidade de subcontratação de microempresas e empresas de pequeno porte, quando o objeto for a contratação de obras e serviços, nos termos da Lei Complementar 147/2014.

3.3. Caso a **Parte Específica** deste Edital permita a **participação de empresas em consórcio**, deverão ser observadas as seguintes normas:

3.3.1. Deverá ser comprovada a existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, após declaração do vencedor, com indicação da empresa-líder que será representante das consorciadas perante a Administração.

3.3.2. A habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

3.3.3. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o edital exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, poderá haver um acréscimo de 10% a 30% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais, conforme definido na **Parte Específica** deste Edital.

3.3.4. As empresas consorciadas não poderão participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou isoladamente;

3.3.5. As empresas consorciadas serão solidariamente responsáveis pelas obrigações do consórcio nas fases de licitação e durante a vigência do contrato;

3.3.6. Antes da celebração do contrato, deverá ser promovida a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no subitem 3.3.1.

3.4. Não poderão participar desta licitação:

3.4.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu (s) anexo (s);

3.4.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo ou termo de referência, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.4.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo ou termo de referência, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.4.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.4.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.4.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.4.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.4.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.4.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.4.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.4.11. Empresas e empresários cujas falências tenham sido declaradas, bem como as que se encontrem sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

3.5. O impedimento de que trata o item 3.4.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.6. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.4.2 e 3.4.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.7. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.8. O disposto nos itens 3.4.2 e 3.4.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico/termo de referência e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.9. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.10. A vedação de que trata o item 3.4.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.11. A **Parte Específica** definirá a permissão de participação de cooperativas no certame.

4. DO ENVIO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. A **Parte Específica** deste Edital estabelecerá se a fase habilitação sucederá ou antecederá as fases de apresentação de propostas técnicas e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a propostas de técnica e as propostas de preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas técnicas e de preços, os licitantes encaminharão, conforme o item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta de técnica e a proposta de preço, observado o disposto nos itens 8.2 e 8.9.1 deste Edital.

4.3.1. Na hipótese acima, não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de que trata o Capítulo 6 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta técnica e da proposta de preço, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4. ou 4.6. sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e neste Edital.

4.7.1. Nos casos de declaração falsa, o licitante estará sujeito à tipificação de falsidade ideológica, previsto no art.299 do Código Penal, nos crimes previstos nos arts. 337-F e 377-I do Capítulo II-B, do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal), e no art.5º da Lei Federal 13.846/2013, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas no presente edital.

4.8. Caso o sistema de compras utilizado no certame não possua as funcionalidades respectivas, as declarações indicadas nos itens 4.4.1 a 4.4.4 deverão ser encaminhadas juntamente com os documentos de habilitação.

4.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas de técnica e as propostas de preço ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de julgamento.

4.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio das mesmas.

4.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.13. Caberá ao licitante interessado em participar de a licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.14. A **Parte Específica** deste Edital irá definir eventual exigência de **garantia de proposta como requisito de pré-habilitação**.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta técnica mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos campos indicados na **Parte Específica** deste Edital, devendo conter as informações similares à especificação do Termo de Referência.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, na proposta inicial, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta será estabelecido na **Parte Específica** deste Edital.

5.9. Com a apresentação da proposta, o licitante declara estar ciente de que, nos termos do Decreto Municipal nº 24.387, de 21 de junho de 2023, deverá reservar no mínimo 5% (cinco por cento) da mão de obra formada por pessoas oriundas ou egressas do sistema prisional.

5.10. Será adotado o **modo de disputa fechado**, em que os licitantes apresentarão propostas que permanecerão em sigilo até o início da sessão pública, sendo vedada a apresentação de lances.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital, conforme o critério de julgamento indicado na **Parte Específica**.

6.1.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.1.2. Iniciada a sessão pública, o Agente de Contratação/Comissão deverá informar no sistema o prazo para a atribuição de notas à proposta de técnica e de preço, e a data e o horário para manifestação da intenção de recorrer do resultado do julgamento, nos termos do item 9.3 deste Edital.

6.1.2.1. Eventual postergação do prazo a que se refere o item 6.2 deve ser comunicada tempestivamente pelo Agente de Contratação/Comissão, via sistema.

6.1.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

6.1.4. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.1.5. O Agente de Contratação/Comissão verificará as condições de participação no certame de todos os licitantes, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.10 do

edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.5.1 SICAF;

6.1.5.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>).

6.1.6. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

6.1.6.1 A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

6.1.7. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.1.7.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.1.7.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.1.7.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.1.8. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.1.9. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

6.1.9.1 Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

6.1.10. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação/Comissão realizará, em conjunto com a banca designada, a verificação da conformidade das propostas.

6.1.11. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

6.1.12. Os acordos, dissídios ou convenções coletivas indicado (s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado, obedecidos os custos mínimos relevantes fixados pela Administração.

6.1.13. Serão desclassificadas as propostas que:

6.1.13.1 contiverem vícios insanáveis;

6.1.13.2 não obedecerem às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.1.13.3 apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.1.13.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.1.13.5 apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Será verificado se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.4 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS);

7.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNIA) do Conselho Nacional de Justiça - CNJ.

7.1.4. Lista de Inidôneos do Tribunal de Contas da União (TCU).

7.1.5. Cadastro de Impedidos de Contratar com o Serviço Público - TCE-PI.

7.1.6. Cadastro eletrônico de fornecedores indicado no item 1.1 da Parte Específica deste Edital.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5.1.1. Na avaliação de conformidade das propostas de técnica e de preço deverão ser indicadas as razões de eventuais desclassificações.

7.5.1.2. A análise e avaliação da conformidade das propostas será iniciada pelo exame de conformidade das propostas de técnica, observadas as regras e as condições previstas **no Anexo I deste edital**.

7.5.1.3. A análise dos quesitos de natureza qualitativa será realizada pela banca designada.

7.5.1.4. No julgamento das propostas técnicas, será atribuída ao licitante uma Nota da Proposta Técnica (NT), de acordo com o seguinte parâmetro matemático citado no item 7.5.1.13 deste edital.

7.5.1.5. Concluída a avaliação e ponderação das propostas técnicas o Agente de Contratação/Comissão realizará a verificação da conformidade das propostas de preço.

7.5.1.6. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.5.1.7. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

7.5.1.7.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.5.1.7.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.5.1.8. Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.5.1.8.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, contratação semi-integrada ou contratação integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.5.1.8.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

7.5.1.8.3. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexecuíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.5.1.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.5.1.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.5.1.10.1. Em se tratando de obras e serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.5.1.10.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

7.5.1.10.3. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade.

7.5.1.10.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.5.1.10.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.5.1.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.5.1.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.5.1.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.5.1.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.5.1.13. Será atribuída ao licitante uma Nota da Proposta de Preço (NP), de acordo com o seguinte parâmetro matemático:

$$NP = 100 \times (X1 / X2)$$

NP - Nota da proposta de preço do licitante;

X1 - Menor valor global proposto entre os licitantes classificados; e

X2 - Valor global proposto pelo licitante classificado.

7.5.1.14. Após análise das propostas de técnica e de preço, será estabelecida a pontuação final dos licitantes, de acordo com a média ponderada das valorações de acordo com a seguinte fórmula[\[A5\]](#) :

$$NF = (70 * NT + 30 * NP)/100$$

onde:

NF = Nota Final;

NT = Nota da Proposta Técnica;

NP = Nota da Proposta de Preços.

7.5.1.15. Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 6.2 e 6.2.1, o sistema ordenará e divulgará as notas ponderadas das propostas de técnica e de preço em ordem decrescente, considerando a maior pontuação obtida, bem como informará as notas de cada proposta por licitante.

7.5.1.16. Será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.5.1.16.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

7.5.1.16.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

7.5.1.17. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de análise das propostas de técnica e de preço, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com a Nota Final da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.5.1.17.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência.

7.5.1.17.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.5.1.17.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da maior Nota Final serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.5.1.17.4. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em preço que corresponda a Nota Final superior à da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.5.1.17.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.5.1.17.6. No caso de equivalência das Notas Finais atribuídas às microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta para desempate.

1.17.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.5.1.18. Havendo eventual empate entre Notas Finais, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.5.1.18.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta de preço em ato contínuo à classificação;

7.5.1.18.1.1. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.5.1.18.1.2. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.5.1.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024.

7.5.1.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.5.1.18.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.5.1.18.2.2. empresas brasileiras;

7.5.1.18.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.5.1.18. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.5.1.19. Esgotados todos os demais critérios de desempate previsto em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.5.1.20. Encerrada a etapa de análise das propostas, na hipótese de a proposta de preço do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definida a melhor Nota Final entre os licitantes.

7.5.1.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.5.1.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.5.1.21. O resultado da negociação será registrado na ata da sessão pública e anexado aos autos do processo licitatório.

7.5.1.22. O Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada à negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares.

7.5.1.23. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência/Projeto Básico, sob pena de não aceitação da proposta.

7.5.1.24. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.5.1.25. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.5.1.26. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.5.1.27. Se a (s) amostra (s) apresentada (s) pelo primeiro classificado não for (em) aceita (s), o Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ofertada pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da (s) amostra (s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência/Projeto Básico.

7.5.1.28. É facultado ao Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo acima estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.5.1.29. No caso de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, o licitante deverá entregar junto com sua proposta de preços, os seguintes documentos:

7.5.1.29.1. Declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta;

7.5.1.29.2. Cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial;

7.5.1.29.3 Cópia do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante para a elaboração da planilha de custos e formação de preços que embasam o valor global ofertado; e

7.5.1.29.4. Declaração de que se responsabiliza nas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual a empresa não tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria, que daí

tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando a contratada às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, de 2021;

7.5.1.30. Na hipótese dos postos de trabalho licitados se distribuírem por território correspondente a mais de uma base sindical da categoria profissional, deverão ser informadas cada uma das normas coletivas utilizadas para o cálculo do custo individual dos postos, a partir da base territorial de cada sindicato.

7.5.1.31. O agente de contratação/comissão de contratação realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

7.5.1.32. O agente de contratação/comissão de contratação concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 2, de 7 de fevereiro de 2023.

7.5.1.33. O agente de contratação/comissão de contratação deve verificar se as previsões do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicados pela Administração estão sendo contempladas na Planilha de Custos e Formação de Preços, em especial, quando o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante for diferente da norma coletiva paradigma utilizada pela Administração.

7.5.1.34. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador, na hipótese de que o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicado pelo licitante estabelecerem valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado como paradigma.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. A habilitação da licitante poderá ser verificada por meio do Cadastro eletrônico de fornecedores indicado no item 1.1.a Parte Específica deste Edital (habilitação jurídica, técnica, regularidade fiscal, social e trabalhista, qualificação econômico-financeira).

8.1.1. Caso o cadastro eletrônico de fornecedor indicado na **Parte Específica** não contemple todos os documentos relativos a habilitação jurídica, técnica, regularidade fiscal, social e trabalhista, qualificação econômico-financeira, será concedido o prazo 02(duas) horas, contadas da convocação no chat do sistema, para envio dos documentos complementares.

8.1.1.1. O prazo previsto no item 8.1.1 poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação formal da licitante, devidamente fundamentada, apresentada por meio do chat do sistema, antes do término do prazo originalmente estabelecido.

8.1.2. A apresentação de regularidade cadastral junto ao cadastro eletrônico somente dispensa os documentos já apresentados para a sua obtenção.

8.2. Caso a **Parte Específica** deste Edital tenha estabelecido **garantia- proposta** como requisito de pré-habilitação, será verificado o recolhimento da garantia.

8.3. Quando permitida no **Termo de Referência, Anexo I**, a participação de empresas estrangeira que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia autenticada.

8.4.1. Os documentos apresentados, que forem retirados via internet, não precisarão ser autenticados, devendo sua autenticidade ser verificada posteriormente pelo agente de contratação.

8.4.2. Os documentos a serem apresentados em arquivo PDF deverão ser obtidos a partir de digitalização do arquivo original ou da respectiva cópia autenticada.

8.4.2.1. Somente haverá necessidade de comprovação de preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

8.4.2.2. Os documentos anexados eletronicamente são fiéis aos originais e válidos para todos os efeitos legais, incorrendo nas sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 em caso de declaração falsa, sem prejuízo da responsabilização civil e criminal.

8.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no cadastro eletrônico de fornecedores e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.8.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar inabilitação.

8.9. A verificação pelo agente de contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no cadastro eletrônico de fornecedores serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo definido neste Edital.

8.9.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta técnica e de preço.

8.10. A verificação no cadastro eletrônico de fornecedores ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.10.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de proposta técnica, preço e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

8.11.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.11.3. O prazo concedido para as respostas às diligências, saneamentos ou complementações realizadas aos licitantes será de 02(duas) horas.

8.11.3.1. É facultado ao agente de contratação prorrogar, por até 12(doze) horas, o prazo estabelecido no subitem 8.11.3, desde que haja solicitação devidamente fundamentada da licitante, realizada por meio do chat, antes do término do referido prazo.

8.11.3.2. A inobservância, por parte da licitante, da resposta integral a todos os questionamentos formulados na fase de diligência implicará em sua imediata inabilitação, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas na legislação vigente.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, a agente de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o agente de contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.15. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento

8.16. Para a habilitação na presente Concorrência serão exigidos do licitante os seguintes documentos:

8.16.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

b) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

c) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

d) **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial,

agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

e) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

f) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

g) **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

h) **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

i) **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

j) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva; indicar o responsável pela administração com poderes para assumir obrigações e assinar documentos em nome do licitante; apontar a sua sede; além de explicitar o objeto social, que deverá ser compatível com o objeto desta licitação, conforme a tabela da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE, do IBGE.

k) No caso de exercício de atividade sujeita a registro ou autorização para funcionamento: ato expedido pelo órgão competente, conforme disposto na **Parte Específica** deste Edital.

l) Outros documentos a serem exigidos na **Parte Específica** deste Edital, de acordo com a natureza do objeto.

8.16.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.16.2.1. **A Parte Específica e Termo de Referência, Anexo I**, discriminarão as exigências técnicas relevantes para o objeto a ser executado, no entanto, a licitante deverá apresentar também:

8.16.2.2. A comprovação da Capacidade Técnico-Operacional da licitante será realizada mediante apresentação de atestado (s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa(s) jurídicas de direito público ou privado, que comprovem a execução de Projeto de Trabalho Social – PTS com atuação direta em áreas habitacionais voltadas à população de baixa renda, contemplando, no mínimo, os eixos temáticos definidos na **Portaria MCID nº 75/2025**, abrangendo, no mínimo:

Mobilização, organização e fortalecimento social - prevê processos de informação, mobilização, organização e capacitação da população beneficiária visando promover a autonomia e o protagonismo social, bem como o fortalecimento das organizações existentes no território, a constituição e a formalização de novas representações e novos canais de participação e controle social.

Acompanhamento e gestão social da intervenção - visa promover a gestão das ações sociais necessárias para a consecução da intervenção, incluindo o acompanhamento, a negociação e interferências ocorridas ao longo da sua execução, bem como preparar e acompanhar a comunidade para compreensão desta, de modo a minimizar os aspectos negativos vivenciados pelos beneficiários e evidenciar os ganhos ocasionados ao longo do processo, contribuindo para sua implementação.

Educação ambiental e patrimonial - visa promover mudanças de atitude em relação ao meio ambiente, ao patrimônio e à vida saudável, fortalecendo a percepção crítica da população sobre os aspectos que influenciam sua qualidade de vida, além de refletir sobre os fatores sociais, políticos, culturais e econômicos que determinam sua realidade, tornando possível alcançar a sustentabilidade ambiental e social da intervenção.

Desenvolvimento socioeconômico - objetiva a articulação de políticas públicas, o apoio e a implementação de iniciativas de geração de trabalho e renda, visando à inclusão produtiva, econômica e social, de forma a promover o incremento da renda familiar e a melhoria da qualidade de vida da população, fomentando condições para um processo de desenvolvimento socioterritorial de médio e longo prazo.

Os atestados deverão conter, no mínimo, a descrição dos serviços prestados, período de execução, local, nome da contratante, e estar assinados por representante legal da instituição emitente.

8.16.2.3. Os atestados deverão comprovar a aptidão da empresa licitante na execução de projetos que tenham atendido, no mínimo, 200 (duzentas) famílias, devendo obrigatoriamente conter as seguintes informações:

a) Período de execução do contrato e aprovação dos produtos entregues, com clara indicação da avaliação positiva por parte do órgão contratante;

b) Cópia do Contrato, Convênio ou instrumento congênere que originou o serviço atestado;

c) Descrição detalhada das atividades executadas, com correspondência aos eixos e resultados previstos na **Portaria MCID nº 75/2025**;

d) Informações suficientes que possibilitem qualificar os serviços prestados e verificar a veracidade junto ao(s) órgão(s) emitente(s) do documento.

e) A validade dos documentos será de 60 (sessenta) dias, salvo se legislação específica ou o próprio documento estipular prazo diverso.

8.16.2.4. Os critérios técnicos a serem utilizados na análise das propostas e da documentação de qualificação técnica estão detalhados no Anexo I, item 2.2.1, em conformidade com os princípios da ampla competitividade, do julgamento objetivo e da seleção da proposta mais vantajosa, conforme estabelece a Lei nº 14.133/2021.

8.16.2.5. Da Capacidade Técnico-Profissional Assistente Social - Responsável Técnico da Equipe

8.16.2.6. A empresa licitante deverá comprovar que possui, em seu quadro permanente, 01 (um) Assistente Social, registrado no respectivo Conselho de Classe, designado para atuar como Responsável Técnico e Coordenador da Equipe Técnica. Este profissional deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnico-profissional emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) sua atuação em Projeto de Trabalho Social (PTS) desenvolvido em conformidade com os Eixos Temáticos das Política Nacional de Saneamento Básico (Lei nº 11.445/2007) e com as diretrizes da **Portaria MCID nº 75/2025**, abrangendo, no mínimo:

Mobilização, organização e fortalecimento social - prevê processos de informação, mobilização, organização e capacitação da população beneficiária visando promover a autonomia e o protagonismo social, bem como o fortalecimento das organizações existentes no território, a constituição e a formalização de novas representações e novos canais de participação e controle social.

Acompanhamento e gestão social da intervenção - visa promover a gestão das ações sociais necessárias para a consecução da intervenção, incluindo o acompanhamento, a negociação e interferências ocorridas ao longo da sua execução, bem como preparar e acompanhar a comunidade para compreensão desta, de modo a minimizar os aspectos negativos vivenciados pelos beneficiários e evidenciar os ganhos ocasionados ao longo do processo, contribuindo para sua implementação.

Educação ambiental e patrimonial - visa promover mudanças de atitude em relação ao meio ambiente, ao patrimônio e à vida saudável, fortalecendo a percepção crítica da população sobre os aspectos que influenciam sua qualidade de vida, além de refletir sobre os fatores sociais, políticos, culturais e econômicos que determinam sua realidade, tornando possível alcançar a sustentabilidade ambiental e social da intervenção.

Desenvolvimento socioeconômico - objetiva a articulação de políticas públicas, o apoio e a implementação de iniciativas de geração de trabalho e renda, visando à inclusão produtiva, econômica e social, de forma a promover o incremento da renda familiar e a melhoria da qualidade de vida da população, fomentando condições para um processo de desenvolvimento socioterritorial de médio e longo prazo.

8.16.2.7. Os atestados deverão comprovar atendimento de, no mínimo, 200 (duzentas) famílias, preferencialmente em projetos de Trabalho Social vinculados a obras de saneamento básico, habitação ou drenagem urbana, devendo conter:

- a) Período de execução e aprovação formal dos produtos entregues, com indicação do órgão contratante;
- b) Informações suficientes para qualificar os serviços e permitir a verificação de sua veracidade junto ao(s) emitente(s);
- c) O nome do profissional responsável deverá constar expressamente no(s) atestado(s);
- d) O vínculo com a empresa deverá ser comprovado, na data da entrega dos documentos, por meio de:

Empregado: Cópia da CTPS anotada ou livro de registro de empregados; Sócio: Contrato Social vigente, devidamente registrado; Diretor: Ata de eleição publicada ou contrato de firma individual/limitada; Profissional Autônomo: Contrato de prestação de serviços com firma reconhecida e declaração de disponibilidade; Responsável Técnico: Em qualquer das formas acima.

e) A validade dos documentos será de 60 (sessenta) dias, salvo se legislação específica ou o próprio documento estipular prazo diverso.

8.16.2.8. Demais Profissionais da Equipe Técnica

8.16.2.9. A empresa também deverá comprovar a existência, em seu quadro funcional, de demais profissionais de nível superior listados no Anexo II - Especificações Técnicas (Quadro 2), todos com registro em seus respectivos Conselhos de Classe, e detentores de atestado(s) de capacidade técnico-profissional em execução de Projeto de Trabalho Social, conforma as **Salvaguardas Sociais e Ambientais da CAF, Portaria MCID Nº 464 de 25 de julho de 2018** e ou **Portaria MCID nº 75/2025**. Tais profissionais devem comprovar experiência em projetos voltados à mobilização social, educação ambiental, sanitária e patrimonial, organização comunitária e geração de trabalho e renda, com atendimento de mínimo 100 (cem) famílias.

8.16.2.10. Os requisitos para os atestados e a comprovação de vínculo seguirão os mesmos critérios estabelecidos no item anterior (11.2.1, alíneas a,e).

8.16.2.11. Além disso, a empresa deverá anexar os currículos e respectivos comprovantes dos profissionais indicados para atuação no projeto, conforme descrição de equipe contida no Anexo III - Projeto de Trabalho Social, com vistas à verificação da capacidade técnico-operacional, em atendimento ao art. 67, §1º da Lei nº 14.133/2021.

8.16.2.12. Os critérios de avaliação da equipe técnica estão dispostos no Anexo I, e serão julgados conforme os princípios da avaliação técnica objetiva, competitividade e a melhor proposta para o interesse público, previstos na nova Lei de Licitações.

8.16.2.13. Da qualificação técnica dos consórcios, o agente de contratação deverá observar:

a) Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica:

a.1) Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas;

a.2) Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

a.3) Para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, caso este não conste expressamente do atestado ou da certidão, deverá ser juntada ao atestado ou à certidão cópia do instrumento de constituição do consórcio.

a.4) Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 desta Lei em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

8.16.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, ou de sociedade simples;

b) Certidão Negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101, de 09/02/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 90 (noventa) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.

b.1) Caso a certidão apresentada seja positiva, a licitante deverá comprovar o acolhimento ou a homologação de seu plano de recuperação judicial ou extrajudicial, respectivamente, pelo juízo competente;

b.2) Por força do disposto no art. 4º da Lei 5.764/1971, as Cooperativas estão desobrigadas de apresentar a Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial/Extrajudicial, entretanto, deverão apresentar declaração própria de não haver contra si qualquer processo de liquidação judicial ou extrajudicial;

c) O licitante deverá apresentar os seguintes índices contábeis, extraídos do balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, atestando a boa situação financeira:

LG= Liquidez Geral - superior a 1

SG= Solvência Geral - superior a 1

LC= Liquidez Corrente - superior a 1

Sendo,

$LG = (AC + RLP) / (PC + PNC)$

$SG = AT / (PC + PNC)$

$LC = AC / PC$

Onde:

AC= Ativo Circulante

RLP= Realizável a Longo Prazo

PC= Passivo Circulante

PNC= Passivo Não Circulante

AT= Ativo Total

c.1) As demonstrações contábeis apresentadas poderão ser submetidas à apreciação do Conselho Regional de Contabilidade.

d) A **Parte Específica** deste Edital definirá se o atendimento dos índices econômicos previstos no item 8.16.3 deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

e) O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º).

f) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

g) Deverá comprovar que possui patrimônio líquido não inferior ao percentual definido na **Parte Específica** deste Edital, calculado sobre o preço estimado da contratação ou item pertinente, por meio de Balanço Patrimonial de demonstrações contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

8.16.3.1. No caso de sociedade anônima e de outras empresas obrigadas à publicação de balanço, deverá ser apresentada a cópia da publicação, na imprensa oficial, do Balanço e das Demonstrações Contábeis, além da ata de aprovação devidamente registrada na Junta Comercial.

8.16.3.2. Quando não houver a obrigatoriedade de publicação do Balanço e das Demonstrações Contábeis, deverão ser apresentadas cópias legíveis dessas peças, bem como dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário, registrado na Junta Comercial ou no órgão competente.

8.16.3.3. No caso de Livro Diário expedido através do Sistema Público de Escrituração Digital SPED, deverá ser apresentado além do Balanço e das Demonstrações Consideram-se “já exigíveis” as Demonstrações Contábeis e o Balanço.

8.16.3.4. Para os consórcios não formados integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, haverá um acréscimo de 10% a 30% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais, conforme definido na **Parte Específica**, salvo justificativa nos autos.

8.16.3.4.1. Em se tratando de consórcio, fica estabelecido um acréscimo de 10% a 30% dos valores de patrimônio líquido exigidos para o licitante individual, admitindo se, porém, o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação na constituição do consórcio, calculado pela seguinte fórmula:

$$PLCCons = PLC \times PartC$$

Onde:

PLCCons = Patrimônio líquido do consorciado, considerado na soma do patrimônio líquido do consórcio;

PLC = Patrimônio líquido do consorciado;

PartC = Participação do consorciado no consórcio.

8.16.3.4.2. O acréscimo previsto no item anterior **não será aplicável aos consórcios compostos**, em sua totalidade, por microempresas e empresas de pequeno porte.

8.16.3.4.3. No caso de consórcio, deverá haver a demonstração, por cada consorciado, do atendimento aos índices contábeis definidos neste Edital.

8.16.3.5. Para fins de apresentação do balanço patrimonial referente ao último exercício, será considerado o prazo de 30 de abril de 2025, ou seja, deverão ser apresentados os balanços patrimoniais dos exercícios de 2023 e 2024, conforme Parecer Jurídico da Procuradoria Geral do Município de Teresina nº 612/2002-PLCCA/PGM.

8.16.3.6. Sendo ME/EPP, deverão apresentar declaração assinada pelo contador que possui ou não contratos celebrados com a Administração Pública cujo valores somados não extrapolam a receita bruta admitida para fins de enquadramento como Empresa de Pequeno Porte, no ano- calendário de realização desta licitação.

8.16.4. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste certame.

c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal). Será aceito certificado da matriz em substituição ao da filial ou vice-versa quando, comprovadamente, houver arrecadação centralizada;

d) Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho emitida pelo TST (Certidão Negativa de débitos Trabalhistas, ou positiva com efeitos de negativa);

e) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

f) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.16.4.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.16.4.2. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.17. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.17.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§ 2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.17.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual - DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.17.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.17.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.17.5. A comprovação de integralização das respectivas quotas -partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

8.17.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

8.17.7. A última auditoria contábil- financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

8.18. Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar:

a) Em nome da licitante, com número do CNPJ e com o respectivo endereço da mesma;

b) Se a licitante for a matriz de uma empresa, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

c) Se a licitante for a filial de uma empresa, todos os documentos deverão estar em nome desta filial;

d) Se a licitante for a matriz da empresa e a fornecedora do objeto for uma de suas filiais, este fato deve ser expressamente registrado em declaração apresentada na qual a licitante indicará qual filial executará o objeto da licitação. Neste caso, os documentos relativos à regularidade fiscal, exigidos para a habilitação, deverão ser apresentados em nome da matriz e da filial, simultaneamente;

e) Serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela sua própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

f) Serão aceitos registros de CNPJ de licitantes matriz e filiais com diferenças de números nos documentos pertinentes ao CND e ao FGTS quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições pela licitante.

8.19. A **Parte Específica** poderá exigir apresentação de atestado de vistoria como documento de habilitação, conforme art. 62, § 2º, da Lei n. 14.133/2021.

8.19.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado através de e-mail ou telefone definidos na **Parte Específica** deste Edital, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

8.19.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à sessão pública.

8.19.3. Para a vistoria, o licitante ou o seu representante legal deverão estar devidamente identificados, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para o ato.

8.19.4. Eventuais dúvidas de natureza técnica decorrentes da realização da vistoria deverão ser encaminhadas ao agente de contratação através dos contatos indicados na Parte Específica deste Edital, antes da data fixada para a sessão pública.

8.19.5. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

8.19.6. **Caso o licitante opte por não realizar vistoria**, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS

9.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

9.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

9.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos meios definidos na **Parte Específica** deste Edital.

9.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

9.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

9.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

10. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.3. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico indicado na **Parte Específica** deste Edital.

11. DO CONTRATO

11.1. Para a execução dos serviços pelo licitante vencedor do certame será celebrado contrato entre este e a Contratante.

11.2. O fornecedor, após a assinatura do contrato, fica obrigado ao cumprimento dos prazos e todas as condições estabelecidas nas suas cláusulas e no edital.

11.3. A recusa da execução do serviço ou o não cumprimento de qualquer obrigação prevista ensejará a aplicação das penalidades previstas no edital e no instrumento contratual.

11.4. O fornecedor será convocado para assinar o contrato ou instrumento equivalente, ocasião em que terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável uma vez por igual período, para a realização do ato, mediante a apresentação de motivo justo e aceito pela Contratante, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

11.5. Quando o licitante convocado não comparecer para a assinatura do instrumento contratual no prazo e nas condições estabelecidas, poderá ser convocado outro licitante, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

11.5.1. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 11.5, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11.6. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.

11.6.1. A regra do item 11.6 não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do subitem 11.5.1, "a".

11.7. As obrigações da contratante e da contratada, os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização, as sanções ao contratado, as condições de pagamento, a vigência do contrato e eventual

possibilidade de subcontratação encontram-se previstos no Termo de Contrato ou Termo de Referência anexos a este Edital.

11.8. As disposições relativas ao preço e respectivo reajuste encontram-se previstas na minuta de **Contrato** anexa a este Edital.

11.9. A minuta de **Contrato** anexa a este Edital definirá eventual prestação de garantia de execução pelo licitante vencedor.

12. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. **Caso seja adotado o sistema de registro de preços na Parte Específica**, deverão ainda ser observadas as seguintes disposições:

12.1.1. Após a homologação da licitação, o fornecedor será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços no prazo de 10 (dez) dias úteis, prorrogável uma vez por igual período, mediante a apresentação de motivo justo e aceito pela Contratante, sob pena de decair o direito, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

12.1.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada no prazo de 05 (cinco) dias úteis

12.1.3. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do (s) item (ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

12.1.4. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, ficando facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, sem prejuízo das sanções ao vencedor que se recusar a assinar a ata.

13. DO CADASTRO DE RESERVA

13.1. **Caso tenha previsão na Parte Específica**, após a adjudicação do objeto o sistema encaminhará automaticamente e-mail aos demais licitantes para que, no prazo máximo de 02 (duas) horas, manifestem o interesse em integrar o cadastro reserva.

13.2. Caso convocados, os interessados devem acessar o sistema para declarar seu interesse em integrar o cadastro reserva, comprometendo-se a cotar os preços unitários iguais aos do licitante vencedor, na sequência de classificação do certame originário, ou aos seus melhores preços ofertados no certame originário.

13.3. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

13.4. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada caso o melhor colocado no certame tenha seu registro cancelado ou nos casos de não assinatura da ata de registro de preços, conforme Decreto Municipal nº 25.627, de 1º de fevereiro de 2024.

13.5. A apresentação das novas propostas e a análise dos documentos de habilitação, decorrentes da manifestação de interesse em integrar o cadastro reserva, será feita em momento posterior, se houver necessidade de convocar os integrantes do cadastro reserva.

14. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE

14.1. **Caso seja adotado o sistema de registro de preços na Parte Específica**, o órgão gerenciador será a Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos – SEMA.

14.2. Além do gerenciador, **caso tenha previsão na Parte Específica**, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços aqueles que manifestaram intenção de participação em procedimento público de intenção de registro de preços, que estão discriminados em anexo deste Edital.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS AOS LICITANTES

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

15.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo agente de contratação a durante o certame;

15.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

d) deixar de apresentar amostra;

e) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

15.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

15.1.4. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

15.1.5. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

15.1.6. Fraudar a licitação;

15.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;

c) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

15.1.8. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

15.1.9. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

15.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

15.2.1. Advertência;

15.2.2. Multa;

15.2.3. Impedimento de licitar e contratar; e

15.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

15.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

15.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

15.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

15.3.3. AS circunstâncias agravantes ou atenuantes;

15.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

15.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.

15.4.1. Para as infrações previstas nos itens 15.1.1, 15.1.2, 15.1.3 e 15.1.4 a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

15.4.2. Para as infrações previstas nos itens 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7, 15.1.8 e 15.1.9 a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

15.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa.

15.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 15.1.1, 15.1.2, 15.1.3 e 15.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

15.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7, 15.1.8 e 15.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 15.1.1, 15.1.2, 15.1.3 e 15.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

15.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita nos itens 15.1.3 e 15.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

15.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15

(quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

15.10.1. Em órgão ou entidade da Administração Pública cujo quadro funcional não seja formado de servidores estatutários, a comissão a que se refere o item 15.10 será composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 03 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.

15.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

15.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo agente de contratação.

16.3. As regras relacionadas ao Reajuste de preços e Reequilíbrio Financeiro estão descritos **no Termo de Referência**, anexado a este Edital.

16.4. As condições de Entrega dos bens a serem adquiridos se encontram fixadas **no Termo de Referência**, anexado a este Edital.

16.5. As Regras de Gestão e Fiscalização do Contrato se encontram fixadas **no Termo de Referência**, anexado a este Edital.

16.6. As orientações de Recebimento, Liquidação, Pagamento e Medição da Execução do Objeto estão fixadas **no Termo de Referência**, anexado a este Edital.

16.7. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.8. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.9. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.10. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.11. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.12. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.13. Para fins de aceitabilidade da proposta ou habilitação, o agente de contratação analisará possíveis sinais de formação de cartel, sendo:

- a) Propostas eletrônicas enviadas do mesmo e-mail ou erros idênticos de digitação ou de cálculo;
- b) Propostas eletrônicas do mesmo endereço ou que possuam os mesmos dados de contato, ou mesmo representante;
- c) Propostas submetidas eletronicamente ou editadas por uma pessoa ou por empresa concorrente;
- d) Documentos com a mesma formatação, redação ou erros idênticos de digitação ou de cálculo;
- e) Documentos com selos de autenticação ou postagem idênticas ou sequenciais;

16.13.1. Constatado qualquer indício de formação de cartel, as licitantes serão desclassificadas ou inabilitadas, sem prejuízo as demais sanções previstas em lei.

16.13.2. O agente de contratação que, diante de indícios ou suspeitas, deixar de realizar as análises necessárias para identificar possível formação de cartel poderá responder por omissão, nos termos da legislação vigente.

16.14. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.15. Os documentos exigidos deverão ser apresentados em original ou cópia autenticada.

16.16. Os documentos apresentados, que forem retirados via internet, não precisarão ser autenticados, devendo sua autenticidade ser verificada posteriormente pelo agente de contratação.

16.17. A cópia do texto integral deste Edital se encontra disponível em endereços eletrônicos e na sede da Contratante, ambos mencionados na **Parte Específica** deste Edital.

16.18. Para as demais condições de contratação observar-se-ão as disposições constantes dos Anexos deste Edital.

16.19. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos **no Termo de Referência**, Anexo I.

16.20. Integram este Edital, e dele fazem parte integrante, os seguintes Anexos, além de outros porventura mencionados na **Parte Específica** deste Edital:

A) ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA;

B) ANEXO II - CRITÉRIOS TÉCNICOS E FORMATAÇÃO DA PROPOSTA

C) ANEXO III- MINUTA DE CONTRATO;

PARTE ESPECÍFICA

As seguintes informações específicas sobre a Licitação têm por finalidade complementar, suplementar ou modificar as disposições contidas na Parte Geral. **Em caso de conflito, prevalecerão as disposições aqui estabelecidas.**

Parte Geral	Definições da Parte Específica
1.1	Sistema Eletrônico: https://www.gov.br/compras/pt-br Cadastro eletrônico de fornecedores: SICAF Data de Abertura: 20/07/2026. Horário de Abertura: Às 09h, horário de Brasília/DF.
2.1	O objeto da presente licitação é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO PROJETO DE TRABALHO SOCIAL (PTS) JUNTO AOS BENEFICIÁRIOS DO EMPREENDIMENTO HABITACIONAL RESIDENCIAL SANTA TERESA, NO ÂMBITO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA.
2.1.1	(X) A prestação do serviço não ocorrerá de forma continuada. () A prestação do serviço ocorrerá de forma continuada.
2.2	O objeto da presente licitação será adjudicado por preço global , haja vista a natureza indivisível do objeto.
2.3	Valor total estimado é de R\$ 598.400,00 (QUINHENTOS E NOVENTA E OITO MIL E QUATROCENTOS REAIS)

2.4	<p>() A execução do serviço ocorrerá sob o regime empreitada por preço unitário.</p> <p>(x) A execução do serviço ocorrerá sob regime empreitada por preço global.</p>
2.6	<p>(x) A presente licitação não adotará o Sistema de Registro de Preços.</p> <p>() A presente licitação adotará o Sistema de Registro de Preços.</p>
3.2	<p>(X) Não será concedido nesta licitação tratamento favorecido para microempresas, empresas de pequeno porte e figuras equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, em razão da incidência, no caso, do art. 4º, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021.</p> <p>() Será concedido nesta licitação tratamento favorecido para microempresas, empresas de pequeno porte e figuras equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006.</p>
3.2.6	<p>(X) É permitida a subcontratação contratual de microempresas e empresas de pequeno porte, no limite de 30%, conforme previsto no item 4.5 do Termo de Referência, Anexo I.</p> <p>() Não é permitida a subcontratação de microempresas e empresas de pequeno porte, conforme previsto no Termo de Referência, Anexo I.</p>
3.3	<p>(X) Será permitida a participação de consórcios, desde que atendidos os requisitos previstos no no item 4.7 do Termo de Referência, Anexo I.</p> <p>() Não será permitida a participação de consórcios, desde que atendidos os requisitos previstos no Termo de Referência, Anexo I.</p>
3.11	<p>() Será permitida a participação das cooperativas no certame, conforme Termo de Referência, Anexo I.</p> <p>(X) Não será permitida a participação das cooperativas no certame, conforme Termo de Referência, Anexo I.</p>
4.1	<p>(X) A fase habilitação sucederá as fases de apresentação de proposta técnica, de preço e de julgamento.</p> <p>() A fase habilitação antecederá as fases de apresentação de proposta técnica, de preço e de julgamento.</p>
4.16	<p>() É estabelecido garantia de proposta como requisito de pré- habilitação.</p> <p>(X) Não é estabelecido garantia de proposta como requisito de pré- habilitação.</p>
5.1	<p>(X) O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento no sistema eletrônico no VALOR GLOBAL.</p> <p>() O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento no sistema eletrônico no VALOR UNITÁRIO.</p>
5.8	<p>O prazo de validade das propostas será de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública, conforme modelo de edital adotado pela Administração e em</p>

	observância à Lei nº 14.133/2021, conforme o item 4.4 do Termo de Referência, Anexo I.
5.10	(X) Será adotado para o envio da proposta técnica o modo de disputa " FECHADO "
8.16.2.1	Os critérios de qualificação técnica e apresentações de atestados serão definidos conforme item 11 do Termo de Referência - Anexo I.
8.16.3 "d"	(X) Os índices econômicos deverão ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor. () Os índices econômicos não deverão ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.
8.16.3, "g"	(x) Deverá comprovar que possui patrimônio líquido não inferior a 10%(dez por cento) do valor estimado da contratação. () Deverá comprovar que possui capital social não inferior a 10%(dez por cento) do valor estimado da contratação.
	O valor contratual poderá ser reajustável durante a vigência, conforme estabelece o art. 25, §7º, Lei nº 14.133//2021. Terá como referência o o Índice de Correção IPCA-E, submetido à aprovação da Caixa Econômica Federal, conforme item 7 do Projeto Básico.
9.3	Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados no sistema https://www.gov.br/compras/pt-br bem como para e-mail da agente de contratação: marcia.cpsema@gmail.com
10.10	Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no endereço eletrônico: https:// www. gov. br/ compras/ pt-br
16.17	O presente edital poderá ser retirado no (s) seguinte (s) endereço (s) eletrônico (s): https://www.gov.br/compras/pt-br Poderá também ser encontrado na sede da Contratante, conforme endereço constante no item 1.1 desta Parte Específica.
Comissão de Contratação e E-mail:	Agente de contratação: Márcia Valéria Uchôa Arruda. E-mail: marcia.cpsema@gmail.com

Teresina - PI, 11 de maio de 2026.

Laura de Carvalho Oliveira
Supervisora de Processamento de Contratações Públicas - SEMA/PMT

Nayara Daniela Barros Silva
Coordenadora da Central de Contratações Públicas

VISTO:
Marcos Antônio Parente Elvas Coêlho
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

ANEXO III - MINUTA DE CONTRATO N.º XXX/2026

TERMO DE CONTRATO DE XXXX QUE CELEBRAM ENTRE SI, DE UM LADO, COMO CONTRATANTE, O MUNICÍPIO DE TERESINA - PI, POR INTERMÉDIO DA XXXXXXXXXX, E DO OUTRO, COMO CONTRATADA, A EMPRESA XXXXXXXXXX.

O Município de Teresina - PI, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº xxxxxx, por intermédio da (órgão ou entidade), inscrita no CNPJ sob o nº (.....), doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, com sede (endereço completo), neste ato representado por seu (SECRETARIO), Sr(a). (....), portador(a) da Cédula de Identidade nº (....), inscrito (a) no CPF sob o nº (.....); e a Empresa (.....) com sede e foro na cidade de (.....) Estado do (.....), estabelecida à (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº (....), aqui representada por (nome completo, cargo) inscrito(a) no CPF sob o nº (.....), portador(a) da carteira de identidade RG nº (....), doravante denominada abreviadamente **CONTRATADA**, tendo em vista a homologação da Concorrência Eletrônica n.º XX/2026, constante do Processo Administrativo no SEI de nº 00046.008813/2025-55 e o que mais consta do citado Processo Administrativo, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição, em conformidade com as normas da Lei n. 14.133/2021, os quais submetem as partes para todos os efeitos, têm justo e acordado celebrar o presente **CONTRATO**, regendo-se a contratação pelo fixado nas cláusulas seguintes:

PARTE GERAL

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS DOCUMENTOS QUE INTEGRAM O CONTRATO

1.1. São partes complementares deste Contrato, independentemente de transcrição, o Projeto básico e demais documentos constantes dos autos, conforme Processo Administrativo discriminado na Parte Específica deste Contrato e tem como fundamento a Lei Federal n. 14.133/2021, a proposta apresentada pela Contratada, seus anexos, os detalhes executivos, especificações técnicas, despachos e pareceres que o encorpam.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO DO CONTRATO

2.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a contratação da obra e serviço especial de engenharia descrito na **Parte Específica** deste Contrato, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Projeto básico e na proposta da Contratada, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

2.2. A **Parte Específica** deste Contrato definirá o regime de execução do objeto.

2.3. A **Parte Específica** deste Contrato definirá se a elaboração de Projeto Executivo encontra-se inserida no objeto deste Contrato, conforme especificado no Termo de Referência.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA APARELHAGEM E DO MATERIAL NECESSÁRIO A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. A aparelhagem e o material necessários à execução dos trabalhos serão de responsabilidade e ônus exclusivamente da CONTRATADA, ficando estabelecido que a CONTRATANTE não emprestará nem fornecerá quaisquer ferramentas, aparelhos ou veículos.

CLÁUSULA QUARTA - DAS NORMAS E ESPECIFICAÇÕES DOS BENS E DA EXECUÇÃO

4.1. As obras e serviços ora contratados obedecem às especificações constantes do Projeto básico e demais documentos constantes do processo administrativo mencionado na Cláusula Primeira, reservado à CONTRATANTE o direito de rejeitar as obras ou serviços que não estiverem de acordo com as referidas especificações, sem que caiba à CONTRATADA direito a qualquer reclamação ou indenização.

CLÁUSULA QUINTA - DA APROVAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. A CONTRATADA declara conhecer perfeita e integralmente, as especificações e demais elementos técnicos referentes à execução dos serviços. Declara, ainda, que conhece perfeitamente todas as condições e locais de execução dos serviços, tudo o que foi previamente considerado quando da elaboração da proposta que apresentou no processo administrativo de que decorre este contrato, em razão do que declara que nos preços propostos estão incluídos todos os custos, despesas e encargos que terá que suportar, representando aqueles preços a única contraprestação que lhe será devida pela CONTRATANTE pela realização do objeto deste contrato.

5.2. O representante da CONTRATADA declara sob as penas da lei que dispõe de poderes suficientes à celebração deste contrato e para obrigar de pleno direito à mesma CONTRATADA. Assim sendo, os termos deste contrato obrigam as partes de pleno direito.

CLAUSULA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES DOS DETALHES EXECUTIVOS

6.1. A CONTRATANTE se reserva o direito de, em qualquer fase ou ocasião, fazer alterações nos detalhes executivos, seja reduzindo ou aumentando o volume de serviços das obras, na forma prevista na lei.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO VALOR DO CONTRATO

7.1. O valor deste Contrato está previsto na **Parte Específica** e representa o montante da proposta da CONTRATADA, baseada nas planilhas de quantitativos constantes no processo administrativo citado na Cláusula Primeira e multiplicado pelos respectivos preços unitários.

7.2. Nos preços unitários estão incluídos todos os custos de transporte, carga e descarga de materiais, despesas de materiais, despesas de execução, mão-de-obra, leis, encargos sociais, tributos, lucros e quaisquer encargos que incidam ou venham a incidir sobre os serviços, bem como despesas de conservação até o seu recebimento definitivo pela CONTRATANTE.

CLAUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A CONTRATADA se obriga a:

a) Executar os serviços segundo as especificações aprovadas e de acordo com a melhor técnica cuidando, ainda, em adotar soluções técnicas que conduzam a economicidade dos serviços e a funcionalidade de seu resultado;

b) Eleger e prever técnicas e métodos construtivos dos serviços tão econômicos quanto possíveis, sem descuidar em nenhuma hipótese da segurança e qualidade da obra;

c) Manter, durante todo o período de realização dos serviços objeto do contrato, as mesmas condições de capacitação técnica que apresentou no processo administrativo mencionado na Cláusula Primeira, bem como as mesmas condições de habilitação;

d) Administrar com zelo e probidade a execução dos serviços, respeitando com absoluto rigor o orçamento aprovado e evitando a prática de atos e a adoção de medidas que resultem em elevação de custos dos serviços, inclusive no que respeita à arregimentação, seleção, contratação e administração de mão-de-obra necessária à realização dos serviços;

e) Atender prontamente às recomendações regulares da fiscalização;

f) Zelar pelos interesses da CONTRATANTE relativamente ao objeto do contrato;

g) Substituir prontamente qualquer preposto, empregado ou pessoa que, a juízo da fiscalização, seja inconveniente aos interesses da CONTRATANTE relativamente aos serviços;

h) Manter permanentemente nos locais de realização dos serviços um representante com plenos poderes para representar e obrigar a CONTRATADA frente à CONTRATANTE;

i) Executar o objeto deste contrato de acordo com os projetos e especificações fornecidos pela CONTRATANTE e as normas aprovadas ou recomendadas pela ABNT.

j) Adquirir e fornecer Equipamentos de Proteção Coletiva - EPC e Equipamentos de Proteção Individual - EPI, a todos os empregados, bem como orientá-los quanto à necessidade e obrigatoriedade de seu uso em serviço. A CONTRATADA responde solidariamente, no caso de subempreitada.

k) Manter a Regularidade Fiscal, inclusive do recolhimento do ISSQN ao município do local de Prestação do Serviço durante toda execução do contrato;

l) Observar as normas, critérios e procedimentos ambientais para a gestão dos rejeitos provenientes da obra.

m) Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessários ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto no Projeto básico e demais documentos anexos.

8.2. A CONTRATADA estará, durante todo o período de execução deste contrato, sujeita à fiscalização da CONTRATANTE, quer seja exercida por servidores do quadro da própria CONTRATANTE, quer por terceiros especialmente contratados para este fim.

8.3 A CONTRATADA deverá reservar no mínimo 5% (cinco por cento) da mão de obra formada por pessoas oriundas ou egressas do sistema prisional, nos termos do Decreto nº 24.387, de 21 de junho de 2023.

8.4. As determinações da fiscalização obrigam a CONTRATADA, respeitados os limites deste contrato e o orçamento aprovado, à elaboração de detalhamentos dos projetos e à realização de atividades específicas. Nos casos em que a CONTRATADA não concordar com as recomendações ou ordens da fiscalização, delas poderá recorrer ao titular da CONTRATANTE, tendo este recurso efeito suspensivo da ordem fiscal.

8.5. As obrigações gerais elencadas nesta cláusula somam-se àquelas decorrentes das peculiaridades da contratação, as quais estão previstas na **Parte Específica**.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. A CONTRATANTE se obriga a:

- a) Disponibilizar o local das obras;
 - b) Aprovar as medições em tempo hábil;
 - c) Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, conforme estabelecido na cláusula onze deste Contrato;
 - d) Designar um representante para acompanhar e fiscalizar a execução deste Contrato;
 - e) Notificar a CONTRATADA, imediatamente, sobre as faltas e defeitos observados na execução do contrato;
 - f) Reter os tributos e contribuições sobre os pagamentos mensalmente efetuados, utilizando-se as alíquotas previstas para cada tipo de serviço, conforme legislação;
 - g) Aplicar penalidades, conforme o caso;
 - h) Observar as disposições da Instrução Normativa nº 05/2017, do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, que trata do cadastramento e acompanhamento de contratos e obras nos Sistemas Licitações, Contratos e Obras WEB;
 - i) Disponibilizar a presente contratação no Portal Nacional de Compras Públicas ou, em caso de indisponibilidade, em página da Contratante na Internet e no Diário Oficial do Município de Teresina - PI.
- 9.2. Constituem direitos e prerrogativas da CONTRATANTE, além dos previstos em outras leis, os constantes dos artigos 104, 147 a 149 e 137 a 139 da Lei n. 14.133/2021.
- 9.3. As obrigações gerais elencadas nesta cláusula somam-se àquelas decorrentes das peculiaridades da contratação, as quais estão previstas na **Parte Específica**.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município de Teresina - PI, conforme classificação descrita na **Parte Específica** deste contrato.
- 10.2. A despesa para os exercícios subsequentes, quando for o caso, será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada à CONTRATANTE, pela Lei Orçamentária Anual.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 11.1. O pagamento do preço contratual deverá guardar estreita relação com a execução dos serviços contratados e apresentação de seus efeitos ou resultados nos termos estabelecidos nos documentos constantes no processo administrativo citado na Cláusula Primeira, em especial no cronograma físico-financeiro.
- 11.2. Os pagamentos dos serviços serão feitos por medições mensais, pelo Município de Teresina - PI, através da CONTRATANTE, em moeda legal e corrente no País, através de ordem bancária em parcelas compatíveis com o Cronograma Físico e Financeiro, contra a efetiva execução dos serviços e apresentação de seus efeitos, tudo previamente atestado pelo setor competente da CONTRATANTE, em consonância com o SIAFEM - Sistema Integrado de Administração Financeira dos Estados e Municípios, mediante apresentação, no que couber, dos seguintes documentos:
- I - Carta da Contratada encaminhando a medição;
 - II - Memória de cálculo;
 - III - Planilha de medição atestada e boletim de faturamento;
 - IV - Certificado de medição, definindo o período correspondente;
 - V - Cronograma executivo (físico) realizado;
 - VI - Quadro resumo financeiro;
 - VII - Relatório fotográfico, contendo comentários por foto;
 - VIII - Cópia do diário de obras referente aos dias de execução dos serviços objetos da medição, assinada pelo engenheiro responsável (da contratada) e pelo servidor ou comissão responsável pela fiscalização;
 - IX - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
 - X - Certidão Negativa de Débitos relativos a tributos estaduais e à Dívida Ativa do Estado;
 - XI - Certidão Negativa de Débitos junto ao governo municipal do domicílio ou sede da contratada, na forma da lei;
 - XII - Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;
 - XIII - cópia do seguro-garantia;
 - XIV - Relação dos trabalhadores constantes na SEFIP;

XV - Guia de recolhimento do FGTS;

XVI - Guia de recolhimento previdenciário - GFIP;

XVII - Comprovante de pagamento do ISS;

XVIII - Relatório pluviométrico, quando couber;

XIX - Planta iluminada contendo trechos realizados na medição atual (cor amarela), nas medições anteriores acumuladas (cor azul) e trecho restante (cor vermelha), quando se tratar de obras de característica unidimensional;

XX - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

11.3. Os documentos especificados nos incisos II, III, IV, V e VII acima deverão estar assinados pela empresa contratada e pelo servidor ou comissão responsável pela fiscalização.

11.4 Além dos documentos elencados no **item 11.2**, deverão constar da primeira Medição:

I - Anotação de Responsabilidade Técnica - ART - dos responsáveis técnicos pela execução da obra, com o respectivo comprovante de pagamento;

II - Cópia da ordem de serviço;

III - Cópia dos demais seguros exigidos no contrato;

IV - Matrícula no cadastro específico do INSS (CEI).

11.5. Para a última medição, além dos documentados discriminados no caput, serão exigidos:

I - Baixa da matrícula no cadastro específico do INSS (CEI);

II - Projeto "As Built", caso previsto na **Parte Específica**;

III - Termo de recebimento definitivo.

11.6. Contratada poderá apresentar à CONTRATANTE para pagamento, fatura ou documento equivalente. Recebida, a fatura ou cobrança será examinada pela CONTRATANTE durante, no máximo, 10 (dez) dias. No exame a CONTRATANTE, preliminarmente, verificará e certificará a efetiva execução dos serviços indicados na fatura e a regular entrega de seus efeitos. Estando tudo em ordem, o pagamento será feito em até 30 (trinta) dias contados do vencimento do prazo de exame da fatura, sem nenhum acréscimo ou agregado financeiro. Havendo correção a fazer, caso o pagamento seja efetuado a partir do 15º dia após o vencimento, a fatura retificada ou ajustada será processada como nova fatura, quanto aos prazos aqui estabelecidos.

11.7. As parcelas de pagamento seguirão a programação do Cronograma Físico- Financeiro da obra ou serviço, suas etapas, sub-etapas e respectivas porcentagens.

11.8. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa no Cronograma Físico-Financeiro estiverem executados em sua totalidade e aceitos pela fiscalização da CONTRATANTE.

11.9. O Cronograma Físico-Financeiro da obra/serviço, após revisado e aprovado pela CONTRATANTE, terá sua versão final anexada a este termo contratual.

11.10. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe caiba, sem prejuízo do que a referida obrigação pendente poderá ser descontada do pagamento devido pela CONTRATANTE, pagando-se então, apenas o saldo, se houver.

11.11. Serão retidos na fonte os demais tributos e contribuições sobre os pagamentos mensalmente efetuados, utilizando-se as alíquotas previstas para cada tipo de serviço, conforme legislação.

11.12. No caso de atraso de pagamento, desde que o CONTRATADO não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pelo CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso, assim apurado:

I (TX)	=	I (6/100) 365	=	$I = 0,00016438$ TX = Percentual da taxa anual = 6%.
-------------	---	-----------------------	---	--

11.13. Entende-se por atraso imputável ao Poder Público, para fins do item anterior, o não pagamento do preço ou de parcela deste, conforme acordado neste instrumento contratual e desde que admissível a divisão da prestação devida pelo contratado em tantas quantas sejam as etapas da obra, serviço ou fornecimento contratado, por mais de 30 (trinta) dias contados do seu recebimento devidamente atestado por servidor ou comissão responsável.

11.14. Caso a execução dos serviços se estenda por mais de um ano, os preços da proposta vencedora poderão ser reajustados segundo índice que reflita o incremento de custos setoriais da Contratada, a cada período anual, conforme fixado na cláusula referente a reajustamento de preço, desde que não tenha dado causa ao atraso.

11.15. A primeira fatura a ser paga deverá estar acompanhada da ART expedida pelo CREA da região onde estarão sendo executados as obras e serviços, comprovando o registro do Contrato naquele Conselho.

11.16. Conforme art. 75, § 4º, da Lei n. 14.133/2021, o pagamento será efetuado preferencialmente por meio de cartão de pagamento, cujo extrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou, caso indisponível, no sítio da Contratante na internet.

11.17. Em caso de impossibilidade de utilização de cartão de pagamento, este deverá ser efetuado através de ordem bancária, para crédito na Conta Corrente indicada na **Parte Específica** deste Contrato, valendo à CONTRATANTE como comprovantes de pagamento e como instrumento de quitação, os recibos dos depósitos ou transferências bancárias.

11.18. A **Parte Específica** deste Contrato irá definir a necessidade de pagamento de serviços de instalação, mobilização e desmobilização.

11.19. Caso o item 2.3 da **Parte Específica** deste Contrato tenha definido a elaboração de Projeto Executivo como obrigação da Contratada, deverão ainda ser observadas as disposições de pagamento indicadas na **Parte Específica**.

11.20. A **Parte Específica** deste Contrato poderá prever mais cláusulas, a depender do caso concreto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

12.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

12.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, contado a partir da data do orçamento a que a proposta se referir, conforme a seguinte fórmula:

Sendo:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual da obra/serviço a ser reajustado;

Io = Índice inicial - refere-se ao índice de custos do mês correspondente à data do orçamento a que a proposta se refere, pro rata dia;

I = Índice relativo à data do reajuste, pro rata dia.

12.3. O índice de reajuste empregado na fórmula acima será o Índice Nacional da Construção Civil - Coluna 35, calculado e publicado pela Fundação Getúlio Vargas na revista Conjuntura Econômica, salvo de outro índice for indicado na Parte Específica deste Contrato.

12.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.5. Competirá à Contratada exercer, perante a Contratante, seu direito ao reajuste, cujos efeitos terão início somente após o requerimento, não sendo devidos valores referentes a medições de serviços executados anteriormente.

12.6. Ocorrendo a hipótese de alteração do prazo de reajuste estabelecido neste Contrato, este se adequará de pronto às condições que vierem a ser estabelecidas pelo Poder Executivo ou Legislativo, no tocante à política econômica brasileira, se delas divergentes.

12.7. Em caso de atraso na execução das obras/serviços atribuível à licitante adjudicatária, os preços contratuais serão reajustados pela fórmula estabelecida no subitem precedente, obedecendo-se os seguintes critérios:

a) Se os índices aumentarem, prevalecerão aqueles vigentes nas datas em que a etapa das obras/serviços seria realizada de conformidade com o programado no cronograma físico-financeiro;

b) Se os índices diminuïrem, prevalecerão aqueles vigentes nas datas em que as obras/serviços forem executados.

12.8. Deverá o gestor do contrato diligenciar no sentido de assegurar que a economicidade do vínculo contratual será mantida mesmo após o reajuste, juntando aos autos documentação comprobatória da atual compatibilidade do valor do contrato com a realidade de mercado.

12.9. Se a variação do indexador adotado implicar em reajuste que prejudique a economicidade do valor contratual, a CONTRATADA aceita negociar a adoção de preço compatível com a realidade do mercado.

12.10. A partir do reajustamento dos preços a empresa contratada passará a apresentar, para cada pagamento que pretenda receber, duas Faturas, sendo que uma conterá os preços originais contratados e a segunda será composta apenas pelo reajustamento devido, que será calculado conforme a fórmula constante no parágrafo segundo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS TRIBUTOS

13.1. Todos os tributos que incidirem ou vierem a incidir sobre este Contrato ou sobre os serviços contratados, correrão por conta exclusiva da CONTRATADA e deverão ser pagos nas épocas devidas.

13.2. No caso de criação de novos tributos ou alteração nas alíquotas de tributos existentes, os preços sobre os quais incidirem esses tributos serão revistos a partir da época em que ocorrer a alteração da legislação tributária, aumentando-se ou reduzindo-se aqueles preços da maneira apropriada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA CONTRATUAL

14.1. O prazo para execução das obras e serviços encontra-se previsto na **Parte Específica** deste Contrato.

14.2. O início da vigência contratual ocorrerá a partir da data da assinatura deste contrato, tornando-se eficaz a partir da publicação, em extrato, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), que será providenciada pela CONTRATANTE nos termos do art. 94 da Lei n. 14.133/2021.

14.3 A validade deste instrumento decorrerá de sua assinatura, tornando-se eficaz a partir da publicação, em extrato, no Diário Oficial do Município de Teresina - PI.

14.4. O presente contrato terá vigência definida na Parte Específica deste Contrato.

14.5. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, conforme art. 111 da Lei n.14.133/2021.

14.6. Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado:

a) o contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

b) a Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

14.7. O contrato se extinguirá 5 (cinco) dias após o recebimento definitivo da obra.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE PROFISSIONAL

15.1. A CONTRATADA assume inteira responsabilidade profissional pela execução das obras e serviços contratados, obrigando-se, ainda, a comunicar à CONTRATANTE a designação do dirigente técnico, cabendo a esse a responsabilidade total de agir em nome da CONTRATADA, acumulando, se for o caso, as responsabilidades administrativas decorrentes, bem como comunicar previamente todas as substituições que vier a operar em sua equipe técnica alocada aos trabalhos objeto do presente Contrato.

15.2. A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo administrativo citado na Cláusula Primeira.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL

16.1. A CONTRATADA assume inteira responsabilidade por danos e prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiros na execução das obras e serviços ora contratados, inclusive acidentes, mortes, perdas ou destruições, parciais ou totais, a pessoas, materiais ou coisas, isentando a CONTRATANTE de todas as reclamações que possam surgir em consequência deste Contrato, ainda que tais reclamações resultem de atos de prepostos seus ou de quaisquer pessoas físicas ou jurídicas empregadas na execução dos trabalhos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

17.1. A contratada obriga-se a adotar todas as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros em consequências da execução dos trabalhos. Será de exclusiva responsabilidade da contratada a obrigação de reparar os prejuízos que vier a causar, quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas.

17.2. A contratada será única, integral e exclusivo responsável em qualquer caso por todos os prejuízos, de qualquer natureza, que causar a CONTRATANTE ou, ainda, a terceiros, em decorrência da execução das obras e serviços objeto do Contrato, respondendo por si e por seus sucessores.

17.3. A contratada será, também, responsável por todos os ônus ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, bem como todas as despesas decorrentes da execução de eventuais trabalhos em horários extraordinários (diurno ou noturno), inclusive despesas com instalações e equipamento necessários às obras e serviços e, em resumo, todos os gastos e encargos de material e mão-de-obra necessários à completa realização do objeto do Contrato e sua entrega perfeitamente concluída.

17.4. A contratada deverá:

a. Providenciar, às suas expensas, cópias dos elementos que venham a ser necessários à assinatura do Contrato, como também no decorrer da execução das obras e serviços;

b. Registrar o Contrato no CREA e apresentar, à FISCALIZAÇÃO, o comprovante de pagamento da "Anotação de Responsabilidade Técnica";

c. Responsabilizar-se pela efetivação de seguros para garantia de pessoas e bens;

d. Fornecer e colocar no Canteiro de Obras as placas ou outras formas de divulgação das fontes de financiamento e de coordenação das obras e serviços, conforme modelos estabelecidos pela FISCALIZAÇÃO;

- e. Manter permanentemente no local das obras e serviços, equipe técnica composta de profissionais habilitados e de capacidade comprovada, que assume perante a FISCALIZAÇÃO a Responsabilidade Técnica pelas obras e serviços, até a entrega definitiva do objeto do Contrato, inclusive com poderes para deliberar determinações de emergência caso se tornem necessárias;
- f. Facilitar a ação da FISCALIZAÇÃO na inspeção das obras e serviços em qualquer dia ou hora, prestando todas as informações e esclarecimentos solicitados, inclusive de ordem administrativa;
- g. Obedecer às normas de higiene e prevenção de acidentes, no sentido de garantir a salubridade e segurança no canteiro de obras e serviços;
- h. Quando, por motivo de força maior, houver necessidade de aplicação de material "similar" ao especificado, submeter, previamente e por escrito à FISCALIZAÇÃO, a pretendida substituição;
- i. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, total ou parcialmente, os defeitos ou incorreções verificadas nas obras ou serviços, resultantes de execução irregular, do emprego de materiais inadequados ou não correspondentes às especificações.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

18.1. Alterações do contrato observarão o disposto nos artigos 124 a 134 da Lei nº 14.133/2021 e serão incorporadas ao Contrato durante sua vigência, mediante termos aditivos com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

18.1.1. Unilateralmente pela CONTRATANTE:

- a) Quando, por sua iniciativa, houver modificações dos detalhes executivos ou das especificações, para melhor adequação técnica do objeto;
- b) Quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto até o limite permitido na forma do artigo 125 da Lei n. 14.133/2021, do valor inicial do contrato ou instrumento equivalente.

18.1.2. por acordo entre as partes:

- a) Quando houver a substituição de garantia de execução, por deliberação conjunta das partes;
- b) Quando necessária à modificação do regime de execução, em fase de verificação técnica de inaplicabilidade dos termos do contrato original;
- c) Quando necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstância superveniente, mantido o valor inicial atualizado, vedada à antecipação do pagamento com relação ao Cronograma Financeiro fixado, sem correspondente contraprestação da execução do objeto.

18.2. Se o contrato não contemplar preços unitários para obras ou serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no art. 125 da Lei n. 14.133/2021.

18.3. No caso de supressão de parte do objeto do Contrato, se a contratada já houver adquirido os materiais e os colocados no local dos trabalhos, estes deverão ser pagos pela Administração pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente reajustados, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.

18.4. Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.

18.5. Em havendo alteração unilateral do Contrato que aumente ou diminua os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, no mesmo termo aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

18.6. A contratada se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizeram necessários na contratação, na forma do artigo 125 da Lei n. 14.133/2021, do valor inicial do contrato.

18.7. Durante todo o período de execução do contrato será exercida estrita observância ao equilíbrio dos preços fixados no neste Contrato em relação à vantagem originalmente ofertada pela empresa vencedora, de forma a evitar que, por meio de termos aditivos futuros, o acréscimo de itens com preços supervalorizados ou eventualmente a supressão ou modificação de itens com preços depreciados viole princípios administrativos.

18.8. A diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamento que modifique a planilha orçamentária.

18.9. A diferença a que se refere no parágrafo 7º poderá ser reduzida para a preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato em casos excepcionais e justificados, desde que os custos unitários dos aditivos contratuais não excedam os custos unitários do sistema de referência na forma do Decreto nº 7.983/2013, assegurada a manutenção da vantagem da proposta vencedora ante a da segunda melhor proposta, se houver.

18.10. A formação do preço dos aditivos contratuais contará com orçamento específico detalhado em planilhas elaboradas pela CONTRATANTE, na forma prevista no capítulo II do Decreto nº 7.983/13, observado o disposto no art. 14 e mantidos os limites do previsto no art. 125 da Lei n. 14.133/2021.

18.11. Nas hipóteses em que for adotada a contratação integrada ou semi-integrada, é vedada a alteração dos valores contratuais, exceto nos seguintes casos:

I - Para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro decorrente de caso fortuito ou força maior;

II - Por necessidade de alteração do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos objetivos da contratação, a pedido da Administração, desde que não decorrente de erros ou omissões por parte do contratado, observados os limites estabelecidos no art. 125 da Lei n. 14.133/2021;

III - por necessidade de alteração do projeto nas contratações semi-integradas, nos termos do § 5º do art. 46 da Lei n. 14.133/2021;

IV - Por ocorrência de evento superveniente alocado na matriz de riscos como de responsabilidade da Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

19.1. A FISCALIZAÇÃO da execução das obras e serviços será feita pela CONTRATANTE, através de seus representantes, equipes ou grupos de trabalho, de forma a fazer cumprir rigorosamente os detalhes executivos, as especificações, os prazos, as condições estabelecidas no Termo de Referência, a PROPOSTA DE PREÇOS e as disposições do Contrato.

19.2. Fica reservado à FISCALIZAÇÃO o direito e a autoridade para resolver, no Canteiro de Obras, todo e qualquer caso singular, duvidoso ou omissivo não previsto no Projeto básico, nas Especificações, nos Detalhes Executivos, nas Leis, nas Normas da CONTRATANTE, nos Regulamentos e em tudo mais que, de qualquer forma, se relacione, direta ou indiretamente, com as obras e serviços em questão e seus complementos, ouvida a autoridade do órgão.

19.3. Compete, ainda, especificamente à FISCALIZAÇÃO:

a) Rejeitar todo e qualquer material de má qualidade ou não especificado e estipular o prazo para a sua retirada da obra;

b) Exigir a substituição de técnico, mestre ou operário que não responda técnica e disciplinarmente às necessidades da obra, sem prejuízo do cumprimento dos prazos e condições contratuais;

c) Decidir quanto à aceitação de material "similar" ao especificado, sempre que ocorrer motivo de força maior;

d) Exigir da contratada, o cumprimento integral do estabelecido na Cláusula Décima Sexta deste Contrato;

e) Indicar à contratada, todos os elementos indispensáveis ao início das obras, dentro do prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de emissão da Ordem de Execução de Serviços;

f) Esclarecer prontamente as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela contratada;

g) Expedir, por escrito, as determinações e comunicações dirigidas à contratada;

h) Autorizar as providências necessárias junto a terceiros;

i) Promover, com a presença da contratada, as medições de obras e serviços executados.

j) Transmitir, por escrito, as instruções e as modificações dos detalhes executivos que porventura venham a ser feitas, bem como alterações de prazos e de cronogramas;

k) Dar à CONTRATANTE imediata ciência dos fatos que possam levar à aplicação de penalidades contra a contratada ou mesmo à rescisão do Contrato;

l) Relatar oportunamente à CONTRATANTE ocorrência ou circunstância que acarretar dificuldades no desenvolvimento das obras e serviços em relação a terceiros.

m) Examinar os livros e registros.

19.4. A substituição de qualquer integrante da equipe técnica da contratada, durante a execução das obras e serviços, dependerá da aquiescência da FISCALIZAÇÃO quanto ao substituto apresentado.

19.5. Com relação ao "Diário de Ocorrência", compete à FISCALIZAÇÃO:

a) Pronunciar-se sobre a veracidade das anotações feitas pela contratada;

b) Registrar o andamento das obras e serviços, tendo em vista os detalhes executivos, as especificações, os prazos e cronogramas;

c) Fazer observações cabíveis, decorrentes dos registros da contratada no referido Diário;

d) Dar solução às consultas feitas pela contratada, seus prepostos e sua equipe;

e) Registrar as restrições que pareçam cabíveis quanto ao andamento dos trabalhos ou ao procedimento da contratada, seus prepostos e sua equipe;

f) Determinar as providências cabíveis para o cumprimento dos detalhes executivos e especificações;

g) Anotar os fatos ou observações cujo registro se faça necessário.

19.6. A **Parte Específica** deste Contrato poderá incluir rotinas específicas de fiscalização da execução do objeto, de acordo com as respectivas peculiaridades.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA CAUÇÃO DE EXECUÇÃO

20.1. A **Parte Específica** poderá prever a prestação de garantia pelo licitante vencedor.

20.2. No caso de prestação de garantia mediante seguro-garantia, o prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

20.2.1. O seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.

20.3. A garantia prestada será restituída e/ou liberada após o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente, conforme dispõe o art. 100 da Lei Federal nº 14.133/2021.

20.4. A não prestação de garantia equivale à recusa injustificada para a contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, ficando a adjudicatária sujeita às penalidades legalmente estabelecidas, inclusive multa.

20.5. Na ocorrência de acréscimo contratual de valor, deverá ser prestada garantia proporcional ao valor acrescido, nas mesmas condições estabelecidas no subitem 20.1 da **Parte Específica** deste contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

21.1. As penalidades administrativas aplicáveis à Contratada, por inadimplência, estão previstas no Capítulo I do Título IV da Lei n. 14.133/2021, sem prejuízo das sanções previstas neste Contrato.

21.2. Conforme art. 155 da Lei n. 14.133/2021, o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

21.3. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

21.4. A sanção prevista na alínea "a" do subitem 21.3 será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista na alínea "a" do subitem 21.2, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

21.5. A sanção prevista na alínea "b" do subitem 21.3, calculada na forma do item 21.11 deste contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no subitem 21.2.

21.6. A sanção prevista na alínea "c" do subitem 21.3 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas alíneas "b", "c", "d", "e", "f" e "g" do subitem 21.2, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

21.7. A sanção prevista na alínea "d" do subitem 21.3 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas alíneas "h", "i", "j", "k" e "l", do subitem 21.2, bem como pelas infrações administrativas previstas "b", "c", "d", "e", "f" e "g" do referido subitem que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no subitem 21.6 e impedirá o responsável de licitar ou contratar

no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

21.8. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do subitem 21.3 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do referido subitem.

21.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

21.10. Independentemente das sanções a que se referem os subitens anteriores, a Contratada está sujeita ao pagamento de indenização por perdas e danos, podendo ainda a administração propor que seja responsabilizada:

a) civilmente, nos termos do Código Civil;

b) perante os órgãos incumbidos de fiscalização das atividades contratadas ou do exercício profissional a elas pertinentes;

c) criminalmente, na forma da legislação pertinente.

21.11. Multas

21.11.1. Caso haja a inexecução parcial do objeto será aplicada multa de até 30% (trinta por cento) sobre o saldo contratual. Para inexecução total, a multa aplicada será de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

21.11.1.1. Será configurada a inexecução parcial do objeto, quando:

a) O CONTRATADO executar, até o final do prazo de execução de conclusão da obra, menos de 80% (oitenta por cento) do total do contrato;

b) Houver atraso injustificado por mais de 60 (sessenta) dias após o término do prazo fixado para a conclusão da obra.

21.11.1.2. Será configurada a inexecução total do objeto quando houver atraso injustificado para início dos serviços por mais de 15 (quinze) dias após o recebimento da ordem de serviço.

21.11.3. Quando o CONTRATADO deixar de cumprir prazo previamente estabelecido para execução dos serviços previstos no cronograma de execução físico-financeiro por ela apresentado e aprovado pela FISCALIZACAO, serão aplicadas multas conforme Tabela 3. A apuração dos atrasos será feita mensalmente.

21.11.3.1. A (s) multa (s) por atraso injustificado na execução dos serviços incidirá (ão) sobre os valores previstos para o pagamento do mês em que ocorrer o atraso, de acordo como cronograma físico-financeiro inicialmente apresentado pelo CONTRATADO e aprovado pela FISCALIZACAO.

21.11.3.2. O atraso injustificado na execução dos serviços sujeitara o CONTRATADO a sanções variáveis e progressivas, a depender da gravidade e da frequência do (s) atraso (s), conforme Tabela 3 a seguir:

21.11.3.3. Quanto a gravidade, o atraso será classificado como:

a) brando: quando acarretar um atraso de 5% até 15% na execução dos serviços no mês;

b) mediano: quando acarretar um atraso de 15% a 25% na execução dos serviços no mês;

c) grave: quando acarretar um atraso de mais de 25% na execução dos serviços no mês.

21.11.3.4. Quanto à frequência, o atraso será classificado como:

a) eventual: quando ocorrer apenas uma vez;

b) intermitente: quando ocorrer mais de uma vez, em medições não subsequentes;

c) constante: quando ocorrer mais de uma vez, em medições subsequentes.

21.11.3.5. A gravidade do atraso será aferida, em cada medição, de maneira cumulativa, procedendo-se a comparação entre o valor total acumulado previsto pelo CONTRATADO no cronograma físico-financeiro apresentado e o total acumulado efetivamente realizado até a medição em questão. A multa poderá ser aplicada no decorrer da obra, nos períodos de medição seguintes ao da constatação do atraso.

21.11.3.6. No primeiro mês em que ocorrer atraso poderá ser aplicada, a critério da FISCALIZACAO, a sanção de advertência. A qualquer tempo a FISCALIZACAO poderá aplicar a sanção de advertência se constatado atraso da obra de até 5%.

21.11.3.7. Se o CONTRATADO apresentar, nos períodos de medição seguintes ao do registro do atraso, recuperação satisfatória ao cumprimento dos prazos acordados, a FISCALIZACAO poderá, a seu exclusivo critério, optar pela não aplicação da multa.

21.11.3.8. A recuperação supracitada não impede a aplicação de outras multas em caso de incidência de novos atrasos.

21.11.4. Por atraso na conclusão da obra poderá ser aplicada multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total do contrato, por dia de atraso, até o limite de 60 (sessenta) dias.

21.11.4.1. Após o sexagésimo dia, será aplicada a sanção de inexecução parcial, conforme definido anteriormente.

21.11.5. O somatório das multas previstas nos itens acima não poderá ultrapassar o percentual de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

21.12. Nenhum pagamento será feito ao fornecedor dos bens que tenha sido multado, antes que tal penalidade seja descontada de seus haveres.

21.13. Na aplicação das sanções serão observados os procedimentos e prazos constantes nos arts. 157 a 160 da Lei n. 14.133/2021.

21.14. As multas administrativas previstas neste instrumento não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a Contratada de responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

22.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei n. 14.133/2021, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

22.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à Contratada o direito à prévia e ampla defesa.

22.3. A extinção determinada por ato unilateral e escrito da Administração acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas neste contrato e na Lei nº 14.133/2021:

I) Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

II) Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

III) Execução da garantia contratual para:

a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;

b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;

c) pagamento das multas devidas à Administração Pública;

d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;

IV) Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

22.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

I) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

II) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

III) Indenizações e multas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - SUBCONTRATAÇÃO E SUB-ROGAÇÃO

23.1. A **Parte Específica** do Contrato irá definir a permissão ou não de subcontratação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

24.1. Concluídos os serviços, após comunicação formal por escrito do adimplemento total da conclusão pelo contratado, a CONTRATANTE procederá ao recebimento provisório do objeto, no prazo indicado na **Parte Específica**, mediante termo detalhado, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Projeto básico.

24.2. A CONTRATANTE receberá os serviços em caráter definitivo no prazo indicado na **Parte Específica**. Durante o período compreendido entre o recebimento provisório e o recebimento definitivo, ficará o contratado obrigado a efetuar reparos que, a juízo da CONTRATANTE se fizerem necessários quanto à qualidade e segurança do objeto.

24.3. Encerrado o prazo fixado no subitem anterior, o objeto será recebido definitivamente por servidor ou comissão designada para tal fim, mediante termo detalhado assinado pelas partes, desde que se comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, conforme o disposto no art. 140, I, "b" da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das sanções civis.

24.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

25.1. Os casos omissos e os que se tornarem controvertidos serão decididos com base na Lei nº 14.133/2021, garantido à CONTRATADA o contraditório e ampla defesa de seus interesses.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DA EFICÁCIA

26.1. A validade deste instrumento decorrerá de sua assinatura, tornando-se eficaz a partir da publicação, em extrato, no Diário Oficial do Município de Teresina - PI, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), que será providenciada pela CONTRATANTE nos termos do art. 94 da Lei n. 14.133/2021.

CLAUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DA CISÃO, INCORPORAÇÃO OU FUSÃO

27.1. Em havendo a Cisão, Incorporação ou Fusão da futura empresa contratada, a aceitação de qualquer uma destas operações ficará condicionada à análise por esta administração contratante do procedimento realizado, tendo presente a possibilidade de riscos de insucesso na execução do objeto contratado, ficando vedada a sub-rogação contratual.

CLAUSULA VIGÉSIMA OITAVA- DA PROTEÇÃO DE DADOS

28.1. A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

28.2. É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

28.3. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações - em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis - repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

28.4. A CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

a) o tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º, 11 e 14 da Lei n. 13.709/2018, às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;

b) o tratamento seja limitado às atividades necessárias para o alcance das finalidades do serviço contratado ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD;

c) em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada após prévia aprovação da CONTRATANTE, responsabilizando-se a CONTRATADA pela obtenção e gestão. Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outras finalidades. Eventualmente, podem as partes convencionar, por escrito, que a CONTRATANTE será responsável por obter o consentimento dos titulares;

d) os sistemas que servirão de base para armazenamento dos dados pessoais coletados seguem um conjunto de premissas, políticas e especificações técnicas, devendo estar alinhados com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado;

e) os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log), adequado controle baseado em função (role based access control) e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir inclusive a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros;

e.1) no caso de haver transferência internacional de dados pessoais pela CONTRATADA, para atender ao disposto acima, esta garante que:

e.1.1) a legislação do país para o qual os dados foram transferidos, asseguram o mesmo nível de proteção que a legislação brasileira em termos de privacidade e proteção de dados, sob pena de encerramento da relação contratual, em vista de restrição legal prevista no ordenamento jurídico brasileiro;

e.1.2) os dados transferidos serão tratados em ambiente da CONTRATADA;

e.1.3) o tratamento dos dados pessoais, incluindo a própria transferência, foi e continuará a ser feito de acordo com as disposições pertinentes da legislação sobre proteção de dados aplicável e que não viola as disposições pertinentes do Brasil;

e.e.1.4) oferecerá garantias suficientes em relação às medidas de segurança técnicas e organizativas, e as especificará formalmente ao contratante, não compartilhando dados que lhe sejam remetidos com terceiros;

e.1.5) as medidas de segurança são adequadas para proteger os dados pessoais contra a destruição acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizados, nomeadamente quando o tratamento implicar a sua transmissão por rede, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito e que estas medidas asseguram um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento representa e à natureza dos dados a proteger, atendendo aos conhecimentos técnicos disponíveis e aos custos resultantes da sua aplicação;

e.1.6) zelará pelo cumprimento das medidas de segurança;

e.1.7) tratará os dados pessoais apenas em nome da CONTRATANTE e em conformidade com as suas instruções e as cláusulas do contrato; no caso de não poder cumprir estas obrigações por qualquer razão, concorda em informar imediatamente a CONTRATANTE que neste caso poderá suspender a transferência de dados e/ou de rescindir o contrato;

e.1.8) a legislação que lhe é aplicável não o impede de respeitar as instruções recebidas da CONTRATANTE e as obrigações do contrato e que, no caso de haver uma alteração nesta legislação que possa ter efeito adverso substancial nas garantias e obrigações conferidas pelas cláusulas do contrato, comunicará imediatamente essa alteração a CONTRATANTE, que neste caso poderá suspender a transferência de dados e/ou de rescindir o contrato;

e.1.9) notificará imediatamente a CONTRATANTE sobre: qualquer solicitação juridicamente vinculativa de divulgação de dados pessoais por uma autoridade fiscalizadora responsável pela aplicação da lei, a menos que seja proibido de outra forma, como uma proibição da lei penal de preservar a confidencialidade de uma investigação policial; qualquer acesso acidental ou não autorizado.

e.1.10) responderá rápida e adequadamente todas as solicitações de informação da CONTRATANTE, relacionadas ao tratamento dos dados pessoais objeto da transferência e que se submeterá aos conselhos da autoridade fiscalizadora no que diz respeito ao processamento dos dados transferidos;

e.1.11) a pedido da CONTRATANTE apresentará as informações necessárias sobre o tratamento relacionado com os dados pessoais objeto da transferência ou as informações solicitadas pela Autoridade fiscalizadora.

e.1.12) em caso de subcontratação, informará previamente a CONTRATANTE que poderá anuir por escrito;

e.1.13) os serviços de processamento pelo subcontratado serão executados de acordo com o disposto neste contrato;

e.1.14) enviará imediatamente a CONTRATANTE uma cópia de qualquer acordo de subcontratação que celebrar sobre o objeto deste contrato

28.5. A CONTRATADA dará conhecimento formal aos seus empregados e/ou prepostos das obrigações e condições acordadas nesta cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade da CONTRATANTE.

28.6. O eventual acesso, pela CONTRATADA, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio, implicará para a CONTRATADA e para seus prepostos - devida e formalmente instruídos nesse sentido - o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e pelo prazo de até 10 (dez) anos contados de seu termo final.

28.7. As partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Órgãos de controle administrativo.

28.8. As partes responderão administrativa e judicialmente, em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.

28.9. Em atendimento ao disposto na Lei n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), a CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste contrato, terá acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como: número do CPF e do RG, endereço eletrônico, e cópia do documento de identificação.

28.10. A critério do Encarregado de Dados da CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá ser provocada a colaborar na elaboração do relatório de impacto à proteção de dados pessoais (RIPD), conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

28.11. A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

28.12. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o tratamento e, em no máximo 30 (trinta) dias, sob instruções e na medida do determinado pela CONTRATANTE, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), salvo quando necessite mantê-los para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese legal prevista na LGPD.

28.13. Eventuais responsabilidades das partes, serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III do Capítulo VI da LGPD.

28.14. As disposições elencadas nesta cláusula somam-se àquelas decorrentes das peculiaridades da contratação, as quais poderão ser previstas na **Parte Específica**.

CLAUSULA VIGÉSIMA NONA - DO FORO

29.1. Fica eleito o foro da comarca de Teresina- PI, para dirimir os litígios que decorrerem da execução do contrato que não possam ser compostos pela utilização dos meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, observado o CAPÍTULO XII do TÍTULO III da Lei nº 14.133, de 2021.

.....
CONTRATANTE
.....

.....
CONTRATADA
.....

TESTEMUNHAS:

.....

.....

PARTE ESPECÍFICA

As seguintes informações específicas sobre o Contrato têm por finalidade complementar, suplementar ou modificar as disposições contidas na Parte Geral. **Em caso de conflito, prevalecerão as disposições aqui estabelecidas.**

Parte Geral	Definições da Parte Específica
1.1	Processo Eletrônico SEI nº 00046.008813/2025-55
1.2	(X) A presente contratação decorre da Concorrência Eletrônica nº 90010/2026.
2.1	O objeto do presente contrato é a contratação de empresa especializada para elaboração e execução do Projeto de Trabalho Social (PTS) junto aos beneficiários do empreendimento habitacional Residencial Santa Teresa, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida.
2.2	(X) A execução do serviço ocorrerá sob o REGIME EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.
2.3	(X) Não se inclui no objeto contratual a elaboração de Projeto Executivo, considerando que já foi previamente preparado pela Contratante.
7.1	O valor total do presente Termo de Contrato é de R\$ (...) (...por extenso...).
8.6	A Contratada deve se atentar a todas as obrigações a ela atribuídas no Projeto Básico, Anexo I .
10.1	As despesas decorrentes desta contratação são decorrentes das seguintes disposições: Projeto Atividade - 2642 (Trabalho Técnico Social). Elemento de Despesas - 3.3.90.39. (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica). Fonte - (Convênios).
11.5, "II"	(X) Para fins de pagamento da última medição, a Contratada deverá apresentar Projeto "As Built".
11.17	Conta Corrente (.....), Banco (.....), Agência (.....).
11.18	(X) O pagamento da instalação do canteiro, mobilização e desmobilização ocorrerá no valor do preço apresentado na proposta, conforme especificado no Projeto básico.
11.20	As regras atinentes à forma e às condições de pagamento, previstas no item 6 do Projeto Básico, Anexo I , devem ser observadas pelas partes.
12.4	O valor contratual poderá ser reajustável durante a vigência, conforme estabelece o art. 25, §7º, Lei nº 14.133/2021. Terá como referência ao Índice de Correção IPCA-E, submetido à aprovação da Caixa Econômica Federal., conforme item 7 do Projeto Básico, Anexo I.
14.1	O prazo para execução dos serviços será de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias corridos, contados a partir da data de emissão da Ordem de Serviço, a ser expedida pela Secretaria

	Municipal de Planejamento e Coordenação - SEMPLAN, previsto no item 12.2. do Projeto Básico, Anexo I.
14.4	O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura do Instrumento Contratual, conforme item 12 do Projeto Básico, Anexo I.
19.6	A fiscalização da execução dos serviços abrange todas as obrigações contidas no Projeto básico, Anexo I.
20.1	(x) A contratada deverá prestar garantia contratual, correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, em conformidade com o disposto no art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme item 14.1.12. do Projeto básico, Anexo I.
21.1	Sem prejuízo das penalidades previstas na parte geral, deve-se atentar das elencadas no Projeto básico, anexo I.
23.1	Admite-se a subcontratação parcial do objeto, mediante autorização da Administração, restrita a atividades acessórias, no limite de 30%, permanecendo a contratada responsável integral pela execução, especialmente quanto às atividades técnicas do Trabalho Social, conforme a Portaria MCID nº 75/2025, conforme item 4.5 do Projeto básico, Anexo I.

Para firmeza e validade de tudo o que ficou dito e aqui estipulado, estipulado, lavrou-se o presente instrumento, que depois de lido e achado conforme, vai assinado eletronicamente via SEI (Sistema Eletrônico de Informações) pelas partes e testemunhas abaixo, a tudo presentes.

Teresina (PI), xx de xxxx de 2026.



Documento assinado eletronicamente por **Nayara Daniela Barros Silva, Coordenadora de Compras Públicas**, em 12/05/2026, às 11:15, com fundamento no Decreto nº 24.514/2023 - PMT.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Antônio Parente Elvas Coêlho, Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos**, em 12/05/2026, às 11:50, com fundamento no Decreto nº 24.514/2023 - PMT.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site **https://sei.teresina.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0** informando o código verificador **15029158** e o código CRC **4DF9820F**.

Referência: Processo nº 00046.008813/2025-55

SEI nº 15029158

Rua Firmino Pires, 121 - Bairro Centro - - CEP 64001-070 - Teresina - PI
- <http://sema.teresina.pi.gov.br/>

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO PROJETO DE TRABALHO SOCIAL – PTS RESIDENCIAL SANTA TERESA II - PMCMV/TERESINA - PI.

(ANEXO I)

Processo Administrativo SEI nº 00046.008813/2025-55



TERESINA - PI

TERMO DE REFERÊNCIA

1. JUSTIFICATIVA

A contratação de empresa para Prestação de Serviços Técnicos Especializados na elaboração e execução do Projeto de Trabalho Social (PTS) junto aos beneficiários do empreendimento habitacional Residencial Santa Teresa, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, tem como base este Termo de Referência (TR), que estabelece as normas e diretrizes para a seleção e contratação de Empresa Técnica especializada, a ser executado com as famílias contempladas com as Unidades Habitacionais do Residencial, no município de Teresina-PI, a partir da contratação e durante o período de 24 meses, período previsto para a ocupação e adaptação dos moradores no novo espaço territorial.

O PTS é o instrumento de planejamento e detalhamento metodológico do Trabalho Social e deve ser elaborado pelo Agente Executor, com base em uma leitura técnico-comunitária da realidade, integrando uma visão de futuro, observando os eixos temáticos detalhados no Anexo I da Portaria MCID Nº 75, de 28 de janeiro de 2025, bem como os regramentos constantes no anexo específico de cada modalidade de intervenção ou operação.

O Trabalho Técnico Social a ser realizado nos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV constitui-se de um conjunto de ações que visam promover a autonomia e o protagonismo social, planejadas para criar mecanismos capazes de viabilizar a participação dos beneficiários nos processos de decisão, implantação e manutenção dos bens/serviços do empreendimento adquirido, adequando-os às necessidades e à realidade dos grupos sociais atendidos, além de incentivar a gestão participativa para a sustentabilidade dos bens/serviços. Nesse sentido, é importante que o Trabalho Técnico Social desenvolvido no PMCMV Faixa 1, de acordo com o Ministério das Cidades, tenha como alicerce de suas ações, o reconhecimento do cidadão como sujeito e que, ao compor um empreendimento habitacional, efetiva-se o seu direito à moradia.

Não se pode perder de vista que o direito à moradia se constitui como a porta de entrada para os demais

direitos, especialmente o direito à cidade. Isso significa a busca pela cidadania plena, melhoria da qualidade de vida e o combate às desigualdades sociais.

O Direito a morar com dignidade se refere às condições básicas de manutenção e reprodução de vida. Por isso, faz parte dos Direitos Sociais, Econômicos e Culturais. Assim, é primordial a compreensão de que, ao passo de que se desenvolve o Trabalho Técnico Social em tais empreendimentos, estamos trabalhando para a garantia de direitos do público alvo deste trabalho, sendo este um perfil do desenvolvimento do mesmo. Portanto:

(...) o Trabalho Social possui uma orientação ética e política: democrática, educativa e organizadora, que incentiva a participação, a ação coletiva da população, o exercício cotidiano do protagonismo cidadão, socializando informações, investindo na capacitação dos sujeitos a apropriação de novos valores e conceitos de morar e conviver no espaço urbano. (PAZ e TABOADA, 2010, p. 71).

Ademais, a implementação do Trabalho Social do PMCMV Faixa 1 contribuirá para promoção da moradia das famílias, assim como, poderá incentivar o desenvolvimento de ações urbanísticas e de melhorias da Macro área no entorno dos empreendimentos. Nessa ordem de ideias, as ações relacionadas ao trabalho técnico social no âmbito do Programa são essenciais para garantir que as famílias de baixa renda não apenas tenham acesso a uma moradia, mas também a uma qualidade de vida superior, criando um ambiente urbano mais seguro, igualitário e sustentável para todos.

2. OBJETO DA LICITAÇÃO

2.1. A presente licitação visa contratação de empresa especializada para elaboração e execução do Projeto de Trabalho Social (PTS) junto aos beneficiários do empreendimento habitacional Residencial Santa Teresa II, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, de acordo com as condições contidas nos Anexos deste Termo de Referência, que fará parte do Edital como anexo.

3. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

3.1. Contratação de empresa especializada, com comprovada experiência e

capacidade técnica, para a elaboração e execução do Projeto de Trabalho Social (PTS) junto às 176 (cento e setenta e seis) famílias beneficiárias do Residencial Santa Teresa, localizado na Rua 18, Quadra B1, Loteamento Santa Teresa, Bairro Santo Antônio, Teresina/PI, empreendimento vinculado ao Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, conforme disposto na Portaria MCID nº 75, de 28 de janeiro de 2025 e na Portaria MCID nº 1.482, de 21 de novembro de 2023, com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial – FAR.

3.2. O objeto abrange o desenvolvimento de ações socioeducativas, de mobilização e articulação intersetorial, com foco em:

- Mobilização, comunicação e participação social;
- Sustentabilidade da intervenção e da gestão condominial;
- Educação sanitária, ambiental e patrimonial;
- Desenvolvimento socioeconômico e geração de trabalho e renda;
- Promoção dos direitos humanos, da cidadania e da valorização cultural.

3.3. As atividades deverão promover a integração dos beneficiários à nova realidade habitacional, o fortalecimento comunitário e a sustentabilidade da intervenção, respeitando as diretrizes metodológicas e técnicas estabelecidas nos Anexos II Critérios Técnicos e Formatação da Proposta Técnica e III (Projeto de Trabalho Social) deste Termo de Referência.

3.4. A proposta deve seguir o catálogo CATSER (Catálogo de Serviços), ferramenta oficial do Governo Federal, para identificação dos códigos, descrições e unidades de medida, essenciais para o SICAF e pesquisa de preços, Para efeito de identificação dos serviços, seguirmo - código “grupo 931, serviço 23124 (Serviço Especializado em Assistência Social).

4. EXIGÊNCIA GERAL

4.1. A empresa licitante deverá apresentar experiência comprovada na execução de projetos sociais similares, preferencialmente voltados à seara habitacional e ao atendimento de populações de baixa renda, demonstrando capacidade técnico-operacional por meio de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

4.2. A equipe técnica mínima exigida deverá ser multidisciplinar, composta por profissionais com formação em serviço social (assistente social responsável técnica), pedagogia, psicologia e sociologia, conforme perfil estabelecido nas Especificações Técnicas (Anexo II), além de uma pessoa com trajetória de rua ou um profissional com experiência no atendimento a pessoas em situação de rua. Os currículos e comprovações de capacitação técnica dos profissionais deverão ser apresentados na fase de habilitação, conforme previsto nos artigos 67, 70 da Lei nº 14.133/2021.

4.3. O julgamento das propostas será realizado com base no critério de técnica e preço, conforme art. 33, inciso II da mesma Lei, com ponderação de 70% para a nota técnica e 30% para a proposta de preço, nos termos detalhados no instrumento convocatório. Será declarada vencedora a empresa que alcançar a maior pontuação final, resultado da média ponderada das notas atribuídas à proposta técnica e à proposta de preço.

4.4. O prazo de validade das propostas será de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública, conforme modelo de edital adotado pela Administração e em observância à Lei nº 14.133/2021.

4.5. Admite-se a subcontratação parcial do objeto, mediante autorização da Administração, restrita a atividades acessórias, no limite de 30%, permanecendo a contratada responsável integral pela execução, especialmente quanto às atividades técnicas do Trabalho Social, conforme a Portaria MCID nº 75/2025.

4.6. Será permitida a participação de cooperativas que atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133/2021, desde que comprovem compatibilidade com o objeto e capacidade técnica para execução dos serviços, conforme modelo de edital.

4.7. Será admitida a participação de empresas em consórcio, com responsabilidade solidária, indicação de empresa líder e possibilidade de somatório de capacidades técnicas e econômico-financeiras, vedada participação simultânea isolada ou em mais de um consórcio, conforme a Lei nº 14.133/2021 e a Portaria MCID nº 75/2025.

4.8. A empresa contratada deverá executar os serviços conforme o escopo definido

neste Termo de Referência e nos Anexos II (Especificações Técnicas) e III (Projeto de Trabalho Social), sem qualquer ônus adicional à Administração Pública, garantindo a qualidade dos produtos entregues e a plena observância dos objetivos do PTS.

5. DO REGIME DE EXECUÇÃO ESCOLHIDO E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

5.1. MODALIDADE: CONCORRÊNCIA

5.1.1. O objeto se refere à contratação de empresa para **Prestação de Serviços Técnicos Especializados na elaboração e execução do Projeto de Trabalho Social (PTS)** junto aos beneficiários do empreendimento habitacional Residencial Santa Teresa, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida. Tal objeto não pode ser enquadrado como um serviço comum por seus elementos característicos, inclusive heterogeneidade e complexidade.

5.1.2. Ressalta-se que a Lei nº 14.133/2021 inovou a ordem jurídica ao definir a escolha da modalidade de licitação não mais com base no valor da contratação, mas pela análise do enquadramento do objeto. Com efeito, quanto à higidez da escolha da modalidade de licitação, no caso, a concorrência, colaciona-se o texto do art. 6º, Lei nº 14.133/2021:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

[...].

XI - serviço: atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse da Administração; [...].

XXXVIII - concorrência: modalidade de licitação para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, cujo critério de julgamento poderá ser:

- a) menor preço;
- b) melhor técnica ou conteúdo artístico;
- c) técnica e preço;
- d) maior retorno econômico;

e) maior desconto

5.2. CRITÉRIO DE JULGAMENTO: TÉCNICA e PREÇO

5.2.1. A adoção da modalidade Concorrência Pública do tipo Técnica e Preço para a contratação de empresa especializada na execução do Projeto de Trabalho Social (PTS) no âmbito do Residencial Santa Teresa justifica-se pela complexidade e especificidade técnica do objeto a ser contratado, o qual exige qualificação comprovada, domínio metodológico e expertise interdisciplinar. O PTS, conforme disposto na Portaria MCID nº 75/2025, demanda ações integradas, intersetoriais e alinhadas aos cinco eixos temáticos, com foco em resultados sociais mensuráveis e na promoção da cidadania, sustentabilidade e articulação comunitária.

5.2.2. Considerando que o objeto da contratação refere-se à execução de Trabalho Social, caracterizado como serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual, conforme art. 6º, inciso XVIII, da Lei nº 14.133/2021, cuja execução depende de metodologia específica, qualificação da equipe técnica e experiência institucional, adota-se o critério de julgamento técnica e preço, nos termos do art. 36 da Lei nº 14.133/2021.

5.2.3. Ademais, em conformidade com as diretrizes da Portaria MCID nº 75/2025, que regulamenta o Trabalho Social nos programas habitacionais e estabelece a necessidade de avaliação da capacidade técnica, metodologia e equipe profissional, a seleção da proposta mais vantajosa deverá considerar simultaneamente a qualidade técnica da proposta e o valor ofertado.

5.3. REGIME: EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL

5.3.1. A presente contratação adotará o critério de julgamento técnica e preço, em consonância com o disposto no art. 36 da Lei nº 14.133/2021, o qual estabelece que esse critério deverá ser utilizado quando a avaliação da qualidade técnica das propostas for relevante para a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

5.3.2. No caso da contratação do Projeto de Trabalho Social (PTS), trata-se de um

serviço técnico especializado que envolve metodologias participativas, mobilização social, acompanhamento de famílias beneficiárias, articulação institucional e produção de relatórios técnicos, exigindo capacidade técnica comprovada da equipe executora. Dessa forma, a avaliação exclusivamente pelo menor preço poderia comprometer a qualidade das ações sociais e os resultados esperados pelo programa habitacional.

5.3.3. A Portaria MCID nº 75/2025, que estabelece as diretrizes para a execução do Trabalho Social no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, reforça que o Trabalho Social deve ser desenvolvido por equipe técnica qualificada, com competências multidisciplinares e capacidade de conduzir processos participativos e de acompanhamento social das famílias beneficiárias. Nesse sentido, a avaliação da proposta técnica torna-se fundamental para assegurar que a empresa contratada possua metodologia adequada, experiência comprovada e equipe técnica qualificada, garantindo a efetividade das ações previstas.

5.3.4. Quanto ao regime de execução, será adotada a empreitada por preço global, nos termos do art. 46, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, que prevê essa modalidade para contratação de serviços quando o objeto puder ser definido com clareza e quando seja possível estabelecer previamente o escopo das atividades e os produtos esperados.

5.3.5. No caso do Projeto de Trabalho Social, o escopo das atividades encontra-se claramente definido nas diretrizes da Portaria MCID nº 75/2025, que estabelece as etapas,

5.3.6. produtos e atividades mínimas a serem executadas ao longo das fases do empreendimento habitacional. Dessa forma, a adoção da empreitada por preço global permite maior previsibilidade orçamentária para a Administração Pública, além de favorecer a gestão contratual, uma vez que os pagamentos podem ser vinculados à entrega dos produtos e resultados previstos no plano de trabalho.

5.3.7. Assim, a combinação do critério de julgamento técnica e preço (art. 36 da Lei nº 14.133/2021) com o regime de execução por empreitada por preço global (art. 46, II, da Lei nº 14.133/2021) mostra-se adequada à natureza do objeto, garantindo simultaneamente qualidade técnica na execução das ações sociais e eficiência na gestão dos recursos públicos, em

conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Portaria MCID nº 75/2025.

3.3.7. Conforma o art. 17, §2º, Lei nº 14.133/2021 A licitação ocorrerá sob a forma eletrônica. Nesse sentido, para a contratação da execução da prestação de serviços técnicos especializados na elaboração e execução do projeto de trabalho social (pts) junto aos beneficiários do empreendimento habitacional residencial Santa Teresa, após análise minuciosa, será por meio da modalidade CONCORRÊNCIA, sob o regime de EXECUÇÃO DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, critério de julgamento TÉCNICA E PREÇO.

5.3.8. Tal solução permitirá além da escolha pelo menor preço, a análise e consideração dos aspectos técnicos da proposta como experiência e capacidade técnica dos licitantes, já que conforme mencionado no item anterior, os serviços a serem elaborados exigem atividade intelectual com razoável grau de subjetivismo, tendo em vista abranger diversas variáveis complexas.

5.3.9. As ações, produtos e serviços a serem desenvolvidos no âmbito deste contrato devem observar integralmente as diretrizes, normas e procedimentos estabelecidos nas Portarias MCID Nº 75, de 28 de janeiro de 2025 e Portaria Conjunta MCID, MDHC e MDS nº 4/2025, garantindo conformidade técnica, participação social efetiva, transparência, sustentabilidade socioambiental e patrimonial, bem como demais requisitos para execução do Projeto de Trabalho Social.

6. FORMA DE PAGAMENTO

6.1. O pagamento à empresa contratada será realizado mediante a entrega e aprovação dos produtos previstos no Projeto de Trabalho Social, conforme cronograma físico- financeiro aprovado pela instituição financeira responsável pela operação, em conformidade com as diretrizes da Portaria MCID nº 75/2025.

6.2. Cada parcela estará condicionada à apresentação dos Relatórios Técnicos Sociais – RATS, conforme, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO estabelecido pelo PTS, à comprovação da execução das atividades previstas, devidamente aprovadas pela fiscalização do

contrato e pela instituição financeira.

6.3. O valor total contratado será pago em 18 (dezoito) parcelas mensais, conforme a execução dos serviços e o respectivo recebimento pelo departamento competente da Contratante, em moeda corrente nacional, por meio de ordem bancária, obedecendo ao cronograma físico-financeiro acordado.

6.4. As parcelas estarão vinculadas à entrega dos produtos contratados e à apresentação dos Relatórios de Atividades de Trabalho Social (RATS), sendo os pagamentos condicionados à efetiva execução das etapas previstas e à apresentação de seus efeitos, devidamente atestado pelo setor competente da SEMPLAN, e em conformidade com os procedimentos operacionais do SIAFEM – Sistema Integrado de Administração Financeira dos Estados e Municípios.

7. REAJUSTE DE PREÇOS

7.1. O valor contratual poderá ser reajustável durante a vigência, conforme estabelece o art.25, §7º, Lei nº 14.133//2021. Terá como referênciao o Índice de Correção IPCA-E, submetido à aprovação da Caixa Econômica Federal.

8. CUSTOS, COMPOSIÇÃO DOS PREÇOS E CONDIÇÕES DE REMUNERAÇÃO.

8.1. O custo total previsto para a execução do PTS é de **R\$ 598.400,00** (quinhentos e noventa e oito mil e quatrocentos reais) conforme detalhado por eixo temático no orçamento do Projeto de Trabalho Social - PTS, anexo.

8.2. Os preços apresentados pela empresa contratada deverão ser unitários e globais, compreendendo a totalidade dos custos necessários à perfeita execução do objeto contratual, conforme previsto nos arts. 92 e 115 da Lei nº 14.133/2021.

8.3. Estarão incluídos nos preços: todos os materiais a serem fornecidos, mão de obra, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e fiscais, despesas administrativas e operacionais, transportes, viagens, diárias, equipamentos, ferramentas, seguros, licenças, autorizações, remunerações diversas, despesas financeiras, lucro da contratada e qualquer outro custo direto ou indireto, necessário à plena e satisfatória execução dos serviços contratados.

8.4. A contratada é integralmente responsável pela elaboração de sua proposta de preços, cabendo-lhe assegurar que os valores ofertados sejam completos, suficientes e compatíveis com as exigências técnicas do Termo de Referência, não sendo admitido qualquer pleito de reajuste ou pagamento adicional decorrente de erro de cálculo, omissão, subavaliação de custos, má interpretação dos elementos técnicos, ou qualquer outro equívoco de sua parte.

9. FONTE DE RECURSOS

9.1. Os recursos são oriundos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), conforme Portaria MCID nº 1.482/2023.

9.2. Os recursos financeiros para a despesa decorrente desta contratação correm por conta da classificação orçamentária 2025 e exercícios seguintes, a saber:

9.3. Projeto Atividade - 2642 (Elaboração de projetos/Planos). Elemento de Despesas - 3.3.90.39. (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica). Fonte – 1700.110 (Convênios). Fica condicionado que a assinatura do Contrato dependerá da liberação dos recursos, caso o objeto licitado seja oriundo de Convênios.

9.4. Elemento de Despesas - 3.3.90.39. (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica). Fonte – 1700-110 (Convênios)

9.5. Fica condicionado que a assinatura do Contrato dependerá da liberação dos recursos, caso o objeto licitado seja oriundo de Convênios.

10. LOCAL, PRAZO DE ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

10.1. Os serviços contratados deverão ser executados em estrita conformidade com as disposições técnicas e metodológicas estabelecidas no Termo de Referência, nas Especificações Técnicas do PTS/Projeto Preliminar (Anexo II) e no Projeto de Trabalho Social (Anexo III).

10.2. O recebimento provisório do produto final, conforme Projeto de Trabalho Social Preliminar, se dará através do órgão Gestor.

10.3. da Superintendência de Desenvolvimento Urbano - SUL, por meio de Termo Circunstanciado, assinado pelas partes no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da comunicação escrita.

10.4. no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da comunicação escrita; O recebimento definitivo ocorrerá em até 90 (noventa) dias contados do recebimento provisório, mediante apresentação dos produtos, conforme o cronograma de execução e os parâmetros estabelecidos nos documentos de referência citados. Nota Fiscal, conforme o cronograma de execução e os parâmetros estabelecidos nos documentos de referência citados.

10.5. Na orientação do Tribunal de Contas da União - TCU[1] a respeito da duração dos contratos “ é importante que esse prazo seja determinado durante a fase de planejamento e que seja razoável, não se estendendo além do necessário para avaliar o atendimento das exigências contratuais. Assim, diminuem-se as incertezas por parte das empresas interessadas a respeito dos prazos de pagamento”. Reverberando, inclusive, no adimplemento da obrigação:

Cabe mencionar que a Lei 14.770/2023, que alterou a Lei 14.133/2021, conceitua o adimplemento da obrigação contratual como a prestação do serviço, a realização da obra ou a entrega do bem, ou parcela destes, bem como qualquer outro evento contratual a cuja ocorrência esteja vinculada a emissão de documento de cobrança[7]. Assim, realizado o recebimento definitivo, o gestor do contrato envia a nota fiscal e os demais documentos comprobatórios da prestação executada ao setor competente para formalizar a liquidação da despesa e realizar o pagamento, inclusive determinando eventuais retenções, se for o caso[8]. A documentação produzida para o recebimento definitivo, em conjunto com a documentação elaborada para fundamentar o recebimento provisório, serve de insumo para etapa de liquidação da despesa, prevista no art. 63, caput e no art. 2º, inciso III, da Lei 4.320/1964 (TCU. Licitações & Contratos: orientações e jurisprudenciais do TCU, 5ª edição – última atualização em 29/08/2024).

10.6. O recebimento provisório ou definitivo não exime o contratado da responsabilidade pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético- profissional pela perfeita execução do contrato. Assim, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias. Conforme previsto nos § 2º e § 6º do art. 140 da Lei 14.133/2021.

10.7. O recebimento definitivo será formalizado mediante termo circunstanciado elaborado por comissão de recebimento, designada, desde que comprovado o pleno atendimento às exigências contratuais.

11. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

11.1. Capacidade Técnico-Operacional

11.1.1. A comprovação da Capacidade Técnico-Operacional da licitante será realizada mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa(s) jurídicas de direito público ou privado, que comprovem a execução de Projeto de Trabalho Social – PTS com atuação direta em áreas habitacionais voltadas à população de baixa renda, contemplando, no mínimo, os eixos temáticos definidos na **Portaria MCID nº 75/2025**, abrangendo, no mínimo:

Eixo I - Mobilização, comunicação e participação social: Tem como objetivo específico fomentar a autonomia, o protagonismo social e a participação das famílias beneficiárias de forma transversal, durante a realização de todas as etapas do Trabalho Social.

Eixo II - Sustentabilidade da Intervenção ou Operação: Tem como objetivo específico favorecer a gestão da intervenção pela comunidade beneficiária e fomentar a integração de políticas públicas.

Eixo III - Sustentabilidade Ambiental, Segurança Alimentar e Promoção da Saúde: Tem como objetivo específico fomentar a adoção de práticas de uso sustentável dos recursos naturais, promover a saúde e a segurança alimentar.

Eixo IV - Desenvolvimento Socioeconômico: tem como objetivo específico promover a inclusão produtiva, econômica e social e o incremento e gestão da renda familiar.

Eixo V - Direitos Humanos, Educação, Cidadania e Cultura: tem como objetivo específico promover os Direitos Humanos, a educação, a cidadania e a valorização e fortalecimento da cultura e das identidades culturais presentes no território, recomendando-se o uso dos espaços coletivos

produzidos pela intervenção para manifestações artísticas, educacionais e culturais, e a articulação com os órgãos públicos e organizações e coletivos existentes no território.

11.1.2. Os atestados deverão comprovar a aptidão da empresa licitante na execução de projetos que tenham atendido, no mínimo, 100 (cem) famílias, devendo obrigatoriamente conter as seguintes informações:

- a) Período de execução do contrato e aprovação dos produtos entregues, com clara indicação da avaliação positiva por parte do órgão contratante;
- b) Cópia do Contrato, Convênio ou instrumento congênere que originou o serviço atestado;
- c) Descrição detalhada das atividades executadas, com correspondência aos eixos e resultados previstos na Portaria MCID nº 75/2025;
- d) Informações suficientes que possibilitem qualificar os serviços prestados e verificar a veracidade junto ao(s) órgão(s) emitente(s) do documento.

11.1.3. Os critérios técnicos a serem utilizados na análise das propostas e da documentação de qualificação técnica estão detalhados no Anexo I, item 2.2.1, em conformidade com os princípios da ampla competitividade, do julgamento objetivo e da seleção da proposta mais vantajosa, conforme estabelece a Lei nº 14.133/2021.

11.2. Da Capacidade Técnico-Profissional Assistente Social – Responsável Técnico da Equipe

11.2.1. A empresa licitante deverá comprovar que possui, em seu quadro permanente, 01 (um) Assistente Social, registrado no respectivo Conselho de Classe, designado para atuar como Responsável Técnico e Coordenador da Equipe Técnica. Este profissional deverá possuir **experiência mínima comprovada de 3 (três) anos como assistente social**, além de apresentar atestado(s) de capacidade gerencial em projetos de interesse social e técnico-profissional em projetos de trabalho social em programas habitacionais emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) sua atuação em Projeto de Trabalho Social (PTS) desenvolvido em conformidade com os Eixos Temáticos da Portaria do Programa Minha Casa Minha Vida, Portaria

MCID nº 75/2025, abrangendo, os eixos:

Eixo I - Mobilização, comunicação e participação social: Tem como objetivo específico fomentar a autonomia, o protagonismo social e a participação das famílias beneficiárias de forma transversal, durante a realização de todas as etapas do Trabalho Social.

Eixo II - Sustentabilidade da Intervenção ou Operação: Tem como objetivo específico favorecer a gestão da intervenção pela comunidade beneficiária e fomentar a integração de políticas públicas.

Eixo III - Sustentabilidade Ambiental, Segurança Alimentar e Promoção da Saúde: Tem como objetivo específico fomentar a adoção de práticas de uso sustentável dos recursos naturais, promover a saúde e a segurança alimentar.

Eixo IV - Desenvolvimento Socioeconômico: tem como objetivo específico promover a inclusão produtiva, econômica e social e o incremento e gestão da renda familiar.

Eixo V - Direitos Humanos, Educação, Cidadania e Cultura: tem como objetivo específico promover os Direitos Humanos, a educação, a cidadania e a valorização e fortalecimento da cultura e das identidades culturais presentes no território, recomendando-se o uso dos espaços coletivos produzidos pela intervenção para manifestações artísticas, educacionais e culturais, e a articulação com os órgãos públicos e organizações e coletivos existentes no território.

11.2.2. Os atestados deverão comprovar atendimento de no mínimo 100 (cem) famílias, contendo:

- a) Período de execução e aprovação formal dos produtos entregues, com indicação do órgão contratante;
- b) Informações suficientes para qualificar os serviços e permitir a verificação de sua veracidade junto ao(s) emitente(s);
- c) O nome do profissional responsável deverá constar expressamente no(s) atestado(s);
- d) O vínculo com a empresa deverá ser comprovado, na data da entrega dos documentos, por meio de:

Empregado: Cópia da CTPS anotada ou livro de registro de empregados; Sócio: Contrato Social

vigente, devidamente registrado; Diretor: Ata de eleição publicada ou contrato de firma individual/limitada; Profissional Autônomo: Contrato de prestação de serviços com firma reconhecida e declaração de disponibilidade; Responsável Técnico: Em qualquer das formas acima.

e) A validade dos documentos será de 60 (sessenta) dias, salvo se legislação específica ou o próprio documento estipular prazo diverso.

11.3. Demais Profissionais da Equipe Técnica

11.3.1 . A empresa também deverá comprovar a existência, em seu quadro funcional, de 01 (um) assistente social e outros profissionais de nível superior, com experiência profissional conforme especificações e listados no Anexo II – Especificações Técnicas (Quadro 2), todos com registro em seus respectivos Conselhos de Classe, e detentores de atestado(s) de capacidade técnico- profissional em execução de Projeto de Trabalho Social conforme os Eixos da Portaria MCID nº 75/2025.

11.3.2 Fica estabelecida, ainda, a obrigatoriedade da contratação de, no mínimo, 01 (um) Mobilizador Social, **preferencialmente uma liderança comunitária, beneficiário ou morador da área de intervenção, do empreendimento, ou da macroárea;** profissional responsável por apoiar a execução das atividades de campo e garantir a efetiva participação e engajamento da comunidade nas ações do PTS.

11.3.3. Assegurar na equipe multidisciplinar, incluindo uma pessoa com trajetória de rua ou um profissional com experiência no atendimento a pessoas em situação de rua, para o planejamento e execução das ações de Trabalho Social, **conforme Portaria Conjunta MDS/ MCID, MDHC nº 04 de 20 de março de 2025.**

11.3.4. Os requisitos para os atestados e a comprovação de vínculo seguirão os mesmos critérios estabelecidos no item anterior (11.2.1, alíneas a, e).

11.3.5. Além disso, a empresa deverá anexar os currículos e respectivos comprovantes dos profissionais indicados para atuação no projeto, conforme descrição de equipe contida no Anexo III – Projeto de Trabalho Social, com vistas à verificação da capacidade técnico-operacional, em atendimento ao art. 67, §1º da Lei nº 14.133/2021.

11.3.6. Os critérios de avaliação da equipe técnica estão dispostos no Anexo I – Itens 3.2.2, 3.2.3 e 3.2.4, e serão julgados conforme os princípios da avaliação técnica objetiva, competitividade e a melhor proposta para o interesse público, previstos na nova Lei de Licitações.

12. PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1 O contrato terá vigência de 18 (dezoito) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período ou pelo tempo necessário à conclusão do objeto, nos termos da lei 14.770/23 que altera a Lei nº 14.133/2021.

12.2 O prazo para execução dos serviços será de **540 (quinhentos e quarenta) dias corridos**, contados a partir da data de emissão da Ordem de Serviço, a ser expedida pela Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação – SEMPLAN.

12.3 A prorrogação do prazo de vigência ou contratual, mediante justificativa formal da Administração, exclusivamente nas seguintes hipóteses:

I – Necessidade de modificação do projeto para melhor adequação técnica;

II – Ocorrência de fato superveniente, caso fortuito ou força maior, que impeça a execução do objeto no prazo inicialmente previsto;

III – necessidade de complementação do objeto, desde que sem acréscimo de valor.

12.4 Fica expressamente vedada a celebração de aditivos contratuais que impliquem aumento do valor global originalmente pactuado, sendo esta condição cláusula obrigatória do contrato, em conformidade com o instrumento convocatório e com os princípios da economicidade e da eficiência previstos na Lei nº 14.133/2021.

12.5 A prorrogação do prazo será formalizada pôr termo aditivo, devidamente instruído com justificativa técnica e parecer jurídico favorável, observando-se os princípios da legalidade, motivação, publicidade e interesse público

12.6 A vigência contratual, prevista para exercícios financeiros diferentes (2025/2026), está em conformidade com a previsibilidade de demanda do plano plurianual, PPA, bem como disponibilidade orçamentária do exercício 2025/2026 para atendimento a referida demanda.

13. REPROGRAMAÇÃO DAS AÇÕES DE TRABALHO SOCIAL

13.1 As ações do PTS poderão ser reprogramadas conforme o andamento das obras e em função de fatores que impactem o desenvolvimento e a efetividade do trabalho, tais como:

I – Mudanças no perfil socioeconômico das famílias beneficiárias;

II – Baixa adesão às atividades propostas;

III – Demandas emergenciais ou imprevistas;

IV- Avaliações técnicas que indiquem necessidade de ajustes metodológicos;

V- Recomendações de órgãos gestores ou fiscalizadores;

VI- Situações de vulnerabilidade agravadas.

13.2 A empresa responsável pela execução do Trabalho Social deverá acompanhar esses aspectos e, em diálogo com os órgãos gestores, realizar os ajustes necessários para garantir a adequação, qualidade e eficiência das ações, respeitando sempre as diretrizes estabelecidas pelo Ministério das Cidades e demais órgãos envolvidos.

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA obriga-se a:

14.1 Adotar soluções técnicas eficientes, priorizando a redução de custos sem comprometer a qualidade e a segurança dos serviços, conforme os princípios da economicidade, eficiência e interesse público, previstos na Lei nº 14.133/2021.

- 14.2 Manter, durante toda a vigência contratual, as condições de habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista, qualificação econômico-financeira e técnica exigidas no procedimento licitatório.
- 14.3 Gerir com zelo e responsabilidade a execução dos serviços, respeitando os limites orçamentários contratados e evitando práticas que resultem em acréscimos indevidos de custo.
- 14.4 Cumprir prontamente as orientações da fiscalização designada pela Administração.
- 14.5 Atuar com diligência na defesa dos interesses da CONTRATANTE no que se refere à execução do objeto contratual.
- 14.6 Substituir, sempre que solicitado pela Administração, qualquer membro da equipe que comprometa os objetivos do contrato, com base na prerrogativa legal da contratante de preservar o interesse público.
- 14.7 Manter no local de execução dos serviços, ou à disposição da Administração, representante com poderes para tomar decisões em nome da CONTRATADA.
- 14.8 Executar os serviços conforme o Projeto de Trabalho Social, as Especificações Técnicas e as normas da ABNT, além das determinações legais pertinentes.
- 14.9 Responder solidariamente pelos atos de seus subcontratados, quando expressamente autorizada a subcontratação.
- 14.10 Manter a regularidade fiscal e trabalhista, inclusive quanto ao recolhimento do ISSQN (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza) no município onde ocorrer a prestação do serviço, durante toda a vigência contratual.
- 14.11 Prestar Garantia de Execução Contratual, conforme o art. 96 da Lei nº 14.133/2021, no valor de 5% (cinco por cento) do valor total contratado, podendo ser constituída nas seguintes modalidades:
- a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, conforme regras do Ministério da Fazenda;
 - b) Seguro garantia;
 - c) Fiança bancária.

- 14.12 O depósito da garantia deverá ser feito em favor da Prefeitura Municipal de Teresina na conta indicada no edital, previamente à assinatura do contrato.
- 14.13 A garantia prestada responderá por inadimplemento, multas, não conclusão dos serviços ou quaisquer prejuízos causados pela CONTRATADA, podendo ser executada nos termos da legislação aplicável.
- 14.14 A devolução da garantia ocorrerá até 60 (sessenta) dias após o recebimento definitivo dos serviços, conforme termo emitido pela Administração, desde que não haja pendências contratuais, e, se em dinheiro, com a devida atualização monetária.
- 14.15 Em caso de rescisão contratual por culpa da CONTRATADA, a garantia não será devolvida e será utilizada para ressarcir os prejuízos da Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas nos arts. 156 a 163 da Lei nº 14.133/2021.
- 14.16 Em contratos com valor inferior a 80% do valor de referência da Administração, poderá ser exigida garantia adicional.

§1º - A execução contratual estará sujeita à fiscalização da SEMPLAN, exercida por servidores designados ou por terceiros contratados para esse fim, nos termos dos arts. 117 e 118 da Lei nº 14.133/2021.

§2º - As ordens da fiscalização deverão ser cumpridas pela CONTRATADA. Caso discorde de alguma determinação, a CONTRATADA poderá apresentar recurso ao titular da SEMPLAN, com efeito suspensivo, desde que não comprometa a continuidade e a segurança dos serviços públicos envolvidos.

14.2. TRABALHO SOCIAL

14.2.1. Executar os serviços de acordo com o Projeto de Trabalho Social aprovado, observando

as melhores práticas, a economicidade e a funcionalidade, em conformidade com o disposto no edital e nos anexos do contrato, incluindo a previsão de relatórios individualizados para beneficiários oriundos da população em situação de rua, visando o monitoramento detalhado e o atendimento personalizado.

14.2.2. Executar as ações de Trabalho Social em estrita conformidade com as diretrizes, normas e procedimentos previstos na Portaria MCID nº 75/2025, MDS nº 4/2025, assegurando o cumprimento integral das obrigações relativas à participação social, mobilização comunitária, transparência, inclusão, sustentabilidade e apresentação de relatórios técnicos exigidos no referido normativo, contemplando também a necessidade de abordagem diferenciada e acompanhamento contínuo para a população em situação de rua, considerando suas especificidades e vulnerabilidades.

14.2.3 Na execução do PTS deverá no Relatório Final do Trabalho Social incluir Relatório de Acompanhamento de cada beneficiário proveniente de situação de rua. O Relatório de Acompanhamento é um documento que consolida o encerramento das atividades de Trabalho Social realizadas com os beneficiários provenientes de situação de rua, fornecendo orientações ao Ente Público Local sobre a necessidade de continuidade do acompanhamento pela rede de Proteção Social Básica - PSB ou pela rede de Proteção Social Especial - PSE de média complexidade, conforme tipificação disposta na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, e na Resolução nº 109 de 2009, de acordo com as necessidades específicas identificadas.

14.2.4. Garantir a integração contínua entre o acompanhamento realizado pelos serviços e equipamentos do SUAS e o Trabalho Social realizado pelo MCMV, antes e após a ocupação das unidades habitacionais

15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A CONTRATANTE se obriga a:

- a) Disponibilizar o local do serviço;

- b) Aprovar os serviços em tempo hábil;
- d) Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, conforme estabelecido na cláusula sétima deste Contrato;
- e) Designar um representante para acompanhar e fiscalizar a execução deste Contrato;
- f) Notificar a CONTRATADA, imediatamente, sobre as faltas e defeitos observados na execução do Contrato;
- g) Reter os tributos e contribuições sobre os pagamentos mensalmente efetuados, utilizando-se as alíquotas previstas para cada tipo de serviço, conforme legislação;
- h) Aplicar penalidades, conforme o caso.

16. SANÇÕES POR INADIMPLEMENTO

- a) As penalidades aplicáveis à contratada, por inadimplemento parcial ou total das obrigações pactuadas, serão regidas pelos artigos 156 a 162 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e devem ser aplicadas de forma proporcional à gravidade da infração cometida, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

§1º - A multa por mora, aplicada por atraso injustificado na execução contratual, será incidente sobre o valor dos serviços não executados ou executados com atraso, nos seguintes percentuais: a) 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso, até o 15º dia; b) 0,5% (cinco décimos por cento) por dia, do 16º ao 30º dia; c) 1,0% (um por cento) por dia, do 31º ao 60º dia; ultrapassado esse período, o contrato poderá ser rescindido unilateralmente, sem prejuízo das demais sanções previstas.

§2º - A multa de 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor global do contrato poderá ser aplicada nas seguintes hipóteses: a) Prestar informações falsas ou dificultar a fiscalização da execução contratual;

- b) Descumprir determinações da fiscalização da SEMPLAN; c) Cometer infrações legais ou contratuais que causem prejuízos à Administração.

§3º - Aplicar-se-á multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato nos casos em que a contratada: a) Executar os serviços em desacordo com o projeto básico ou as normas técnicas; b) Não iniciar ou se recusar a corrigir falhas graves apontadas pela Administração;

§4º - A penalidade de advertência será utilizada nos casos de infrações leves, como: a) Descumprimento de cláusulas contratuais com pequeno prejuízo à Administração; b) Execução

insatisfatória do objeto contratual, sem prejuízo relevante ou reincidência; c) Ocorrências ocasionais que causem transtornos à Administração.

§5º - A suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública poderá ser aplicada: a) Por até 6 meses, em caso de atrasos significativos ou reincidência em advertência; b) Por até 1 ano, no caso de recusa injustificada de assinatura contratual após adjudicação; c) Por até 2 anos, em hipóteses de inexecução contratual grave ou má-fé comprovada.

§6º - A declaração de inidoneidade será aplicada em caso de: a) Fraude comprovada; b) Apresentação de documentos falsos; c) Má-fé ou condutas que visem frustrar a licitação ou a execução contratual; Reincidência em infrações graves ou prejuízo intencional à Administração; essa penalidade implica impedimento de contratar com qualquer ente público até a reabilitação, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

§7º - Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto houver multa pendente, a qual será deduzida dos valores a receber.

§8º - As penalidades serão aplicadas pela autoridade competente da SEMPLAN, mediante processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis, exceto nos casos de declaração de inidoneidade, cujo prazo é de 10 (dez) dias úteis.

§9º - O pagamento das multas previstas não exime a contratada das demais responsabilidades legais, inclusive indenizações por perdas e danos.

17. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO PTS

17.1. A gestão do contrato será realizada por meio de acompanhamento técnico sistemático, envolvendo gestor e fiscal do contrato, bem como o responsável técnico da contratada, em articulação com instâncias de participação social, conforme diretrizes da Portaria MCID nº 75/2025.

17.2. O monitoramento ocorrerá com base no Projeto de Trabalho Social (PTS), nos Relatórios de Acompanhamento do Trabalho Social (RATS) e no cronograma físico-financeiro, sendo obrigatória a apresentação dos Meios de Verificação Primários (MVP), registros das atividades realizadas, e dos Meios de Verificação Complementares (MVC), documentos comprobatórios dos produtos entregues, conforme a referida Portaria

- 17.3. O acompanhamento da parceria observará os mecanismos de monitoramento e avaliação previstos no TR, com verificação do cumprimento e comprovação da execução participativa das atividades do processo de planejamento do PTS: relato sistematizado das ações ou atividades realizadas, incluindo a descrição da estratégia de divulgação, o perfil e a quantidade de participantes, a dinâmica adotada, os conteúdos abordados, as interações observadas e os encaminhamentos firmados, acompanhado de registros documentais tais como exemplares de peças de comunicação em meio impresso ou digital, listas de presença, registros fotográficos, avaliação dos participantes e demais documentos comprobatórios das metas/atividades planejadas e da regular aplicação dos recursos, respeitada a natureza do Contrato.
- 17.4. O PTS deverá ser executado fielmente pelas partes, onde cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial. Em caso de impedimento, paralisação ou suspensão do PTS, o cronograma de execução será reprogramado juntamente com a fiscalização, anotadas tais circunstâncias mediante instrumentos compatíveis com o artigo 117 da Lei nº 14.133/2021.
- 17.5. As comunicações entre a SEMPLAN e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim. A SEMPLAN poderá convocar representante da Empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 17.6. Após a assinatura do Contrato, a SEMPLAN poderá convocar o representante da Empresa para reunião inicial para tratar das estratégias para execução do objeto do Contrato, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 17.7. A verificação e acompanhamento das atividades do Trabalho Social, serão realizados por meio de relatórios técnicos sociais – RATS, encaminhados ao Agente Executor, constituindo de meios de verificação que comprovem e atestem a realização das ações e atividades em conformidade com o cronograma físico-financeiro, em prazos inferior a 03(três) meses. Este serão submetidos à aprovação do Agente Financeiro.
- 17.8. As metas previstas para a elaboração do PTS deverão ser acompanhadas e fiscalizadas pelo(s) fiscal(is) do PTS, ou pelos respectivos substitutos, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para o interesse público. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do termo emitirá notificações para a correção da execução, determinando prazo para a correção.

18. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

- 18.1. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por representante formalmente designado pela SEMPLAN, nos termos do artigo 117 da Lei nº 14.133/2021, podendo contar com equipe de apoio, devidamente nomeada, com competência técnica para supervisionar, controlar, monitorar e avaliar a execução dos serviços contratados.
- 18.2. A fiscalização deverá assegurar o cumprimento das condições estabelecidas no Edital, Termo de Referência, Projeto de Trabalho Social, Especificações Técnicas, proposta vencedora da licitação e demais documentos contratuais, observando os prazos, padrões de qualidade, metas e resultados pactuados.

18.3. Compete à fiscalização:

- a) Verificar *in loco* o andamento dos serviços e a conformidade com os produtos e etapas definidas no cronograma físico-financeiro;
- b) Exigir da contratada o fiel cumprimento das obrigações contratuais;
- c) Requisitar informações e relatórios técnicos necessários à avaliação do desempenho;
- d) Emitir os atestados de conformidade dos produtos e serviços entregues, como condição para os pagamentos;
- e) Comunicar imediatamente à autoridade competente qualquer irregularidade ou inadimplemento identificado.
- f) A atuação da fiscalização não exime a contratada de sua responsabilidade integral pela correta execução do objeto do contrato, tampouco transfere à Administração os riscos assumidos contratualmente.

19. APROVAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

19.1. A contratação será formalizada somente após a aprovação do Projeto de Trabalho Social (PTS) pelo agente financeiro, conforme exigido no art. 10, inciso I, da Portaria MCID nº 75, de 28 de janeiro de 2025, devendo estar compatível com as diretrizes, objetivos, e estrutura lógica prevista nos cinco eixos temáticos definidos pela referida Portaria.

19.2. A autorização para contratação será emitida por autoridade competente da Prefeitura Municipal de Teresina, previamente à celebração do contrato, condicionada:

- a) À existência de prévia dotação orçamentária suficiente para a despesa;
- b) À instrução processual com todos os documentos exigidos pela legislação vigente;
- c) À conclusão da licitação por critério de julgamento técnica e preço, conforme previsto no edital;
- d) À homologação do resultado da licitação pela autoridade competente;
- e) À verificação da regularidade jurídica, fiscal e trabalhista da empresa vencedora, inclusive a apresentação das garantias exigidas;
- f) À verificação da conformidade da proposta contratual com o Termo de Referência aprovado pela SEMPLAN e com o cronograma físico-financeiro vinculado à execução do Projeto de Trabalho Social.

g) Somente após o cumprimento integral dessas condições e da devida autorização administrativa é que será permitida a assinatura do contrato e a emissão da respectiva ordem de serviço.

20. DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. O presente contrato rege-se pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e subsidiariamente pelas normas de direito público, aplicando-se ainda, no que couber, a Portaria MCID nº 75, de 28 de janeiro de 2025, que disciplina o Trabalho Social no âmbito dos programas e ações do Ministério das Cidades, bem como demais normativos federais e municipais pertinentes.

20.2. A CONTRATADA declara ter pleno conhecimento de todas as condições do edital e dos anexos que compõem este processo licitatório, responsabilizando-se por sua fiel execução, nos limites e prazos estabelecidos, bem como pela veracidade das informações e documentos apresentados.

20.3. Os casos omissos ou dúvidas na aplicação do presente contrato serão dirimidos com base na legislação vigente, devendo ser solucionados, preferencialmente, pela via administrativa, por meio de manifestação escrita da autoridade competente da Administração Pública contratante.

20.4. A CONTRATADA será responsável por todos os ônus incidentes sobre a execução dos serviços, inclusive tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, não cabendo à CONTRATANTE qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária, salvo nas hipóteses legalmente previstas.


20.5. A eventual tolerância da CONTRATANTE quanto ao descumprimento das obrigações contratuais ou o não exercício de qualquer direito previsto neste instrumento não implicará renúncia, novação ou alteração contratual tácita.

21. Este contrato poderá ser alterado, por acordo entre as partes, mediante termo aditivo, nos casos previstos no art. 124 da Lei nº 14.133/2021, mediante justificativa expressa e desde que não implique alteração de objeto ou acréscimo de valor, salvo exceções legais.

21.DO FORO

21.1. Fica eleito o foro da Comarca de Teresina/PI, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios oriundos da execução do presente contrato, que não forem solucionados administrativamente.

Teresina, 07 de maio de 2026.

Documento assinado digitalmente
 **ROGERIA LUCIA CLARA DE SOUSA**
Data: 08/04/2026 12:01:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Rogéria Lúcia Clara de Sousa
Assistente Social CRESS N° 287/PI
SEMPPLAN – PMT

CRITÉRIOS TÉCNICOS E FORMATAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA

PROJETO DE TRABALHO SOCIAL (PTS)/EXECUÇÃO RESIDENCIAL SANTA TERESA

PMCMV/2025

(ANEXO II)



ABRIL/2026

CRITÉRIOS TÉCNICOS E FORMATAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA (PROJETO DE TRABALHO SOCIAL)

1. Critérios Técnicos de Avaliação

ITEM	ITENS AVALIADOS	NOTA MÁXIMA
01	Experiência da Empresa.	20,00
02	Qualificação e Experiência da Equipe Técnica.	60,00
03	Apresentação da Proposta Técnica – Projeto de Trabalho Social – PTS.	20,00
TOTAL DE PONTOS		100,00

2. Experiência da Empresa - Serão atribuídos até 20 (vinte) pontos conforme tabela abaixo:

TIPOS DE ATESTADO	NÚMERO MÁXIMO DE ATESTADOS	PONTUAÇÃO POR ATESTADO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Atestados de capacidade técnica conforme item 11.1	5 Atestados	4 Pontos	20 Pontos
TOTAL DE PONTOS			20 Pontos

3. Qualificação e Experiência da Equipe Técnica - Serão atribuídos até 60 (sessenta) pontos conforme especificações e tabela abaixo:

3.1. Coordenador da Equipe Técnica, com experiência mínima comprovada de 3 (três) anos na função, além de apresentar atestado(s) de capacidade técnico-profissional emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) sua atuação em Projeto de Trabalho Social (PTS) desenvolvido em conformidade com os Eixos Temáticos da Portaria do Programa Minha Casa Minha Vida, Portaria MCID nº 75/2025.

3.2. Profissional com graduação em Serviço Social, com 2 (dois) anos de experiência de atuação em atividades socioeducativas, previstas no PTS, bem como em ações voltadas à gestão de condomínios.

3.3. Profissionais de nível superior, todos com registro em seus respectivos Conselhos de Classe, e detentores de atestado(s) de capacidade técnico- profissional em execução de Projeto de Trabalho Social conforme os Eixos da Portaria MCID nº 75/2025.

3.4. Mobilizador Social, preferencialmente uma liderança comunitária, beneficiário ou morador da área de intervenção, do empreendimento, ou da macroárea; membro da equipe contratado, responsável por apoiar a execução das atividades de campo e garantir a efetiva participação e engajamento da comunidade nas ações do PTS, sem necessária formação profissional ou curso superior.

TABELE DE REFERÊNCIA

TIPO DE ATESTADO	NÚMERO MÁXIMO DE ATESTADOS	PONTUAÇÃO POR ATESTADO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
3.1. Assistente Social – Coordenador Comprovado	5 Atestados	5 Pontos	25 Pontos
3.2. Assistente Social	5 Atestados	3 Pontos	15 Pontos
3.3. Assistente Social ou Sociólogo, Psicólogo ou Pedagogo.	5 Atestados	3 Pontos	15 Pontos
3.4. Mobilizador Social	1 Atestados	5 Pontos	5 Pontos
TOTAL DE PONTOS			60 Pontos

4. Distribuição de Pontos e Metodologia de Avaliação da Apresentação da Proposta Técnica (Projeto de Trabalho Social)

A proposta técnica será analisada com base na estrutura lógica por eixo temático, na clareza da metodologia, na adequação aos objetivos e produtos esperados da Portaria MCID nº 75/2025 e na viabilidade de execução das atividades.

4.1 Metodologia de Avaliação da Proposta Técnica - Serão atribuídos até 20 (vinte) pontos conforme tabela abaixo:

Item	Pontuação Máxima
Informações da Macroárea	2,0 pontos
Leitura técnico-comunitária	4,0 pontos
Total	6 Pontos

4.2 Distribuição das atividades Eixo Temático

Eixo Temático	Pontuação Máxima
Eixo I – Mobilização, Comunicação e Participação Social	2,0 pontos.
Eixo II – Sustentabilidade da Intervenção ou Operação	2,0 pontos.
Eixo III – Sustentabilidade Ambiental, Saúde e Alimentação	2,0 pontos
Eixo IV – Desenvolvimento Socioeconômico	3,0 pontos
Eixo V – Direitos Humanos, Educação, Cidadania e Cultura	2,0 pontos
Eixo Complementar – Gestão Condominial	3,0 pontos
Total	14 pontos

4.3 Critérios de Avaliação por Eixo

Cada eixo será avaliado com base nos seguintes subcritérios objetivos:

4.3.1 Clareza e coerência metodológica (30%)

- Estrutura lógica clara: objetivos, metas, etapas e responsáveis.
- Adequação aos produtos esperados da Portaria MCID 75.

4.3.2 Relevância e inovação das ações (30%)

- Propostas criativas, aderentes à realidade local.
- Inclusão de tecnologias sociais e articulação com políticas públicas.

4.3.3 Viabilidade técnica e operacional (25%)

- Exequibilidade do cronograma e estrutura de equipe.
- Estratégias de mobilização, gestão e avaliação coerentes com o escopo.

4.3.4 Aderência aos meios de verificação e resultados esperados (15%)

- Indicadores e meios de verificação bem definidos.
- Apresentação clara dos resultados esperados com foco em impacto.

4.4 Diretrizes para Elaboração e Apresentação da Proposta Técnica em formato de Projeto de Trabalho Social em Conformidade com a Portaria MCID nº 75, de 28 de janeiro de 2025

4.4.1 Estrutura Mínima da Proposta Técnica (Projeto de Trabalho Social)

A proposta técnica deverá conter no mínimo:

- ✓ Capa
- ✓ Sumário
- ✓ Introdução
- ✓ Metodologia Geral
- ✓ Plano de Trabalho por Eixo Temático (Atividades)
- ✓ Metas
- ✓ Acompanhamento e Avaliação
- ✓ Equipe Técnica
- ✓ Cronograma Físico-Financeiro
- ✓ Matriz de Riscos
- ✓ Parcerias

Eixo I – Mobilização, Comunicação e Participação Social

- Objetivo: Fomentar autonomia, protagonismo e participação social das famílias beneficiárias.
- Produtos esperados: Leitura técnico-comunitária, visão de futuro, proposta de comunicação social, dentre outros.
- Atividades: Oficinas, rodas de conversa, diagnósticos participativos, campanhas de mobilização, dentre outras.
- Meios de verificação: Listas de presença, relatórios, registros fotográficos, peças de comunicação.

Eixo II – Sustentabilidade da Intervenção ou Operação

- Objetivo: Estimular a apropriação dos espaços e bens públicos, apoiar a gestão comunitária.

- Produtos esperados: Atividades socioeducativas, apoio à formalização de condomínios, plano de ação de demandas prioritárias, dentre outros.
- Atividades: Oficinas de convivência, encontros de fortalecimento da vizinhança, assessoria à formalização condominial, dentre outras.
- Meios de verificação: Regimentos, atas, planos pactuados, relatórios de implementação.

Eixo III – Sustentabilidade Ambiental, Segurança Alimentar e Promoção da Saúde

- Objetivo: Estimular práticas sustentáveis, promover saúde e segurança alimentar.
- Produtos esperados: Atividades educativas sobre meio ambiente, alimentação saudável e autocuidado, dentre outros.
- Atividades: Oficinas sobre hortas comunitárias, palestras de saúde preventiva, ações educativas com famílias, dentre outras.
- Meios de verificação: Relatórios, registros de participação, materiais didáticos utilizados.

Eixo IV – Desenvolvimento Socioeconômico

- Objetivo: Promover inclusão produtiva e incremento da renda.
- Produtos esperados: Atividades de qualificação profissional, educação financeira e articulação para acesso a oportunidades, dentre outros.
- Atividades: Cursos, oficinas de geração de renda, feiras de talentos locais, seminários sobre finanças pessoais, dentre outras.
- Meios de verificação: Certificados, parcerias, registros de eventos.

Eixo V – Direitos Humanos, Educação, Cidadania e Cultura

- Objetivo: Promover os direitos humanos, cidadania e valorização das culturas locais.
- Produtos esperados: Ações culturais, atividades educativas sobre direitos sociais e cidadania, dentre outros.
- Atividades: Encontros culturais, exposições comunitárias, cine-debates, oficinas de cidadania, dentre outras.
- Meios de verificação: Relatórios, vídeos, registros de presença, material gráfico.

Eixo Complementar – Gestão Condominial

- Objetivo: Apoiar a estruturação e funcionamento da gestão condominial.
- Produtos esperados: Convenção de condomínio, formação do Grupo Gestor, manual do síndico, atividades educativas sobre convivência e manutenção, dentre outros.

- Atividades: Oficinas de gestão, apoio jurídico para formalização, simulações de assembleias, dentre outras.
- Meios de verificação: Cartão CNPJ do condomínio, regimentos internos, relatórios das oficinas.

Requisitos Adicionais

Inserção de procedimentos para atendimento de pessoas e famílias em situação de rua e trajetória de rua, conforme Portaria Conjunta MCID/MDHC/MDS N° 04 de 20 de março de 2025.


5. Ponderação Técnica e Preço

A ponderação a ser aplicada na avaliação das propostas será:

- Técnica: 70%
- Preço: 30%

Na avaliação final considerar-se-á vencedora a empresa que apresentar a maior pontuação combinada de técnica e preço global.

Teresina, 06 de Abril de 2026.

Documento assinado digitalmente
 **ROGERIA LUCIA CLARA DE SOUSA**
Data: 08/04/2026 12:01:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Rogéria Lúcia Clara de Sousa
Assistente Social CRESS N° 287
SEMPPLAN – PMT

PROJETO DE TRABALHO SOCIAL – PTS PRELIMINAR



PMCMV /2025 RESIDENCIAL SANTA TERESA

TERESINA – PIAUÍ
ABRIL/2026

SUMÁRIO

1.	IDENTIFICAÇÃO.....	4
2.	APRESENTAÇÃO.....	5
3.	JUSTIFICATIVA DO PROJETO DE TRABALHO SOCIAL.....	6
4.	CARACTERÍSTICAS DA ÁREA DE INTERVENÇÃO E DA MACROÁREA.....	7
4.1	HISTÓRICO DA MACROÁREA.....	7
4.2	CARACTERÍSTICAS DA MACROÁREA.....	10
4.2.1	POPULAÇÃO DO BAIRRO SANTO ANTÔNIO.....	10
4.2.2	HABITAÇÃO.....	12
4.3	SERVIÇOS PÚBLICOS E INFRAESTRUTURA.....	15
4.3.1	SAÚDE.....	15
4.3.3	ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	21
4.3.4	ECONOMIA E COMÉRCIO.....	21
4.3.5	ATIVIDADES EMPRESARIAIS, TRABALHO E RENDA.....	26
4.3.6	TRANSPORTE, CULTURA E LAZER.....	30
4.3.7	PAVIMENTAÇÃO.....	32
4.3.8	SEGURANÇA.....	34
4.4	CARACTERIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS.....	34
5	OBJETIVOS.....	35
5.1	GERAL.....	35
5.2	ESPECÍFICOS.....	36
6.	ESTRATÉGIA METODOLÓGICA DO PROJETO DE TRABALHO SOCIAL.....	37
6.1	RESPONSABILIDADE DO ENTE PÚBLICO	37
7.	METODOLOGIA OPERACIONAL.....	38
7.1.	TRABALHO SOCIAL A SER REALIZADO PELO ENTE PÚBLICO	40
7	EXECUÇÃO DO TRABALHO SOCIAL.....	41

8.1.	AÇÕES E METODOLOGIA DAS ATIVIDADES A SEREM EXECUTADAS PELO ENTE PÚBLICO ATÉ A CONTRATAÇÃO DA EMPRESA RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DO TRABALHO SOCIAL.	43
8.2.	RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS NAS AÇÕES DO ENTE PÚBLICO	50
8.3.	RESPONSABILIDADE DA EMPRESA CONTRATADA.....	50
8.3.1.	ELABORAR O PROJETO DE TRABALHO SOCIAL CONFORME ESCOPO MÍNIMO:.....	50
9.	EIXOS TEMÁTICOS E ESTRUTURA LÓGICA PARA ELABORAÇÃO DO PTS.....	52
10.	ATIVIDADES DO PROJETO DE TRABALHO SOCIAL EM EDIFICAÇÕES MULTIFAMILIARES.....	57
11.	FASES DE EXECUÇÃO DO PTS.....	57
12.	CRONOGRAMA DE ATIVIDADES (Ente público) – 24 meses.....	59
13.	CRONOGRAMA DE ATIVIDADES (Empresa Contratada) – 18 meses.....	64
14.	ORÇAMENTO.....	66
15.	RESPONSÁVEL.....	66
16.	BIBLIOGRAFIA.....	67

1. IDENTIFICAÇÃO

PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA		
Protocolo Portaria MCID N° 1482/2023 N° 20230706110226		
EMPREENDIMENTO:	Residencial Santa Teresa	
TIPO DE EMPREENDIMENTO:	Residencial Multifamiliar	
FONTE DE RECURSOS:	FAR	
LOCALIZAÇÃO:	Bairro Santo Antônio	
ENDEREÇO DO RESIDENCIAL:	Rua 18, Quadra B1, Loteamento Santa Teresa, Bairro Santo Antônio.	
REGIME DE EXECUÇÃO:	Misto	
PRAZO DE EXECUÇÃO:	24 meses – Ente Público 18 meses – Empresa Contratada	
TOTAL DE UNIDADES HABITACIONAIS:	176 U.H	
VALOR PARA EXECUÇÃO DA OBRA	R\$ 29.920.000,00	
VALOR PARA EXECUÇÃO DO PTS	R\$ 598.400,00	
PERCENTUAL DE OBRAS	90% de obras	
PROPONENTE:	Prefeitura Municipal de Teresina	
RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO:	Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação - SEMPLAN	
	NOME: Marco Antônio Ayres Correa Lima	
	CARGO: Secretário da SEMPLAN	
RESPONSÁVEL TÉCNICO SOCIAL - ENTE PÚBLICO	NOME:	Rogéria Lúcia Clara de Sousa
	FORMAÇÃO:	Assistente Social
	E-MAIL:	Rogeria_lucia@hotmail.com
	FUNÇÃO:	Coordenadora de Habitação da SEMPLAN

2. APRESENTAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Teresina apresenta o Projeto de Trabalho Social, que beneficiará 176 famílias que residirão no Residencial Santa Teresa, localizado à Rua 18, Quadra B1, Loteamento Santa Teresa, bairro Santo Antônio, na cidade de Teresina – Piauí.

Este empreendimento foi aprovado pela Portaria MCID Nº 1.482, de 21 de novembro de 2023, que divulgou as propostas de empreendimentos habitacionais enquadrados na linha de atendimento de provisão subsidiada de unidades habitacionais novas em áreas urbanas, com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial. O FAR integra o Programa Minha Casa, Minha Vida, conforme disposto na Portaria MCID nº 727, de 15 de junho de 2023.

O Projeto de Trabalho Social foi desenvolvido em conformidade com o Caderno de Orientação Técnico Social e a Portaria MCID Nº 75 de 28 de janeiro de 2025, que dispõe sobre o Trabalho Social nos programas e ações do Ministério das Cidades, com o intuito de implementar ações que fortaleçam a comunidade e integrem os beneficiários à nova realidade habitacional, assegurando uma vida digna e participativa.

O objetivo central do Projeto de Trabalho Social – PTS, é incentivar a participação ativa dos beneficiários nos processos de inserção dos beneficiários no território, implantação e acompanhamento do acesso a serviços e bens que impactam suas vidas, visando à melhoria das condições de vida, à concretização de direitos sociais, à articulação das políticas públicas e à garantia da sustentabilidade dos bens, equipamentos e serviços implantados.

Desta forma, é imprescindível inseri-los na realidade local, estimulando o pleno uso e apropriação dos espaços, equipamentos e serviços disponíveis. Essa abordagem visa garantir que as intervenções propostas sejam relevantes e alinhadas às expectativas e realidades dos beneficiários, promovendo assim um desenvolvimento mais equitativo e inclusivo.

Neste sentido, o PTS promoverá a participação, garantindo que as vozes dos beneficiários sejam ouvidas e respeitadas nas decisões sobre o uso e manutenção dos bens e serviços. Também buscaremos fomentar a liderança e mobilização, estimulando a formação de líderes comunitários que possam organizar e mobilizar a comunidade em torno de uma gestão democrática e participativa dos processos implementados. Apoiamos, ainda, o desenvolvimento da cidadania, ao construir laços sociais e comunitários que promovam o respeito mútuo e a convivência harmônica entre os moradores.

3. JUSTIFICATIVA DO PROJETO DE TRABALHO SOCIAL

O município de Teresina, capital do Piauí, apresenta desafios estruturais significativos relacionados ao déficit habitacional e às desigualdades urbanas. De acordo com a Fundação João Pinheiro (2019), cerca de 9% das famílias não possuem moradias adequadas e aproximadamente 35 mil pessoas ainda vivem sem casa própria. Esse cenário revela uma expressiva carência habitacional, marcada pela concentração da pobreza em áreas periféricas e pela precariedade das condições de infraestrutura urbana.

A ausência de regularização fundiária, a urbanização desordenada e a insuficiência de serviços básicos, como saneamento, transporte e abastecimento de água, contribuíram para a expansão de assentamentos informais e para o agravamento da vulnerabilidade social. Indicadores apontam que 16,14% da população residia em aglomerados subnormais em 2010 e que 19,55% dos domicílios foram classificados como favelas em 2019, demonstrando a necessidade de ações estruturadas e contínuas de política habitacional.

Diante desse contexto, a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas – ONU, para o Desenvolvimento Sustentável alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS oferecem um referencial estratégico para orientar o planejamento urbano e social de Teresina. Em especial, o ODS 11, que busca tornar as cidades e assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis, e o ODS 10, voltado à redução das desigualdades, fundamentam a necessidade de promover acesso equitativo à moradia, infraestrutura adequada e participação comunitária.

Nesse sentido, o Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV constitui-se como um instrumento essencial para o cumprimento dos compromissos da Agenda 2030, ao promover o direito à moradia digna e o fortalecimento da coesão social. Em Teresina, a execução do Programa contribui para a redução do déficit habitacional, a melhoria das condições de vida das famílias de baixa renda e a integração urbana e territorial de comunidades historicamente marginalizadas.

A implementação do Programa vai além da construção de unidades habitacionais. Por meio do Projeto de Trabalho Social -PTS, especialmente nas operações da Faixa 1, são desenvolvidas ações que fortalecem a organização comunitária, promovem capacitação e empoderamento social e incentivam o exercício da cidadania. Esse trabalho garante que as famílias compreendam seus direitos, deveres e responsabilidades coletivas, favorecendo a

consolidação de comunidades mais coesas, participativas e sustentáveis.

Assim, a execução do PMCMV em Teresina está alinhada às diretrizes da Agenda 2030 e representa uma oportunidade concreta de promover desenvolvimento urbano inclusivo, redução das desigualdades e melhoria da qualidade de vida da população, consolidando uma cidade mais justa, segura e resiliente.

4. CARACTERÍSTICAS DA ÁREA DE INTERVENÇÃO E DA MACROÁREA

O principal objetivo do diagnóstico da macroárea, além de compreender a dinâmica do território, é identificar e mapear as potencialidades locais e estabelecer articulações que permitam a formulação de soluções viáveis e sustentáveis para o atendimento das necessidades dos beneficiários ao longo do curto, médio e longo prazo.

Nesse contexto, o texto a seguir oferece uma visão geral desses aspectos, sublinhando a relevância de analisar o passado para guiar o futuro desenvolvimento sustentável do Residencial Santa Teresa e seu entorno.

Ao avaliar as características históricas e atuais da área, o diagnóstico permitirá reconhecer padrões de crescimento urbano, infraestrutura disponível, e potencial para melhorias nas condições socioeconômica da população.

Esse olhar para o passado e presente é essencial para garantir que o planejamento futuro seja mais inclusivo e atenda de forma eficiente às necessidades habitacionais e sociais das famílias que irão residir no empreendimento, promovendo não apenas a melhoria da qualidade de vida, mas também a coesão e o fortalecimento da comunidade local.

O Residencial Santa Teresa está situado em um contexto urbano em Teresina, capital do Piauí, que possui uma população de aproximadamente 894.000 habitantes, conforme os dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. A cidade, localizada na região Nordeste do Brasil, apresenta uma realidade socioeconômica diversificada, refletindo tanto os desafios quanto as oportunidades para seus moradores.

4.1 HISTÓRICO DA MACROÁREA

O bairro Santo Antônio, localizado na zona sul de Teresina, capital do Piauí, é um dos

bairros mais antigos e históricos da cidade. Sua ocupação inicial remonta à década de 1960, quando a região começou a ser habitada de maneira esparsa. A área que hoje é o bairro Santo Antônio abrigava principalmente áreas rurais e terrenos pouco desenvolvidos. A intensificação do processo de urbanização, no entanto, ocorreu de maneira mais acentuada entre 1971 e 1980, período no qual o bairro começou a se transformar em um polo de urbanização e desenvolvimento.

O nome "Santo Antônio" é uma homenagem ao loteamento de mesmo nome, o primeiro a ser implantado na região, o que contribuiu para a identidade do bairro. Além disso, a área popularmente conhecida como KM-7, também faz parte do bairro e se destaca devido à sua proximidade com a Rodovia BR-316, um dos principais eixos viários que cortam Teresina no sentido norte-sul. Esse aspecto estratégico contribuiu para que a área ganhasse importância, não apenas no contexto residencial, mas também no âmbito comercial e de infraestrutura, atraindo novos habitantes e negócios.

Em 2013, parte do território do bairro Santo Antônio foi desmembrada, criando o bairro Parque Sul, por meio da Lei nº 4.423 de 16 de julho de 2013. Esse desmembramento foi uma importante mudança administrativa e urbanística para a cidade, o que reflete as mudanças demográficas e o processo de expansão urbana de Teresina. O bairro apesar disso, manteve sua identidade, sendo um dos núcleos residenciais mais conhecidos e importantes da zona sul da cidade, com um papel relevante na dinâmica urbana.

A urbanização do bairro Santo Antônio é um reflexo das transformações que Teresina passou ao longo das últimas décadas. A partir da década de 1970, a cidade experimentou um forte processo de crescimento populacional e expansão urbana. No caso do Santo Antônio, essa expansão foi facilitada pela sua proximidade com a Rodovia BR-316, que permitiu uma fácil conexão com outras regiões da cidade e contribuiu para a criação de uma rede de infraestrutura básica essencial para o desenvolvimento da área.

Nos primeiros anos, o processo de urbanização no bairro foi marcado por uma ocupação de caráter informal, com a construção de moradias sem um planejamento urbano adequado. Contudo, a partir da década de 1980, com a intensificação do processo de urbanização, começaram a ser implantados serviços essenciais como redes de água, esgoto, iluminação pública, pavimentação de ruas e a construção de vias de acesso. Esse processo foi gradual, refletindo a necessidade de adaptação à demanda crescente por moradia e serviços.

A urbanização teve um grande impulso com a implantação de loteamentos e a promoção

de investimentos em infraestrutura, o que resultou em um aumento significativo da população da área. Esse crescimento foi acompanhado por uma ampliação no número de comércio e serviços, criando um ambiente cada vez mais propício ao estabelecimento de atividades econômicas e ao aprimoramento da qualidade de vida dos seus moradores.

A área também foi beneficiada por políticas públicas e programas habitacionais, como o Programa Minha Casa Minha Vida, que contribuiu para a construção de moradias em regiões periféricas e de difícil acesso. A instalação do Residencial Santa Teresa, no contexto do Programa Minha Casa Minha Vida, é um exemplo claro de como o bairro tem se modernizado e se estruturado para atender a uma população cada vez maior.

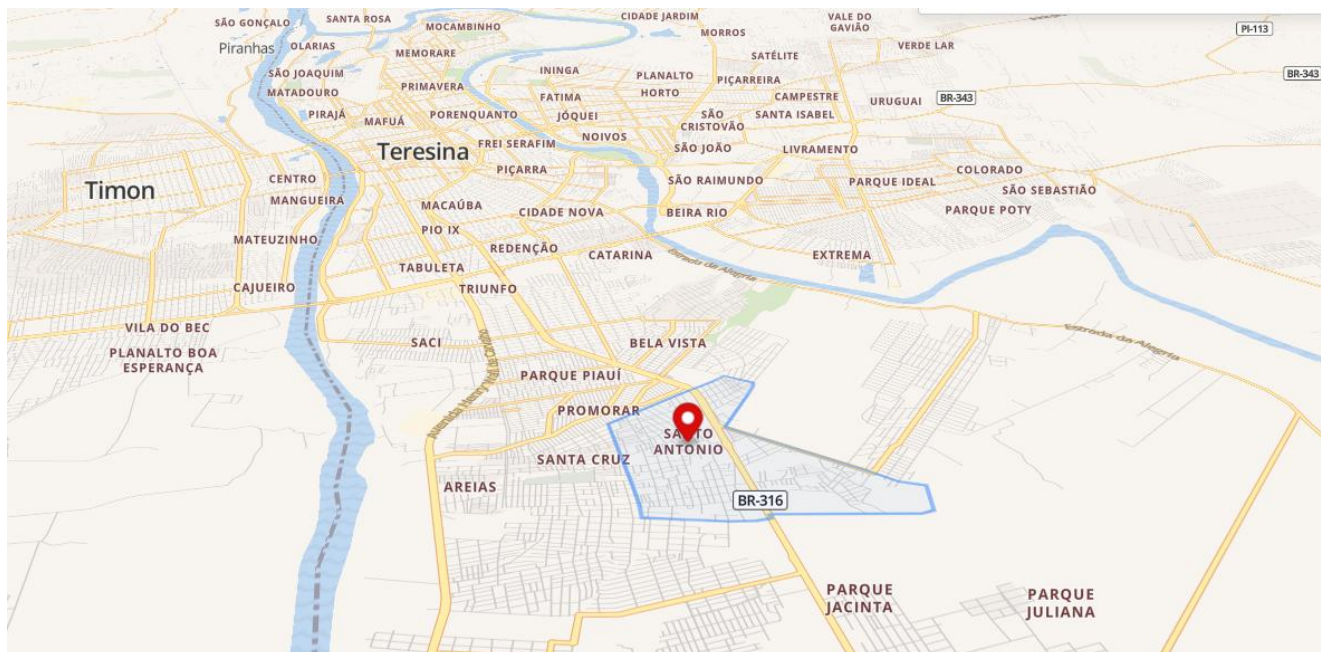
Ao longo das décadas, o bairro passou a ser um importante núcleo residencial da cidade, oferecendo uma boa infraestrutura de lazer, transporte e moradia. Além disso, a melhoria na rede de transportes públicos e a pavimentação das vias urbanas fortaleceram ainda mais sua posição como uma área de fácil acesso e integração com o restante da cidade.

Em 2013, com a criação do bairro Parque Sul, parte do território do Santo Antônio foi desmembrada, mas isso não diminuiu a importância da macroárea na dinâmica urbana de Teresina. Pelo contrário, o desmembramento ajudou a organizar a área e a descentralizar a gestão da cidade, contribuindo para o planejamento urbano de maneira mais eficiente e estratégica.

O processo de urbanização no bairro Santo Antônio e em sua macroárea foi, portanto, gradual e dinâmico, refletindo as mudanças demográficas, sociais e econômicas de Teresina ao longo do tempo. A infraestrutura bem estabelecida, a proximidade com importantes vias de acesso e a crescente oferta de serviços públicos garantem que o bairro continue a desempenhar um papel importante no desenvolvimento da cidade, enquanto as políticas públicas continuam a investir em melhorias na qualidade de vida da população local.

Abaixo segue a Figura 1, que apresenta a localização do bairro Santo Antônio, contextualizando sua posição dentro da malha urbana de Teresina.

Figura 1 – Localização do Bairro Santo Antônio



Fonte: Bairro Santo Antônio - Teresina - PI Pesquisado em: <https://guiamapa.com/pi/teresina/santo-antonio>

4.2 CARACTERÍSTICAS DA MACROÁREA

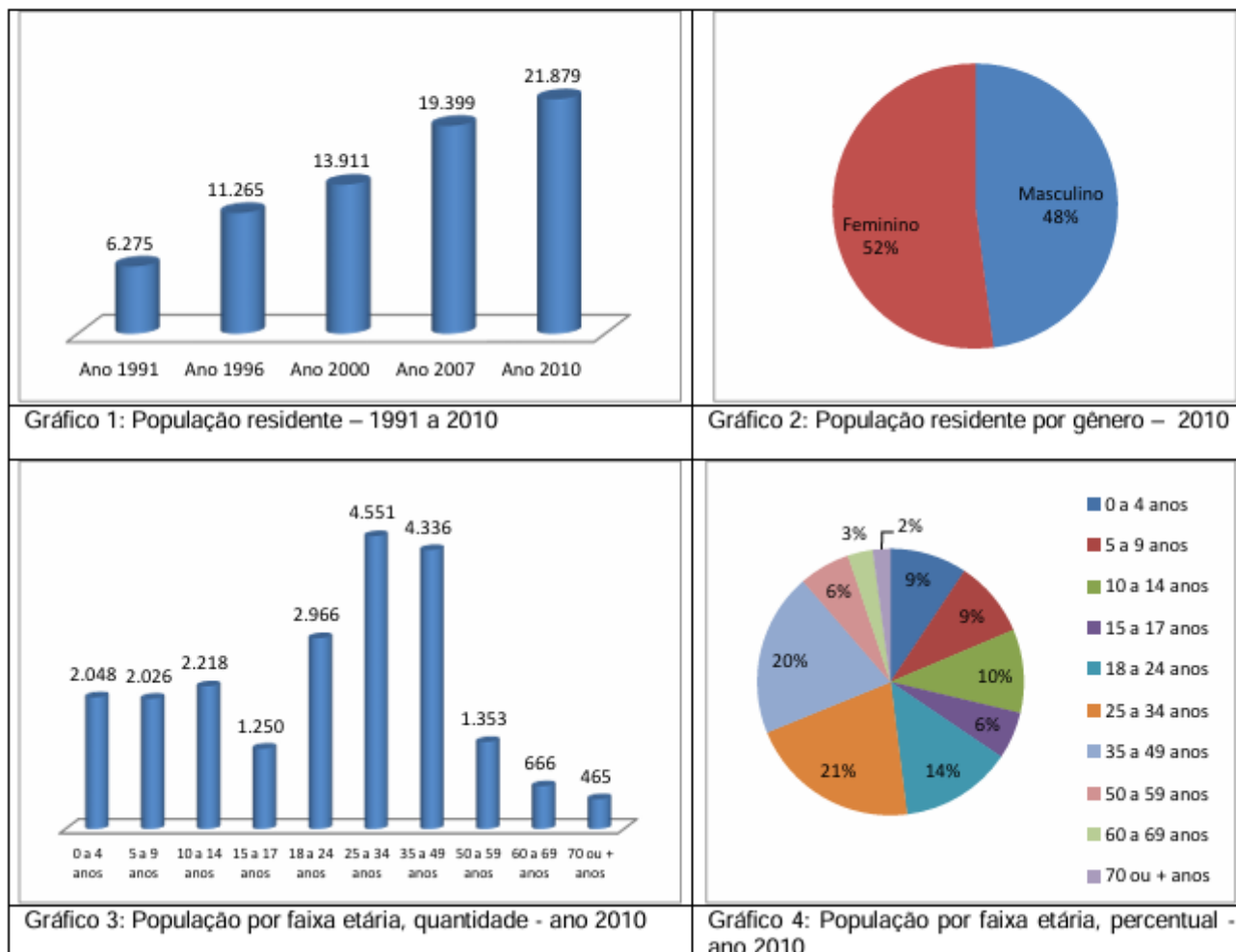
4.2.1 POPULAÇÃO DO BAIRRO SANTO ANTÔNIO

Com base nos dados do IBGE de 2022, a população do bairro Santo Antônio, localizado em Teresina (PI), era de 14.021 habitantes. Para fins de caracterização populacional, será adotado como referência o ano de 2010, uma vez que ainda não existem fontes oficiais que possibilitem uma análise mais detalhada e atualizada sobre a composição demográfica do bairro. A Figura 2 detalha a caracterização da população da macroárea, com informações de maneira abrangente e ilustrando as características demográficas da região.

Figura 2 – Caracterização da população da macroárea

POPULAÇÃO

Em 2010 a população do bairro Santo Antônio representava 2,85% da cidade de Teresina e ocupava a 5ª posição. Na última década, a população do bairro aumentou 12,9%.



Fonte: IBGE Censo, 2010

A análise dos dados populacionais do bairro Santo Antônio, em Teresina (PI), revela algumas mudanças importantes entre os anos de 2010 e 2022, com base nas informações fornecidas pelo IBGE.

Em 2010, a população do bairro era de 21.879 habitantes, enquanto em 2022 essa cifra caiu para 14.021 habitantes, o que representa uma redução significativa de aproximadamente 35,8% no total de moradores. Essa queda pode ser indicativa de diversos fatores, como deslocamento populacional para outras áreas da cidade, migração para bairros mais centrais ou até mesmo mudanças nas condições socioeconômicas da região. A diminuição populacional também

pode refletir alterações na taxa de natalidade, migração ou em processos de requalificação urbana que podem ter alterado a dinâmica do bairro.

Em relação à composição de gênero, em 2010, 52% da população do bairro era composta por mulheres. Esse dado sugere uma ligeira predominância do sexo feminino, o que é comum em muitas áreas urbanas do Brasil, devido a fatores como a maior expectativa de vida das mulheres. A análise dessa proporção ao longo do tempo poderia fornecer insights importantes sobre mudanças demográficas e de estrutura familiar.

Outro dado relevante de 2010 é a predominância de adolescentes, jovens e adultos na faixa etária de 18 a 49 anos. Esse perfil etário é característico de bairros com uma população ativa e em pleno desenvolvimento econômico e social, o que sugere que, naquela época, o bairro abrigava uma população jovem e economicamente produtiva, possivelmente com grande participação no mercado de trabalho e em atividades educacionais. A presença de uma faixa etária jovem também está ligada a uma maior demanda por infraestrutura e serviços voltados à educação, emprego, saúde e lazer.

A comparação entre 2010 e 2022 mostra uma mudança significativa tanto no número total de habitantes quanto em possíveis transformações nas características demográficas do bairro. Uma análise mais aprofundada, incluindo dados como taxa de natalidade, migração e indicadores socioeconômicos mais detalhados, poderia ajudar a compreender melhor os motivos dessa redução populacional e as implicações para o planejamento urbano e social de Santo Antônio.

4.2.2 HABITAÇÃO

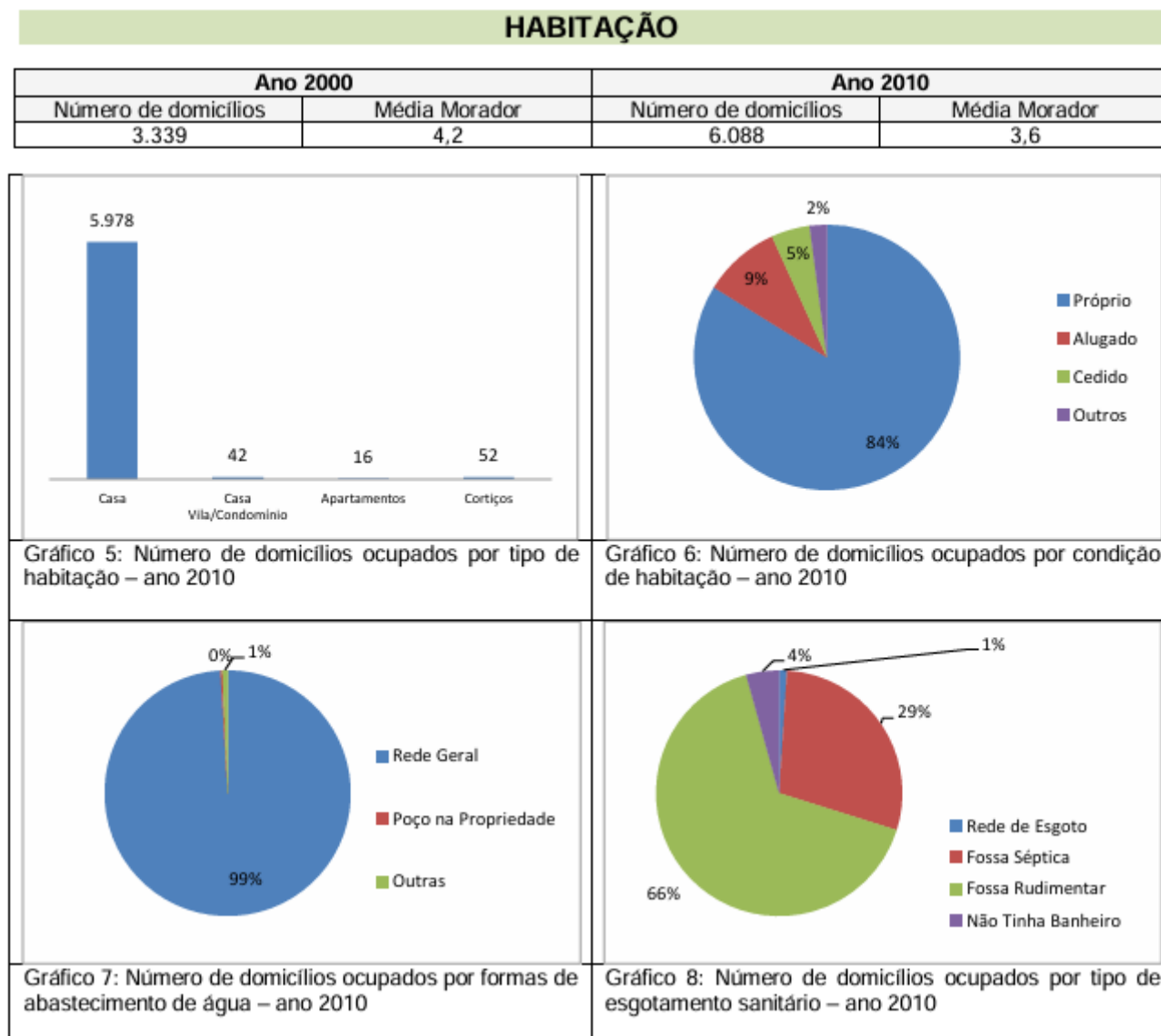
Para a análise dos dados de habitação do bairro Santo Antônio, utilizaremos as informações fornecidas pelo IBGE de 2010, a fim de compreender as condições de moradia e infraestrutura disponíveis na época.

Este estudo abordará três aspectos essenciais: o número de domicílios, os tipos de habitação predominantes e as condições de esgotamento sanitário, fundamentais para a avaliação da qualidade de vida e do desenvolvimento urbano da região.

Ao considerar essas variáveis, será possível identificar as características habitacionais do bairro e analisar as possíveis transformações que ocorreram ao longo do tempo, oferecendo uma base para o planejamento e a implementação de políticas públicas voltadas à melhoria da infraestrutura e bem-estar da população. A Figura 3 detalha a caracterização dos dados de

habitação da macroárea, oferecendo um melhor entendimento das condições habitacionais do bairro.

Figura 3 – Caracterização dos dados de habitação da macroárea



Fonte: IBGE, Censo/2010.

A análise dos dados de habitação do bairro Santo Antônio, com base nas informações do IBGE de 2010, revela alguns aspectos importantes sobre as condições habitacionais da região.

Primeiramente, observa-se que o número total de domicílios no bairro permaneceu praticamente estável entre 2000 e 2010, com uma leve redução de 6.088 para 5.978 domicílios.

Esse número constante de domicílios pode sugerir uma relativa estabilidade na oferta de moradias na área, com a população mantendo um padrão semelhante de ocupação ao longo da década.

Em relação à tipologia das habitações, 5.978 domicílios (praticamente a totalidade) eram compostos por casas de alvenaria com telhado de telha, o que indica um padrão de construção considerado mais durável e com uma infraestrutura melhor do que outros tipos de habitação, como as de madeira ou barro. A predominância de casas de alvenaria reflete uma estrutura de moradia consolidada e em conformidade com as condições mínimas de habitabilidade, mas também pode ser um indicativo de um bairro com um histórico de urbanização mais recente, possivelmente caracterizado por melhorias no acesso à infraestrutura básica.

Outro dado relevante é a presença de 52 cortiços, o que aponta para uma minoria de domicílios onde as condições de moradia podem ser mais precárias, com alta densidade populacional e, geralmente, menos privacidade e qualidade de vida. Embora o número de cortiços seja pequeno em relação ao total de domicílios, é importante destacar que eles ainda representam uma realidade para algumas famílias do bairro e demandam atenção em termos de políticas públicas voltadas para a melhoria das condições habitacionais e o combate à formação de aglomerados de moradia em situação de vulnerabilidade.

Em termos de propriedade, 84% das casas eram próprias, o que demonstra um índice relativamente alto de estabilidade habitacional, já que a posse da casa é um reflexo de uma população com certa estabilidade econômica e social. A alta porcentagem de casas próprias sugere também um possível acesso ao crédito ou políticas públicas voltadas à aquisição de imóveis, o que é positivo para a formação do capital familiar e a segurança do domicílio.

No que diz respeito ao abastecimento de água, 99% dos domicílios estavam conectados à rede de abastecimento geral, o que indica uma boa cobertura do serviço, refletindo melhorias na infraestrutura urbana do bairro e acesso a um recurso essencial para a saúde e qualidade de vida da população. A presença quase total de ligação à rede de abastecimento de água é um bom indicativo da urbanização e do avanço no atendimento aos serviços básicos, fator crucial para o desenvolvimento de um ambiente saudável.

Por fim, 66% dos domicílios possuíam fossa rudimentar, o que revela uma deficiência no sistema de esgotamento sanitário. Embora a cobertura de rede de abastecimento de água seja alta, o alto índice de fossas rudimentares aponta para a falta de adequação no sistema de saneamento básico, o que pode comprometer a saúde pública e a qualidade ambiental da região. Esse dado sugere a necessidade urgente de investimentos em infraestrutura sanitária para garantir melhores

condições de vida aos moradores, principalmente no que tange à saúde pública e ao meio ambiente.

Em síntese, embora o bairro Santo Antônio tenha experimentado um certo avanço em termos de qualidade habitacional e infraestrutura básica ao longo da década de 2000 para 2010, como evidenciado pela predominância de casas próprias e o alto índice de ligação à rede de abastecimento de água, a presença de fossas rudimentares e cortiços ainda indica desafios significativos na área de saneamento e moradia de qualidade. Esses dados oferecem uma base importante para a formulação de políticas públicas que visem melhorar as condições de vida da população e garantir o acesso a um saneamento adequado e a melhores condições habitacionais.

4.3 SERVIÇOS PÚBLICOS E INFRAESTRUTURA

4.3.1 SAÚDE

A proximidade de serviços essenciais como saúde e educação aos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) é de extrema importância para garantir a qualidade de vida das famílias beneficiadas e o sucesso a longo prazo dessa iniciativa habitacional. O acesso fácil a esses serviços impacta diretamente no bem-estar, na inclusão social e no desenvolvimento das comunidades, promovendo uma melhor integração das famílias ao ambiente urbano e melhorando sua qualidade de vida.

A presença de unidades de saúde próximas aos empreendimentos do programa é fundamental para a promoção do bem-estar da população. Muitas vezes, as famílias que se mudam para novas moradias do Minha Casa, Minha Vida são oriundas de áreas mais periféricas ou com infraestrutura limitada, e o acesso a serviços de saúde é essencial para atender às necessidades básicas, como consultas médicas, tratamentos de doenças e cuidados preventivos. A disponibilidade de postos de saúde ou centros de atendimento médico nas proximidades reduz a dificuldade de deslocamento, garantindo um atendimento mais rápido e eficaz, o que é vital para o cuidado da saúde da família, especialmente em situações de emergência ou para acompanhamento regular, como gestantes e crianças.

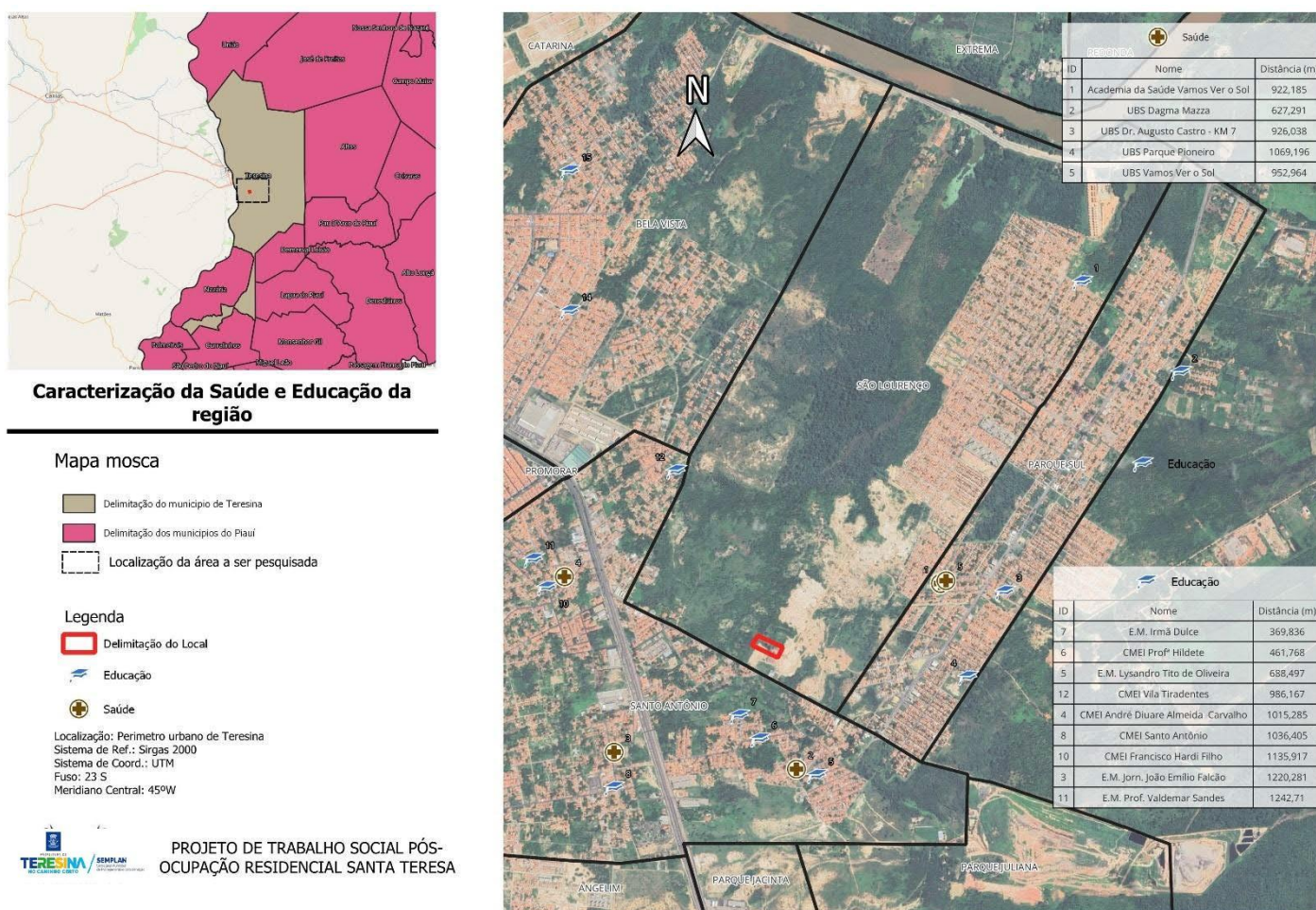
O acesso à educação de qualidade também é um fator crucial para o sucesso do programa e para o futuro das crianças e jovens dessas comunidades. A proximidade de escolas, creches e centros de educação infantil contribui para o desenvolvimento educacional das crianças e facilita a

rotina das famílias, principalmente aquelas que não possuem meios para longos deslocamentos. A educação é um direito fundamental e desempenha um papel importante na quebra do ciclo de pobreza, proporcionando melhores oportunidades de trabalho e qualificação. Além disso, a presença de instituições educacionais nas proximidades favorece a integração social, criando um ambiente mais seguro e estimulante para o aprendizado e o desenvolvimento pessoal.

Qualidade de vida e integração social: A proximidade dos serviços de saúde e educação também favorece a integração da nova comunidade ao tecido urbano mais amplo. Isso não só melhora a qualidade de vida, mas também facilita a mobilidade social e a inclusão, garantindo que as famílias do Minha Casa, Minha Vida não se sintam isoladas, mas sim parte de uma rede de serviços que contribui para seu desenvolvimento e bem-estar. Além disso, a oferta de serviços públicos nas imediações dos empreendimentos é um incentivo à construção de um bairro mais dinâmico, com espaços destinados ao convívio social, lazer e cultura, além de garantir que a população tenha acesso a direitos básicos que são essenciais para uma vida digna.

Portanto, a presença de unidades de saúde e escolas próximas aos empreendimentos do Programa Minha Casa, Minha Vida não é apenas um benefício logístico, mas uma estratégia para garantir a qualidade de vida das famílias, promover a inclusão social e assegurar o desenvolvimento pleno das comunidades. Esse tipo de planejamento urbano integrado é essencial para que o programa atenda suas reais finalidades: proporcionar moradia de qualidade e promover o bem-estar social e econômico de seus beneficiários. A Figura 4 detalha a identificação e a distância dos serviços públicos de saúde e educação no entorno do residencial Santa Teresina, permitindo uma compreensão mais clara da acessibilidade a esses serviços pela população local.

Figura 4 – Identificação e distância dos serviços públicos de saúde e educação no entorno do residencial Santa Teresina



Fonte: Elaborado por SEMPLAN

A análise dos serviços de saúde disponíveis no bairro Santo Antônio, com relação à distância das unidades de saúde em relação ao Residencial Santa Teresa, revela um panorama importante sobre o acesso à saúde para os moradores dessa área.

Unidade Básica de Saúde Dagmar Mazza: Localizada a 0,63 km do Residencial Santa Teresa, esta UBS oferece fácil acesso aos moradores da região. A proximidade facilita a busca por atendimentos básicos de saúde, como consultas médicas, vacinação, exames e acompanhamento de doenças crônicas. Esse acesso próximo é um fator positivo para a promoção da saúde da comunidade, principalmente em situações de urgência.

Unidade Básica de Saúde Dr. Augusto Castro: Situada a 0,93 km do Residencial, esta unidade também está relativamente próxima, o que garante um atendimento adequado e eficiente para a população do bairro. Com uma distância de menos de 1 km, os moradores têm acesso a

serviços médicos essenciais de maneira rápida, o que é importante para o acompanhamento de saúde preventiva e de doenças recorrentes.

Unidade Básica de Saúde do Parque Pioneiro: Com uma distância de 1,07 km do Residencial, esta UBS ainda se encontra em um raio acessível para os moradores, embora seja um pouco mais distante em comparação com as anteriores. A localização a 1 km ainda proporciona acesso razoável aos serviços de saúde, garantindo uma cobertura eficiente, mas, em termos de conveniência, poderia representar um pequeno obstáculo para famílias com mobilidade reduzida ou dificuldades de transporte.

Unidade Básica de Saúde “Vamos Ver o Sol”: A 0,95 km de distância do Residencial Santa Teresa coloca essa UBS em uma posição de fácil acesso para a maioria dos moradores. Com uma distância semelhante à da UBS Dr. Augusto Castro, oferece um bom equilíbrio entre a proximidade e a abrangência de serviços de saúde essenciais, ajudando a manter a saúde da população em um nível adequado.

As quatro unidades básicas de saúde mencionadas estão localizadas a distâncias razoavelmente curtas do Residencial Santa Teresa, variando entre 0,63 km e 1,07 km. Esses serviços são cruciais para garantir o acesso à saúde da população do bairro Santo Antônio, oferecendo cuidados médicos essenciais, como atendimentos preventivos, vacinação, acompanhamento de doenças crônicas, entre outros. A proximidade das UBSs é um ponto positivo, pois facilita o acesso aos serviços e reduz os custos e o tempo de deslocamento para os moradores, especialmente em situações de urgência.

Contudo, ainda que as distâncias sejam relativamente curtas, é importante observar que, em áreas com grande número de moradores ou em situações específicas, o acesso a essas unidades pode se tornar um desafio, especialmente em casos de alta demanda de atendimento ou falta de transporte adequado. Portanto, a ampliação da cobertura de saúde e a garantia de um bom sistema de transporte público também devem ser consideradas para assegurar que todos os moradores do Residencial Santa Teresa tenham um acesso eficiente e adequado aos serviços de saúde disponíveis.

Em suma, o bairro Santo Antônio oferece um bom nível de cobertura de serviços de saúde para os moradores do Residencial Santa Teresa, com unidades básicas de saúde situadas a distâncias acessíveis e dentro de um raio de fácil deslocamento. Isso contribui para a promoção da saúde e o bem-estar da população da região.

4.3.2 EDUCAÇÃO

Análise dos Serviços Públicos de Educação no Entorno do Residencial Santa Teresa

A análise das instituições de ensino disponíveis nas proximidades do Residencial Santa Teresa, no bairro Santo Antônio, permite compreender a distribuição e o acesso a serviços educacionais fundamentais para os moradores da região. A seguir, apresentamos os dados convertidos para quilômetro e a organização das escolas por modalidade de ensino: creche, ensino infantil, ensino fundamental e ensino médio.

- **Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI (Educação Infantil – 0 a 5 anos):**

As creches oferecem atendimento para crianças de 0 a 5 anos, fornecendo uma base educacional importante para o início da formação escolar. A proximidade dessas instituições é essencial para as famílias que necessitam de cuidados e educação infantil para seus filhos mais novos. As creches próximas ao Residencial Santa Teresa estão distribuídas da seguinte forma:

Centro Municipal de Educação Infantil Professora Hildete – 0,46 km de distância.

Centro Municipal de Educação Infantil Enilson Carvalho.

Centro Municipal de Educação Infantil Vila Tiradentes – 0,99 km de distância.

Centro Municipal de Educação Infantil Vovó Lais – 0,69 km de distância.

Centro Municipal de Educação Infantil Francisco Hardi Filho – 1,14 km de distância.

Centro Municipal de Educação Infantil Santo Antônio.

A maioria dessas creches está localizada a uma distância acessível, variando entre 0,46 km e 1,14 km, o que facilita o acesso para as famílias, promovendo uma boa cobertura educacional para crianças de 0 a 5 anos. O acesso próximo a essas instituições é crucial, pois permite que as crianças da região tenham uma educação inicial de qualidade, e as famílias se beneficiem de serviços de cuidado e socialização.

- **Ensino Infantil (Educação Infantil – 6 anos):**

O ensino infantil oferece educação para crianças a partir dos 6 anos, geralmente até o 1º ano do ensino fundamental. As escolas mais próximas que atendem essa faixa etária são:

Escola Municipal Irmã Dulce – 0,36 km de distância.

Escola Municipal Lysandro Tito de Oliveira – 0,69 km de distância.

Essas duas escolas estão localizadas em distâncias muito curtas, com a Escola Irmã Dulce a apenas 0,36 km e a Escola Lysandro Tito a 0,69 km do residencial. Isso facilita o acesso das

crianças da região à educação básica inicial e garante que a comunidade tenha uma oferta de qualidade e proximidade para o atendimento educacional de crianças de 6 anos.

- **Ensino Fundamental (1º ao 9º ano):**

O ensino fundamental atende crianças e adolescentes de 6 a 14 anos, cobrindo as séries do 1º ao 9º ano. As escolas disponíveis para essa faixa etária incluem:

Escola Municipal Professor Valdemar Sandes – 1,24 km de distância.

Escola Municipal Lysandro Tito de Oliveira – 0,69 km de distância.

Unidade Escolar Professor José Camilo da Silveira Filho – distância não especificada.

A Escola Professor Valdemar Sandes está localizada a 1,24 km do residencial, uma distância um pouco maior em comparação com as outras opções, mas ainda acessível para os moradores da região. A Escola Lysandro Tito de Oliveira, que também oferece ensino fundamental, está localizada a 0,69 km, facilitando o acesso dos moradores. A presença dessas escolas dentro de um raio de cerca de 1,24 km contribui para garantir que as crianças e adolescentes do Residencial Santa Teresa possam continuar seus estudos com boa acessibilidade.

- **Ensino Médio:**

O ensino médio, que atende adolescentes de 15 a 17 anos, é uma etapa educacional importante para a formação acadêmica e preparação para o ingresso no mercado de trabalho ou no ensino superior. A única instituição de ensino médio disponível no entorno do residencial é:

Unidade Escolar Professor Melo Magalhães (CAIC)

A presença de uma escola de ensino médio nas proximidades é um ponto positivo para os moradores que necessitam de acesso a essa modalidade de ensino, sendo um fator determinante para o acesso à educação de qualidade para os adolescentes da região.

De maneira geral, o Residencial Santa Teresa está bem atendido por uma variedade de instituições educacionais em diferentes níveis de ensino. As creches e as escolas de ensino infantil estão localizadas a distâncias muito curtas, variando entre 0,36 km e 1,14 km, o que garante fácil acesso para as crianças mais novas da região. O ensino fundamental também está adequadamente atendido, com escolas a uma distância de até 1,24 km, facilitando o deslocamento das famílias para garantir a continuidade dos estudos.

Esses dados indicam que o entorno do Residencial Santa Teresa oferece boas opções de acesso à educação, com uma distribuição eficiente de serviços públicos de ensino nas diversas modalidades. No entanto, a ampliação do número de unidades de ensino médio e a oferta de transporte público acessível podem ser áreas de melhoria para garantir o pleno acesso de toda a

população à educação de qualidade.

4.3.3 ASSISTÊNCIA SOCIAL

No entorno do Residencial Santa Teresa, há diversos serviços de assistência social disponível para atender às necessidades da comunidade. O Centro de Convivência KM 07, localizado na região, oferece um espaço de apoio social e atividades comunitárias para fortalecer os vínculos sociais e promover a inclusão. Além disso, a população tem acesso ao Núcleo de Atendimento Integrado - NAI Km 7, que presta serviços de assistência social, orientações e suporte a famílias em situação de vulnerabilidade.

Outros serviços importantes são os Centros de Referência de Assistência Social - CRAS, que estão estrategicamente localizados para garantir o atendimento à população. O CRAS SUL III, nomeado "Maria de Jesus Soares Diocesano", situado na Rua 63, nº2050, Bairro Promorar, oferece apoio psicossocial, encaminhamentos e acesso a programas de assistência social.

Já o CRAS SUL II, "Irmã Dulce", localizado na Avenida Santa Madre Paulina, nº2250, Parque Eliane, Vila Irmã Dulce, desempenha um papel similar, promovendo o acesso a serviços para as famílias da região. Esses centros são fundamentais para garantir o apoio necessário às famílias do Residencial Santa Teresa, promovendo a inclusão social e o acesso a políticas públicas que visam a melhoria das condições de vida e o fortalecimento da rede de proteção social.

Essas unidades integram o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), coordenado pela SEMCASPI, e são regulamentadas pela Resolução CNAS nº 109/2009 e do Plano Decenal 2020-2030. A atuação dessas instâncias é vital para conectar as famílias do bairro a benefícios como Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada (BPC), Passe Livre para pessoas com deficiência ou idosos e Pro Jovem, bem como promover ações de prevenção e integração comunitária.

4.3.4 ECONOMIA E COMÉRCIO

Desenvolvimento Econômico, Comércio e Oportunidades de Emprego nas Proximidades do Residencial Santa Teresa

O desenvolvimento econômico de uma área urbana está intimamente ligado ao acesso a serviços, infraestrutura de mobilidade e oportunidades de emprego. No caso do Residencial Santa Teresa, localizado no bairro Santo Antônio, a proximidade com centros comerciais, áreas de

serviços e as possibilidades de crescimento do comércio local oferecem um cenário promissor para a geração de emprego e renda.

Além disso, o planejamento urbano desenvolvido pelo PMCMV contribui para esse desenvolvimento de forma estratégica, buscando integrar o crescimento habitacional à melhoria das condições de vida e ao fomento de atividades econômicas.

A proximidade do Residencial Santa Teresa a centros comerciais e zonas de serviços é um fator importante para a geração de emprego e o fortalecimento do comércio local. A região já conta com alguns estabelecimentos comerciais e de serviços essenciais, como mercados, farmácias, lojas de varejo e pequenos comércios, que atendem não só os moradores do residencial, mas também os de bairros vizinhos.

O crescimento do comércio é um reflexo direto do aumento da demanda por produtos e serviços gerado pela população residente, criando uma cadeia de empregos nos setores de varejo, atendimento, logística e serviços gerais.

A instalação de novas empresas e a expansão de negócios nas proximidades podem gerar mais postos de trabalho, tanto formais quanto informais, contribuindo para a melhoria da economia local. Além disso, a criação de empreendimentos voltados ao setor de alimentação, vestuário, educação e saúde pode suprir a demanda crescente, aumentando as alternativas de emprego para os moradores da região.

A implementação de espaços comerciais nas proximidades dos empreendimentos, por exemplo, pode resultar na atração de pequenas e médias empresas, impulsionando a economia local e proporcionando mais oportunidades de trabalho.

A mobilidade urbana é um fator crucial para o desenvolvimento econômico e o acesso a oportunidades de emprego. O Residencial Santa Teresa está localizado em uma área que pode se beneficiar de investimentos em infraestrutura de transporte, como melhorias nas redes de transporte público e a construção de vias de acesso rápidas e seguras para o centro da cidade e outras regiões comerciais de Teresina.

O acesso facilitado ao transporte público é essencial para garantir que os moradores do residencial possam se deslocar com facilidade para suas atividades diárias, seja para o trabalho, para estudar ou para acessar serviços essenciais.

A proximidade do residencial a vias principais e a integração com as linhas de transporte coletivo, como ônibus e táxis, reduz o tempo de deslocamento e facilita o acesso a áreas comerciais e industriais. Isso é fundamental para garantir a inclusão dos moradores no mercado de

trabalho e para impulsionar a economia da região.

O transporte eficiente não só proporciona acessibilidade, mas também aumenta a competitividade do comércio local, já que os moradores têm maior facilidade para consumir produtos e serviços disponíveis nas áreas vizinhas.

Desenvolver o território ao redor do Residencial Santa Teresa é uma estratégia fundamental para fortalecer a economia local e gerar uma cidade mais integrada e sustentável. A criação de um planejamento urbano que favoreça o desenvolvimento comercial e de serviços nas proximidades dos empreendimentos habitacionais contribui para a melhoria das condições de vida, redução da desigualdade e aumento da mobilidade social.

Ao garantir que os moradores do programa tenham acesso a serviços de qualidade e a um mercado de trabalho dinâmico, o planejamento urbano promove o bem-estar das famílias e contribui para a organização e crescimento ordenado da cidade.

A expansão de áreas comerciais e a implantação de novos espaços de serviços não apenas aumentam a oferta de empregos, mas também atraem novos investimentos para a região, criando um ciclo virtuoso de desenvolvimento. Além disso, ao integrar a oferta de moradia com a infraestrutura urbana, como transporte, saúde, educação e comércio, o planejamento urbano visa garantir que os moradores tenham qualidade de vida sem precisar se deslocar longas distâncias para acessar esses serviços.

O PMCMV tem como um de seus pilares o planejamento urbano integrado, que visa criar comunidades mais sustentáveis e conectado à infraestrutura da cidade. Ao promover o acesso à moradia para famílias de baixa renda, o programa também foca no desenvolvimento de espaços urbanos que contemplem não só habitação, mas também serviços, comércio e transporte.

Isso significa que o PMCMV não se limita a entregar moradias, mas também busca melhorar a qualidade de vida de seus beneficiários por meio de um planejamento que envolva todos os aspectos urbanos necessários para o crescimento das cidades.

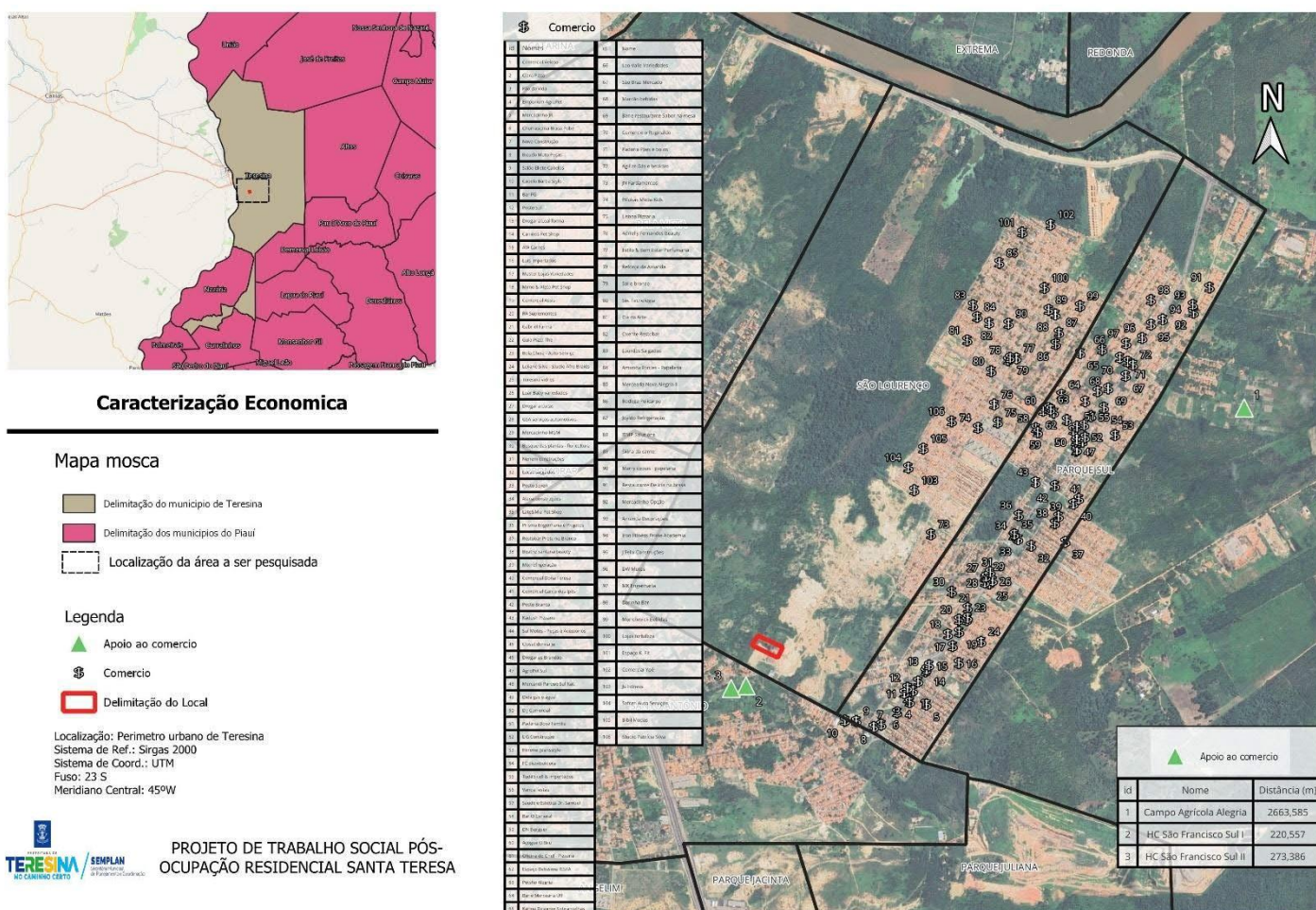
Ao articular a construção de novas habitações com a instalação de serviços e infraestrutura, o PMCMV busca promover a integração da população ao tecido urbano, proporcionando acesso à educação, saúde e emprego. Além disso, o programa considera a mobilidade urbana como um aspecto essencial para a inserção social, garantindo que os moradores do residencial possam se deslocar com facilidade e acessar serviços e oportunidades de trabalho em outras áreas da cidade.

O desenvolvimento econômico ao redor do Residencial Santa Teresa, especialmente nas

áreas de comércio e geração de empregos, está diretamente relacionado à qualidade da mobilidade urbana e ao planejamento territorial promovido pelo Programa Minha Casa Minha Vida.

A integração de novos empreendimentos habitacionais com o comércio local, a infraestrutura de transporte e os serviços públicos cria um ambiente mais dinâmico e sustentável, com oportunidades para os moradores e benefícios para a cidade como um todo. Dessa forma, o planejamento urbano não só melhora a qualidade de vida, mas também impulsiona o desenvolvimento econômico e social, alinhando as necessidades habitacionais com o crescimento ordenado da cidade. A Figura 5 detalha a identificação e a distância dos comércios no entorno do Residencial, proporcionando uma visão clara da acessibilidade dos moradores aos serviços comerciais da região.

Figura 5 – Identificação e distância dos Comércios no Entorno do Residencial



Fonte: Elaborado por SEMPLAN

O comércio localizado nas proximidades do Residencial Santa Teresa, no bairro Santo Antônio, oferece uma grande variedade de estabelecimentos que atendem às necessidades da população local. A seguir, apresentamos uma leitura detalhada dos dados sobre os tipos de comércio disponíveis nas redondezas, com as distâncias de cada um em relação ao residencial, variando de 0,50 km até 2,84 km, conforme as categorias a seguir:

- **Comércio de Alimentos e Bebidas (Restaurantes, Pizzarias, Padarias etc.)**

Os estabelecimentos de alimentos e bebidas desempenham um papel crucial no cotidiano dos moradores, oferecendo opções de refeições, lanches e produtos alimentícios de fácil acesso. Ao todo, existem 31 estabelecimentos nesta categoria, com distâncias que variam entre 0,50 km e 2,84 km. Esses comércios incluem restaurantes, pizzarias, padarias e outros tipos de serviços alimentícios que garantem a comodidade e diversidade de opções para a população.

- **Comércio de Produtos de Consumo (Mercados, Lojas de Variedades, Farmácias, Postos de Combustível etc.)**

Estabelecimentos que oferecem produtos essenciais para o consumo diário, como alimentos, medicamentos, produtos de limpeza, roupas, e outros artigos diversos, são fundamentais para o conforto e praticidade dos moradores. A categoria de produtos de consumo é composta por 28 estabelecimentos, com distâncias que variam de 0,50 km a 1,72 km. Esses comércios atendem a diversas necessidades básicas da população e têm grande importância para o abastecimento local, proporcionando conveniência para quem reside nas imediações.

- **Comércio de Construção e Reparos (Construção, Motos, Automóveis etc.)**

O comércio voltado para construção e reparos inclui estabelecimentos especializados em materiais de construção, serviços de reforma, peças e acessórios para veículos, entre outros serviços. Esses comércios são essenciais para a manutenção de residências e veículos, além de contribuir para o desenvolvimento de infraestruturas locais. Ao todo, há 19 estabelecimentos nesta categoria, com distâncias variando entre 0,67 km e 2,06 km. A presença desses serviços na área reforça a infraestrutura local e oferece recursos valiosos para os moradores que necessitam de reparos e manutenção.

- **Outros Estabelecimentos Diversos (Salões de Beleza, Academias, Papelarias etc.)**

Além das categorias anteriores, existem diversos estabelecimentos que atendem a

diferentes necessidades da população, como salões de beleza, academias, papelarias, pet shops, açougues, drogarias, entre outros. Esses serviços especializados são essenciais para o bem-estar e a qualidade de vida da comunidade.

A categoria de outros estabelecimentos diversos conta com 24 comércios, cujas distâncias variam de 0,58 km a 1,69 km. A diversidade desses serviços reflete a amplitude das opções que os moradores do residencial têm à disposição, garantindo acesso fácil a cuidados pessoais, saúde, lazer e outras necessidades cotidianas.

A análise do comércio nas proximidades do Residencial Santa Teresa revela um ambiente econômico diversificado e acessível. A variedade de estabelecimentos e serviços disponíveis nas categorias de alimentos e bebidas, produtos de consumo, construção e reparos, e outros serviços diversos contribui para o conforto e a qualidade de vida dos moradores.

Com distâncias que variam entre 0,50 km e 2,84 km, os comércios localizados na região proporcionam grande conveniência, minimizando a necessidade de deslocamentos longos e facilitando o acesso da população a bens e serviços essenciais. A presença desse comércio no entorno do residencial é um reflexo positivo da infraestrutura urbana e do planejamento local, que visa atender de forma eficiente e prática as necessidades da comunidade.

4.3.5 ATIVIDADES EMPRESARIAIS, TRABALHO E RENDA

A análise das atividades empresariais, trabalho e renda nas proximidades do Residencial Santa Teresa, um empreendimento do Programa Minha Casa Minha Vida -PMCMV, revela um panorama econômico diversificado e dinâmico, com implicações importantes para a qualidade de vida dos futuros moradores.

A macroárea do entorno apresenta um mix de setores econômicos. A Figura 6 a seguir apresenta a caracterização das atividades econômicas e empresariais da macroárea, ilustrando a diversidade do cenário econômico e sua influência no desenvolvimento local.

Figura 6 – Caracterização das atividades econômicas e empresariais da macroárea

ATIVIDADES EMPRESARIAIS

Equipamentos Públicos (Mercado, Centros de Produção, Hortas Comunitárias e Lavanderias)

Descrição	Observações
Centro de Produção	
Horta Comunitária São Francisco Sul I	
Horta Comunitária São Francisco Sul II	

Fonte: Prefeitura de Teresina

Principais Ruas e Avenidas

- Avenida Prefeito Wall Ferraz – BR 316

Nº de Empresas: 437

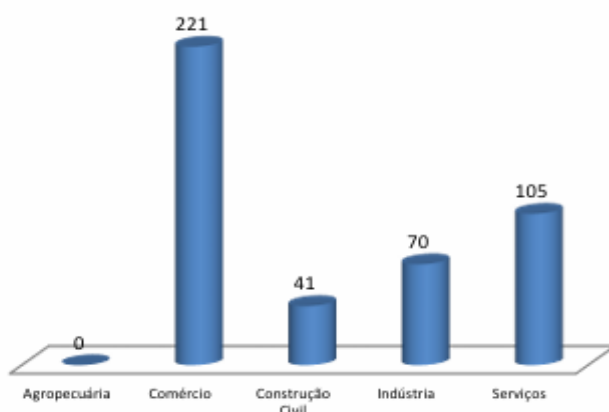


Gráfico 9: Número de empresas formais por Setor – ano 2015

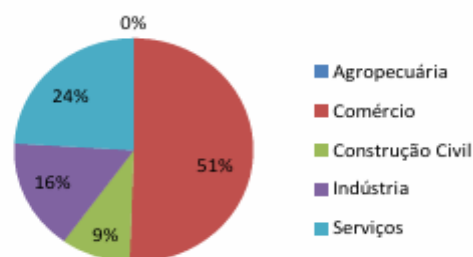


Gráfico 10: Percentual de empresas formais por Setor – ano 2015

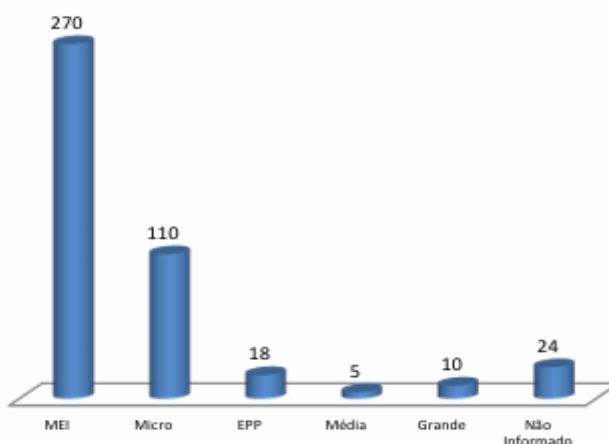


Gráfico 11: Número de empresas formais por porte – ano 2015

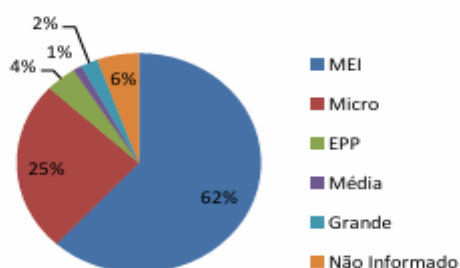


Gráfico 12: Percentual de empresas formais por porte – ano 2015

Fonte: SEBRAE/PI, ano 2015.

Com base nos dados do IBGE de 2015, a região que envolve o bairro Santo Antônio apresenta um total de 437 empresas. Essas empresas estão distribuídas entre diferentes setores econômicos, com destaque para o comércio, que representa 51% do total, seguido pelos serviços (24%), indústria (16%) e construção civil (9%).

Além disso, a região conta com iniciativas como hortas comunitárias, centros de produção e lavanderias públicas, que adicionam valor à dinâmica econômica local.

Comércio (51%): Com 51% das empresas na região pertencendo ao setor de comércio, é evidente que o bairro possui um comércio ativo e diversificado. Esse setor é o maior motor econômico do local, o que sugere uma grande oferta de empregos relacionados a lojas, mercados, restaurantes, e outros serviços.

A abundância de comércios é um fator crucial para a geração de empregos de baixo e médio escalão, oferecendo oportunidades tanto para moradores do bairro quanto para pessoas de áreas vizinhas que buscam emprego em atividades comerciais.

Serviços (24%): O setor de serviços, com 24% das empresas, também desempenha um papel significativo na economia local. As empresas de serviços podem incluir desde pequenas empresas de atendimento ao público, como salões de beleza e academias, até serviços especializados, como clínicas de saúde e serviços de reparação.

O desenvolvimento de serviços tem o potencial de gerar empregos com maior qualificação, além de atender diretamente à demanda da população residente.

Indústria (16%): Embora o setor industrial represente apenas 16% das empresas na região, ele ainda contribui para a diversidade econômica do bairro. Indústrias podem oferecer empregos formais e de maior estabilidade, com possíveis impactos positivos no fortalecimento da cadeia produtiva local, incluindo fornecimento de matéria-prima e transporte.

Construção Civil (9%): O setor de construção civil, com 9% das empresas, indica uma forte presença de empresas que atuam diretamente na infraestrutura e desenvolvimento urbano. A construção civil é um setor crucial para a expansão e modernização da área, além de gerar empregos temporários e permanentes, como operários, engenheiros e outros profissionais especializados.

A chegada de novos imóveis no bairro, como o Residencial Santa Teresa, tem potencial para aumentar a demanda por serviços de construção e manutenção, gerando oportunidades de trabalho tanto no curto quanto no longo prazo.

O cenário descrito pelos dados de 2015 aponta para um bairro com uma economia relativamente diversificada, o que pode ter um impacto direto na vida dos moradores do Residencial Santa Teresa. A forte presença de comércios e serviços cria um ambiente favorável ao empreendedorismo local e à geração de empregos.

Com uma porcentagem considerável de estabelecimentos voltados para o comércio e serviços, a população residente tem acesso a um mercado de trabalho dinâmico, que abrange diversas faixas de qualificações, desde empregos mais simples até cargos especializados.

O aumento no número de residências e no fluxo populacional com a chegada dos moradores do Residencial Santa Teresa deve impulsionar ainda mais o comércio local. Isso se traduz em mais consumo, maior demanda por serviços e a necessidade de mais oferta de produtos e mão-de-obra, gerando novas oportunidades de trabalho e renda para a população.

Além disso, com a presença de iniciativas como hortas comunitárias e centros de produção, o bairro tem o potencial de desenvolver ações de economia solidária e sustentável, promovendo a autonomia econômica e o fortalecimento da comunidade local.

Apesar das boas perspectivas, é importante também considerar os desafios que podem surgir com o crescimento do número de habitantes. O aumento da demanda por serviços e infraestrutura exigirá investimentos contínuos em áreas como saúde, educação, segurança e mobilidade urbana.

A adequação do mercado de trabalho às novas necessidades da comunidade, o fomento ao empreendedorismo local e a capacitação da mão-de-obra serão fundamentais para garantir que os benefícios do crescimento econômico sejam bem distribuídos entre todos os moradores.

O Programa Minha Casa Minha Vida - Residencial Santa Teresa, representa não apenas a construção de novos lares, mas também a potencializarão a economia local, com a geração de empregos diretos e indiretos, além da criação de um ambiente propício para o desenvolvimento de novas empresas e iniciativas de geração de renda.

A combinação de um comércio robusto, um setor de serviços em expansão, e a presença de atividades industriais e de construção civil cria um ambiente promissor para o desenvolvimento econômico no bairro Santo Antônio.

A chegada dos moradores do Residencial Santa Teresa tem o potencial de fortalecer ainda mais esse cenário, contribuindo para a criação de empregos e oportunidades de geração de renda. O desafio será garantir que o crescimento seja sustentável e que todos os segmentos da população se beneficiem de maneira equitativa, promovendo o bem-estar e a prosperidade da comunidade.

4.3.6 TRANSPORTE, CULTURA E LAZER

A presença de serviços de transporte, cultura e lazer nas proximidades dos empreendimentos do PMCMV, é fundamental para a qualidade de vida dos moradores e para a integração social das famílias beneficiadas.

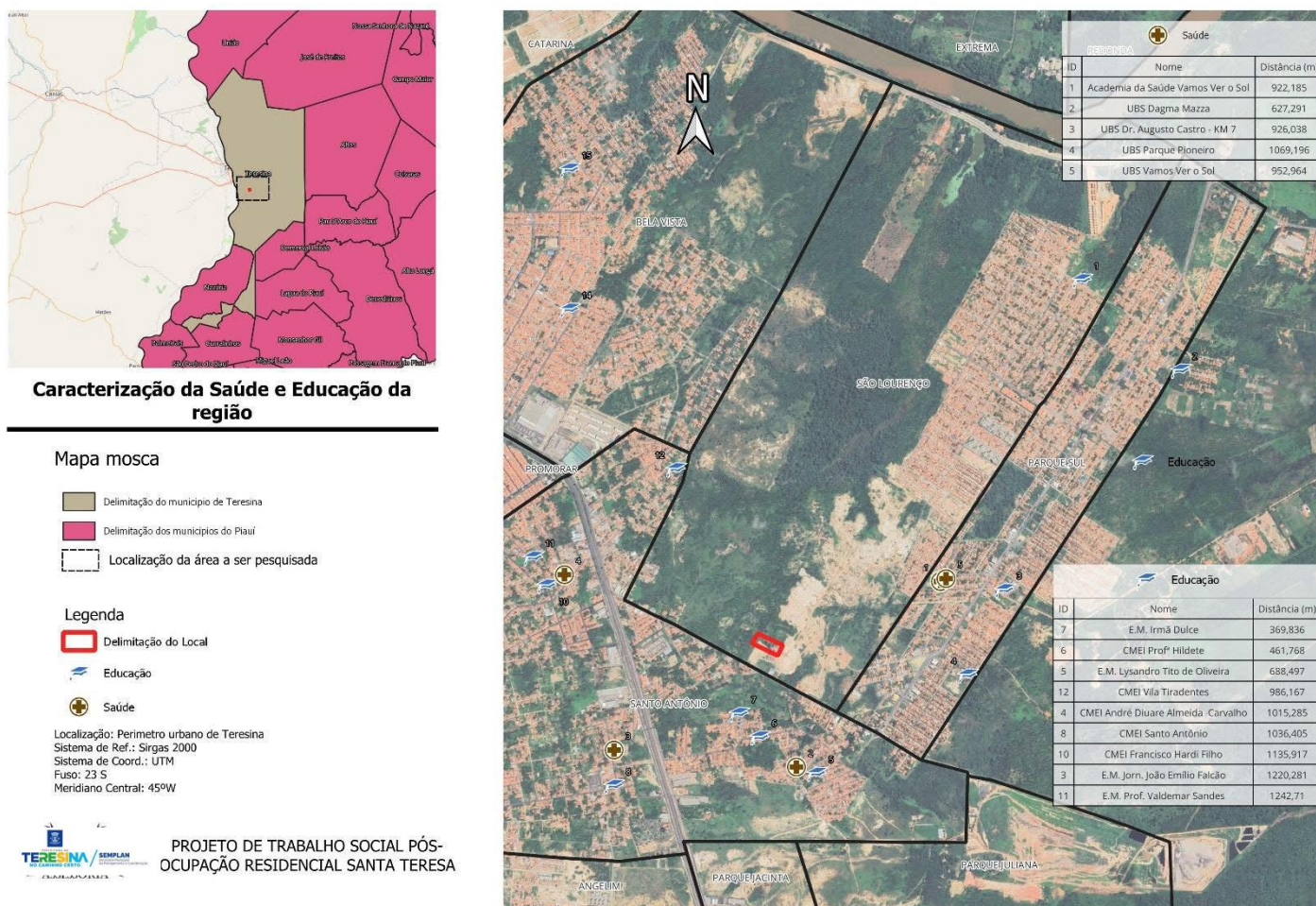
A acessibilidade ao transporte público de qualidade, por exemplo, é crucial para garantir que os moradores possam se deslocar com facilidade para seus locais de trabalho, escolas, centros de saúde e outros serviços essenciais. A oferta de opções de transporte adequadas também facilita o acesso a outras áreas da cidade, promovendo maior mobilidade e inclusão social.

Além disso, a disponibilidade de espaços culturais e de lazer próximos aos empreendimentos proporciona benefícios significativos para o bem-estar mental e físico da comunidade. Centros culturais, praças, bibliotecas e espaços de convivência oferecem oportunidades para o desenvolvimento de atividades recreativas, educacionais e sociais, o que fortalece os laços comunitários e estimula a participação ativa da população nas questões locais.

Esses espaços são fundamentais para o desenvolvimento de uma cultura de cidadania e pertencimento, onde os moradores podem se expressar, compartilhar experiências e criar um ambiente mais colaborativo.

A integração entre transporte, cultura e lazer tem um impacto direto na melhoria da qualidade de vida, pois promove a inclusão, o acesso a direitos e o fortalecimento de uma rede de apoio social. Portanto, o planejamento dessas infraestruturas nas áreas próximas aos empreendimentos do PMCMV, não só melhora a experiência de habitação, mas também contribui para o desenvolvimento social, econômico e cultural das comunidades, criando um ambiente mais equilibrado e acessível para todos. A Figura 7 detalha a identificação das linhas de ônibus, espaços de lazer e cultura no entorno do Residencial, oferecendo uma visão mais ampla das opções de mobilidade e lazer disponíveis para os moradores.

Figura 7 – identificação das Linhas de Ônibus, Espaços de Lazer e Cultura no Entorno do Residencial



Fonte: Elaborado por SEMPLAN

O bairro Santo Antônio, em Teresina, é atendido por diversas linhas de ônibus, como a 616 (Porto Alegre - Cidade Sul), 360 (Bela Vista – Mocambinho) e a linha intermunicipal Teresina - Demerval Lobão-PI. No entanto, apesar dessa cobertura, o sistema de transporte público da capital enfrenta desafios significativos. □

Estudos apontam que o transporte público de Teresina está em estado crítico, necessitando de medidas urgentes para sua recuperação. A cidade conta com uma frota de aproximadamente 240 ônibus, conforme identificado pela gestão municipal em reunião com empresários do setor de transporte coletivo.

Em suma, embora o bairro Santo Antônio seja atendido por diversas linhas de ônibus, o

sistema de transporte público de Teresina enfrenta desafios que impactam a mobilidade urbana. Investimentos em infraestrutura e tecnologia são essenciais para aprimorar a qualidade e a eficiência do serviço, beneficiando diretamente os moradores do bairro e de toda a capital.

O bairro também oferece diversas opções de lazer e cultura, contribuindo para a qualidade de vida e o bem-estar da comunidade. Entre as opções disponíveis, destacam-se os campos de futebol Society e um miniestádio, que incentivam a prática de esportes e o envolvimento dos moradores em atividades físicas.

Além disso, o bairro conta com quatro praças, espaços públicos que promovem o convívio social e o lazer ao ar livre. O Parque Ambiental, por sua vez, é um local privilegiado para o contato com a natureza, proporcionando um ambiente de tranquilidade e lazer para todas as idades. Essas estruturas são fundamentais para o fortalecimento do sentido de pertencimento da comunidade, além de oferecer alternativas saudáveis de entretenimento e interação social.

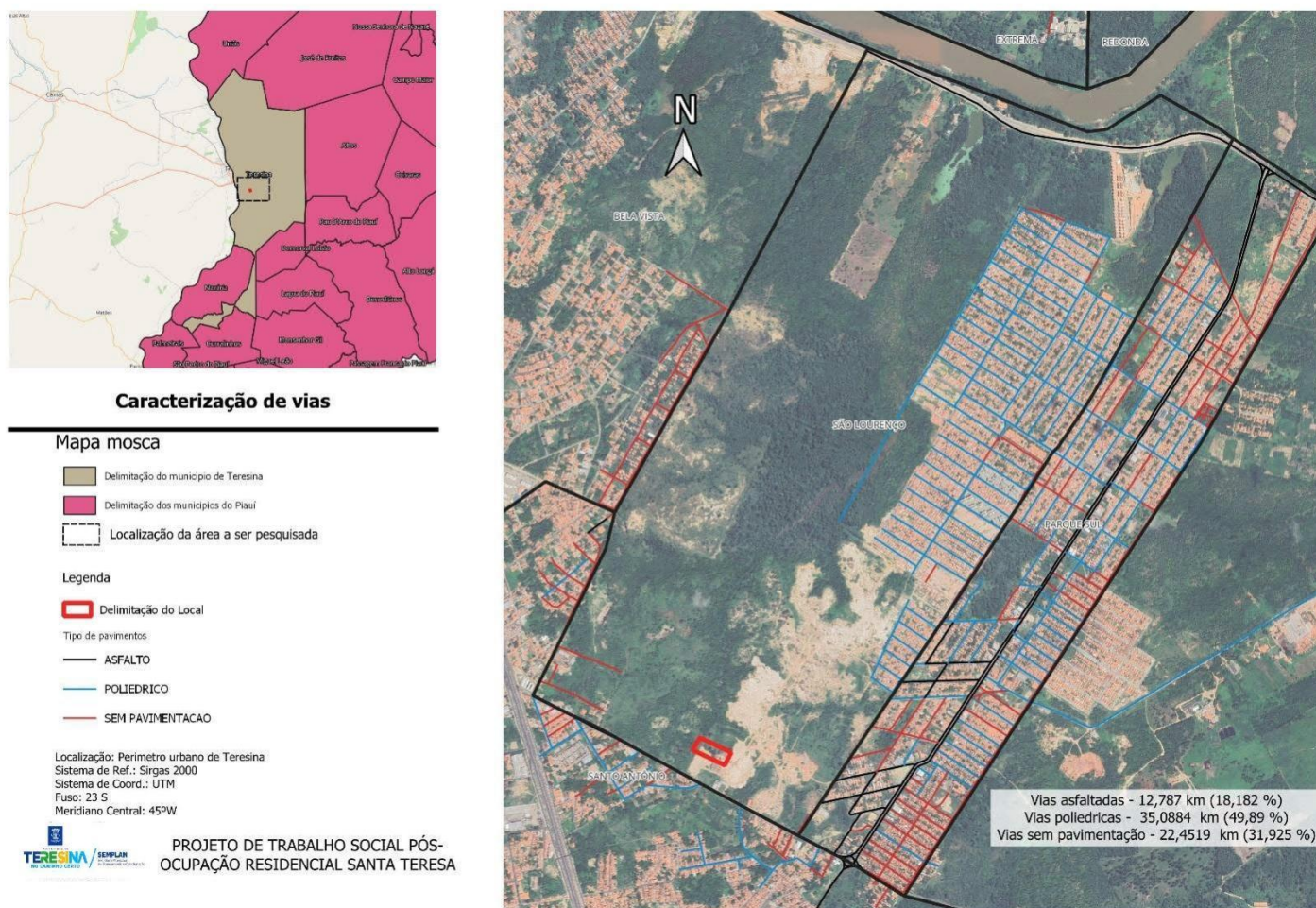
4.3.7 PAVIMENTAÇÃO

A pavimentação é um dos elementos essenciais para garantir a qualidade de vida e a acessibilidade nas proximidades dos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida. Quando realizada de forma adequada, a pavimentação facilita o trânsito de pedestres e veículos, garantindo mais segurança, conforto e rapidez no deslocamento. Além disso, a pavimentação contribui para a redução de problemas como alagamentos e poeira, proporcionando um ambiente mais limpo e saudável para os moradores.

No contexto de bairros e comunidades que recebem esses empreendimentos, a pavimentação também desempenha um papel importante na valorização imobiliária e no incentivo à instalação de novos comércios e serviços na região.

Portanto, investir em infraestrutura de pavimentação não só melhora a mobilidade urbana, mas também contribui para o fortalecimento da economia local e o bem-estar da população. A Figura 8 apresenta a identificação dos tipos de pavimentação no entorno do Residencial Santa Teresa, permitindo uma análise detalhada da infraestrutura viária da região e como ela impacta na acessibilidade e na integração da comunidade com outras áreas da cidade.

Figura 8 – Identificação de tipos de Pavimentação no Entorno do Residencial Santa Teresa



Fonte: Elaborado por SEMPLAN

O mapa acima indica que a macroárea ao redor do Residencial Santa Teresa conta com uma variedade de tipos de pavimentação, incluindo vias asfaltadas, poliédricas e outras sem pavimentação. No entanto, para garantir um acesso mais eficiente e seguro ao residencial, é fundamental realizar investimentos em pavimentação, especialmente nas vias que ainda não possuem um asfalto adequado.

A melhoria da infraestrutura viária contribuirá para uma maior mobilidade, conforto e segurança dos moradores, além de facilitar o transporte de serviços essenciais e a integração da comunidade ao restante da cidade. Assim, é imprescindível priorizar a pavimentação das ruas que conduzem ao residencial para assegurar um acesso digno e de qualidade para todos.

4.3.8 SEGURANÇA

A região Sul, no campo da proteção aos cidadãos conta com Distrito Policial de Abrangência o 4º DISTRITO POLICIAL Endereço: Em frente à Quadra 11, Parque Piauí - Telefone: (86) 3227-1635 Circunscrição: Vila João Paulo II, Vila Mariana, Vila Paraíso, Vila Angélica, Vila São José da Costa Rica, Vila Parque São Jorge, Santa Fé, Planalto Santa Fé, Vila Nossa Senhora do Rosário, Parque Palmeirais, Conjunto Betinho, Conjunto Teresa Cristina, Parque dos Sonhos, Vila Parque Antártica, Parque Industrial, Areias, Parque Piauí, Vila Nova, Promorar, Conjunto Mário Covas, Reserva Santa Teresa, II, III, Lourival Parente (parte do Parque Piauí), Saci, Vila Promorar, Parque Santa Luzia, Parque São Jorge, Vila Santa Cruz, **Santo Antônio**, Santa Luzia, Triunfo, Distrito Industrial. Fonte: Secretaria Estadual de Segurança Pública/SSP-PI.

O bairro Santo Antônio é identificado pela Secretaria de Segurança pública como “parte das áreas em expansão” que concentram números de Crimes Violentos Letais intencionais, incluindo homicídios. Em julho de 2025, a região sul, registrou múltiplos homicídios, como possíveis execuções relacionadas a grupos criminosos.

No âmbito municipal, a Prefeitura de Teresina reforçou ações preventivas. Em 2025, a Secretaria Municipal de Iluminação Pública registrou 179 intervenções na Zona Sul, incluindo os bairros da zona sul, para reduzir áreas de risco (Fonte: PMT, mar. 2025). A Guarda Municipal segue ampliando patrulhamento em áreas críticas, conforme reportagens públicas da PMT. Além disso, a SDU Sul realizou intervenções urbanas e habitacionais na região início da gestão 2025, focando em infraestrutura, ordenamento e redução de vulnerabilidades socioespaciais (Fonte: PMT, jan. 2025).

Os meios de proteção à disposição da população local e em geral da população de Teresina, são as Rondas Policiais, Forças de Segurança Civil e Militar; Guarda Municipal (GCM).

4.4 CARACTERIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O Diagnóstico das famílias beneficiadas deverá constar no Projeto de Trabalho Social que será elaborado e apresentado pela empresa contratada, como primeiro produto dos serviços demandados, tendo em vista que o processo de seleção de demanda para o residencial ainda não foi concluído. O Diagnóstico deverá ser elaborado em conformidade com as diretrizes do

Ministério das Cidades e Caixa Econômica Federal, para elaboração do referido diagnóstico.

Como direcionamento para o diagnóstico social, que subsidiará intervenção social junto aos moradores do novo Residencial “Reserva Santa Teresa”, deve-se considerar os seguintes referenciais:

- Identificação do perfil socioeconômico dos novos moradores do empreendimento, mediante pesquisa socioeconômica das famílias selecionadas. Para tanto, serão aplicados questionários, através de visitas domiciliares para subsidiar a construção do diagnóstico social das famílias.
- Levantamento de potencialidades econômicas, de empreendedorismo, artísticas e culturais, base para a elaboração do Plano de Ação para capacitação profissional.
- Identificação de grupos prioritários e suas características: PCDs, mulheres vítimas de violência, pessoas idosas, população de rua e características por faixa etária que contribuam para o planejamento de ações específicas para os diversos públicos, conforme estabelece a política de assistência social para família em situação de vulnerabilidade social. Para a população com características de moradores de rua ou de trajetória de rua será elaborado Plano de Acompanhamento Individual, na perspectiva de garantir sua permanência na nova moradia, integrando-se ao contexto comunitário. Elegibilidade de imóveis para adaptação às características de pessoas com necessidades especiais.
- Mapeamento da rede de serviços socioassistenciais, de forma a oportunizar às famílias informações necessárias à sua adequação à nova realidade.
- Visitas institucionais para identificação das lideranças e grupos sociais que atuam na área e entorno para estabelecimento de parcerias para o desenvolvimento de ações socioeducativas e de conscientização, durante o processo de implementação e ocupação do empreendimento.

5 OBJETIVOS

5.1 GERAL

Promover a participação social, a melhoria das condições de vida, a efetivação dos direitos

sociais dos beneficiários e a sustentabilidade da intervenção.

5.2 ESPECÍFICOS

- Promover a participação dos beneficiários nos processos de decisão, implantação, manutenção e acompanhamento dos bens e serviços previstos na intervenção, a fim de inseri-los a realidade local e estimular a plena apropriação pelas famílias beneficiárias;
- Fomentar processos de liderança, a organização e a mobilização comunitária, contribuindo para a gestão democrática e participativa dos processos implantados;
- Estimular o desenvolvimento da cidadania e dos laços sociais e comunitários;
- Articular as políticas de habitação e saneamento básico com as políticas públicas de educação, saúde, desenvolvimento urbano, assistência social, trabalho, meio ambiente, recursos hídricos, educação ambiental, segurança alimentar, segurança pública, entre outras, promovendo, por meio de intersetorialidade, a efetivação dos direitos e o desenvolvimento local;
- Apoiar processos socioeducativos que englobam informações sobre os bens, equipamentos e serviços implantados, estimulando a utilização adequada destes, assim como atitudes saudáveis em relação ao meio ambiente e à vida;
- Fomentar o diálogo entre os beneficiários e o poder público local, com o intuito de contribuir para o aperfeiçoamento da intervenção e o direcionamento aos demais programas e políticas públicas, visando ao atendimento das necessidades e potencialidades dos beneficiários;
- Articular a participação dos beneficiários com movimentos sociais, redes, associações, conselhos mais amplos do que os da área de intervenção, buscando a sua inserção em iniciativas mais abrangentes de democratização e de participação;
- Fomentar a constituição de organizações representativas dos beneficiários e fortalecer as já existentes;
- Contribuir para a sustentabilidade da intervenção, a ser alcançada por meio da

permanência das famílias no novo habitat, da adequada utilização dos equipamentos implantados, da garantia de acesso aos serviços básicos, da conservação e manutenção da intervenção física e, quando for o caso, do retorno dos investimentos.

6. ESTRATÉGIA METODOLÓGICA DO PROJETO DE TRABALHO SOCIAL

6.1 RESPONSABILIDADE DO ENTE PÚBLICO

6.1.1 SELEÇÃO DAS FAMÍLIAS (Portaria MCID 738/2024)

As ações de responsabilidade do Ente Público Local têm início com a definição das famílias beneficiárias no âmbito da linha de atendimento de provisão subsidiada de unidades habitacionais em áreas urbanas com recursos do FAR, na modalidade Faixa Urbana I, do PMCMV, conforme a Portaria MCID Nº 738, de 22 de julho de 2024.

O processo operacional compreende etapas e estratégias, no sentido de contemplar o público conforme critérios de elegibilidade do Programa. São previstas como de responsabilidade do Ente Público:

- Manter e atualizar o cadastro habitacional e o Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal, garantindo inscrições gratuitas e atualizações periódicas.
- Estabelecimento de regras claras para o processo seletivo dos beneficiários, como: critérios, prazos e documentação necessária para participação no Programa.as claras
- Hierarquização e Seleção – Classificar as famílias, atendimento aos critérios de renda e de vulnerabilidade social, estabelecido para o processo seletivo, PMCM, conforme Edital nº 01/2025 de Teresina, respeitando os que se enquadrem em maior número de critérios estabelecidos na Portaria 738.
- Enviar a relação de famílias selecionadas, após verificação da autenticidade da documentação, para enquadramento pela Caixa Econômica Federal às regras do Programa MCMV, conforme art. 25.
- Averiguar a comprovação dos documentos apresentados e considerados compatíveis na pesquisa de enquadramento e encaminhar ao Agente Financeiro a documentação das famílias no prazo estabelecido.

- Publicar informações sobre empreendimentos, listas de candidatos e contemplados, convocações e cronogramas.
- Garantir cotas para pessoas com deficiência, idosos, mulheres vítimas de violência, população de rua ou em trajetória de rua e beneficiários de programas sociais, respeitando a legislação nacional e local, que estabelece o percentual conforme enquadramento em situação de prioridade.
- Informar sobre necessidades de adaptações, manter registros do processo e averiguar denúncias de irregularidades, mediante estreita relação com os poderes institucionais municipais, estadual ou de âmbito federal.
- A população em situação de rua, terá atendimento prioritário, conforme estabelece a Portaria MCID nº 4, de 20 de março de 2025, sendo o ente público responsável por coordenar, normatizar e monitorar todos os serviços destinados a esse público. Cabe à gestão municipal organizar fluxos, metas e protocolos, assegurando que as ações sejam intersetoriais, humanizadas e pautadas no respeito aos direitos humanos. Nesse sentido será responsável por realizar fiscalização técnica e administrativa da execução realizada por entidades contratadas, garantindo que as atividades estejam alinhadas às diretrizes nacionais e integradas aos serviços do SUAS, saúde, defesa de direitos e programas habitacionais. Assim, a gestão municipal permanece como responsável final pela qualidade, efetividade e continuidade do atendimento a esse público.

7. METODOLOGIA OPERACIONAL

A articulação intersetorial é um elemento central do Trabalho Social, pois integra as políticas de habitação e saneamento com áreas como educação, saúde, assistência social, meio ambiente, trabalho e geração de renda. Essa integração assegura uma abordagem completa, pautada na garantia de direitos.

O Trabalho Social tem como propósito incentivar a participação dos beneficiários desde as etapas de cadastro, seleção e aprovação do empreendimento. Também envolve a eleição de representantes para acompanhar, monitorar e avaliar a obra, promovendo o compartilhamento de responsabilidades entre o órgão gestor, a entidade executora e a comunidade beneficiária, por meio de suas representações formais.

Para tanto, é importante sensibilizar a comunidade por meio de processos socioeducativos que promovam o uso adequado dos equipamentos e serviços, incentivando atitudes saudáveis e práticas sustentáveis. Além disso, será fortalecido um canal permanente de diálogo entre os

beneficiários e o poder público local, favorecendo a melhoria contínua das intervenções e a articulação com outras políticas públicas, sempre alinhadas às necessidades reais da comunidade.

A estratégia de sensibilização, aliada ao diálogo com o poder público e com a comunidade local, possibilitará aos beneficiários maior integração com movimentos sociais, redes e associações, ampliando sua participação cidadã e fortalecendo a democratização das decisões em seu território. Também será oferecido suporte para a criação ou fortalecimento de organizações comunitárias, contribuindo para a autonomia e capacidade de reivindicação dos moradores.

O Projeto de Trabalho Social será executado de forma mista: parte diretamente pela Prefeitura Municipal de Teresina e parte por meio de empresa contratada. À empresa contratada cabe a execução direta das ações de abordagem e acompanhamento, com registros sistemáticos e articulação permanente com a rede de serviços, garantindo atendimento contínuo e qualificado, em alinhamento às diretrizes definidas pela gestão pública, conforme esta Portaria.

Em consonância com a Portaria MCID nº 4, de 20 de março de 2025, o ente público permanece responsável pela coordenação, normatização e monitoramento dos serviços voltados à população em situação de rua, devendo assegurar fluxos, metas e protocolos que garantam atendimento humanizado e intersetorial.

A articulação intersetorial é um elemento central do Trabalho Social, pois integra as políticas de habitação e saneamento com áreas como educação, saúde, assistência social, meio ambiente, trabalho e geração de renda. Essa integração assegura uma abordagem completa, pautada na garantia de direitos.

O Trabalho Social tem como propósito incentivar a participação dos beneficiários desde as etapas de cadastro, seleção e aprovação do empreendimento. Também envolve a eleição de representantes para acompanhar, monitorar e avaliar a obra, promovendo o compartilhamento de responsabilidades entre o órgão gestor, a entidade executora e a comunidade beneficiária, por meio de suas representações formais.

Para tanto, é importante sensibilizar a comunidade por meio de processos socioeducativos que promovam o uso adequado dos equipamentos e serviços, incentivando atitudes saudáveis e práticas sustentáveis. Além disso, será fortalecido um canal permanente de diálogo entre os beneficiários e o poder público local, favorecendo a melhoria contínua das intervenções e a articulação com outras políticas públicas, sempre alinhadas às necessidades reais da comunidade.

A estratégia de sensibilização, aliada ao diálogo com o poder público e com a comunidade local, possibilitará aos beneficiários maior integração com movimentos sociais, redes e

associações, ampliando sua participação cidadã e fortalecendo a democratização das decisões em seu território. Também será oferecido suporte para a criação ou fortalecimento de organizações comunitárias, contribuindo para a autonomia e capacidade de reivindicação dos moradores.

O Projeto de Trabalho Social será executado de forma mista: parte diretamente pela Prefeitura Municipal de Teresina e parte por meio de empresa contratada. À empresa contratada cabe a execução direta das ações de abordagem e acompanhamento, com registros sistemáticos e articulação permanente com a rede de serviços, garantindo atendimento contínuo e qualificado, em alinhamento às diretrizes definidas pela gestão pública, conforme esta Portaria.

Em consonância com a Portaria MCID nº 4, de 20 de março de 2025, o ente público permanece responsável pela coordenação, normatização e monitoramento dos serviços voltados à população em situação de rua, devendo assegurar fluxos, metas e protocolos que garantam atendimento humanizado e intersetorial.

7.1. TRABALHO SOCIAL A SER REALIZADO PELO ENTE PÚBLICO

- Instituição do Grupo Institucional do Poder Público – GIPP, pelo Ente Público Local na qualidade de Agente Executor ou Agente Apoiador;
- Elaboração do Termo de Referência para Licitação do Projeto de Trabalho Social em conformidade com a legislação vigente;
- Apoio e monitoração no desenvolvimento do PTS garantindo o alcance dos resultados nele previstos e a correta aplicação dos recursos a ele destinados;
- Atesto dos produtos e os RATS em conjunto com o Responsável Técnico;
- Apoio na gestão de crise e mediação de conflitos relacionados à intervenção ou à operação;
- Impulsionar a articulação intersetorial de políticas públicas e a participação da população beneficiária;
- Participação e coordenação na instância formal de governança, quando houver, conforme recomendado ou exigido pela modalidade de intervenção ou operação;
- Indicação de profissional com graduação em nível superior, preferencialmente em serviço

social, psicologia, pedagogia, ciências sociais, licenciatura, para realizar a gestão e acompanhamento da execução do Trabalho Social, dentro de sua competência;

- Encaminhamento de Relatórios de Atividades de Trabalho Social-RATS até a contratação da empresa especializada;
- Acompanhamento das Vistorias das Unidades Habitacionais;
- Participação no Processo de Assinatura dos Contratos dos beneficiários;

As atividades do Trabalho Social destinadas ao Ente Público na modalidade mista, serão realizadas em conformidade com a Portaria MCID nº 75, de 28 de janeiro de 2025. A Prefeitura Municipal de Teresina realizará as etapas do Projeto de Trabalho Social até a contratação da empresa especializada, conforme prevê a Portaria MCID nº 75 e não serão utilizados com recursos financeiros do trabalho social.

- O Eixo Desenvolvimento Socioeconômico será executado pela Fundação Wall Ferraz pessoa jurídica de direito público interno, ligada a Prefeitura Municipal de Teresina.

7 EXECUÇÃO DO TRABALHO SOCIAL

A execução do Trabalho Social em conformidade com a Portaria MCID nº 75, de 28 de janeiro de 2025, será realizada de forma mista. A execução mista combina a atuação direta do Proponente ou Agente Executor com a participação de entidades parceiras ou empresas contratadas. Essa abordagem permite que o Proponente ou Agente Executor conduza diretamente o Trabalho Social até que as ações sejam delegadas à parceira ou contratada, garantindo continuidade e alinhamento com os objetivos do projeto.

Para formalizar a contratação de empresa, será elaborado um Termo de Referência detalhado. Este documento especificará o objeto da contratação, discriminará as fontes de recursos, detalhará composição e qualificação técnica da equipe, estrutura lógica das atividades conforme os eixos temáticos aplicáveis, cronogramas e produtos a serem entregues

A execução mista também facilitará a harmonização do Trabalho Social com a execução das obras, evitando descompassos e promovendo a sustentabilidade das intervenções. Ao permitir a

participação de empresas especializadas, amplia-se a capacidade técnica e operacional, enriquecendo as ações desenvolvidas e potencializando os resultados junto às comunidades beneficiadas.

8.1. AÇÕES E METODOLOGIA DAS ATIVIDADES A SEREM EXECUTADAS PELO ENTE PÚBLICO ATÉ A CONTRATAÇÃO DA EMPRESA RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DO TRABALHO SOCIAL.

EIXO I - Mobilização, comunicação e participação social			
ATIVIDADES	OBJETIVO	META	MEIOS DE VERIFICAÇÃO
Plantão Social na etapa pré-ocupação e ocupação das Unidades habitacionais.	Acolher e orientar os beneficiários quanto aos critérios do PMCMV e o processo seletivo, com repasse de informações do processo da inscrição ao resultado. Encaminhar para outros serviços da rede intersetorial de políticas públicas.	Realizar: 04 Plantões Sociais semanais – Sede da SDU Sul – Pré-ocupação; 01 Plantão Social por semana no primeiro mês após a entrega do residencial 01 Plantão Social a cada 15 dias nos próximos 11 meses para escuta qualificada das questões sociais dos beneficiários e encaminhamento de demandas sociais.	<ul style="list-style-type: none"> • Evidências da mobilização • Mapa de atendimento individual • Registro fotográfico; • Demandas encaminhadas • Solução de demandas encaminhadas;
Acompanhamento social às famílias no processo de entrega de documentos e construção dos Dossiês.	Apoiar e orientar os beneficiários quanto a documentação necessária ao Dossiê.	Atendimento aos 192 beneficiários do Residencial Reserva Santa Teresa, presencial e virtual por meio de telefone.	<ul style="list-style-type: none"> • Conferência da documentação dos RF e digitalização para envio via sistema oficial da SEMPLAN à CEF.
Realização de reuniões e eventos informativas com os	Abordar temáticas relacionadas ao perfil dos beneficiários, status dos	Realização de 06 reuniões, com público estimado de 40	<ul style="list-style-type: none"> • Registro de frequências

beneficiários em parcerias com entidades públicas e privadas da região.	grupos prioritários, as instituições e serviços socioassistenciais e de saúde existentes na região e em seu entorno (atualização do CadÚnico, emissão de Passe Livre para Idosos e PCDs e outros).	<p>Realização de 02(dois) Mutirões de Cidadania</p> <p>Realização de 02(dois) Mutirões de Cidadania</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Registro fotográfico • Relatório técnico • Solução de demandas encaminhadas;
Visitas institucionais, públicas e privadas da área de intervenção.	<p>Impulsionar a articulação intersectorial de políticas públicas voltadas para o atendimento aos grupos prioritários com vulnerabilidades específicas (idosos, PCDs, mulheres vítimas de violência e população de rua ou em trajetória de rua)</p> <p>Intermediação para inclusão na rede de atendimento social, educacional e de saúde dos novos integrantes do Residencial</p>	<p>02 visitas por semana nos 02 primeiros meses aos órgãos públicos e entidades da rede privada - 16 visitas/mês;</p> <p>Visitas técnicas ao empreendimento.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Registro das visitas realizadas (fotos e relatórios de visitas In Loco) • Encaminhamento de demandas identificadas.
Monitoramento e avaliação de satisfação dos beneficiários.	Avaliação de satisfação dos beneficiários de forma a impulsionar novo modo de vida e de convivência social e comunitária.	Oficinas e encontros avaliativos a cada atividade realizada.	<ul style="list-style-type: none"> • Nível de envolvimento das famílias e das lideranças locais nos trabalhos, qualidade dos serviços executados e assimilação das famílias quanto aos temas abordados. • Nível de satisfação quanto a vida no empreendimento.

- EIXO II -Sustentabilidade da intervenção e da gestão condominial.

ATIVIDADES	OBJETIVO	META	MEIOS DE VERIFICAÇÃO
Reunião de orientação sobre gestão condominial, esclarecendo funções do síndico, conselho, prestação de contas e regras de convivência nas áreas comuns.	Discutir formas de gerenciamento das ações coletivas e planejamento/execução das ações que contemplem esses eixos, com a participação mínima de 40 beneficiários por reunião.	Realizar (01) uma reunião a cada mês,	<ul style="list-style-type: none"> • Evidências da mobilização • Lista de frequência; • Registro fotográfico; • Relatório da atividade; • Avaliação dos participantes, que pode ser oral ou escrita.
Oficina sobre uso adequado das áreas comuns, explicando cuidados com circulação, limpeza, equipamentos, horários de uso e manutenção preventiva.	Preparar os condôminos para a manutenção dos equipamentos e preservação das áreas de uso coletivo, respeitando os direitos individuais e comunitários.	Realização de 01 oficina trimestralmente, com participação de até 40 moradores por evento.	<ul style="list-style-type: none"> • Lista de frequência; • Registro fotográfico; • Relatório da atividade; • Avaliação dos participantes, que pode ser oral ou escrita
Oficina/cursos de cuidados básicos com o patrimônio, ensinando práticas simples de conservação, pequenos reparos e uso correto de instalações hidráulicas e elétricas.	Capacitar os moradores para a realização de atividades informais de manutenção dos imóveis.	Realização de 01 curso por semestre, para 30 participantes por turma (sob a responsabilidade da FWF)	<ul style="list-style-type: none"> • Lista de frequência; • Registro fotográfico; • registro de formalização de parceria; • Relatório da atividade; • Avaliação dos participantes, que pode ser oral ou escrita.

- EIXO III -Educação sanitária, ambiental e patrimonial;

ATIVIDADES	OBJETIVO	META	MEIOS DE VERIFICAÇÃO
Mutirão educativo de limpeza do entorno, para identificação de pontos críticos de resíduos e definição coletiva de pequenas ações de melhoria.	Realizar no mínimo 1 atividade de cada uma prevista neste eixo com a participação mínima de 70 beneficiários.	01 mutirão por mês, envolvendo os órgãos da limpeza pública da região.	<ul style="list-style-type: none"> • Evidências da mobilização • Lista de frequência; • Registro fotográfico; • Relatório da atividade; • Avaliação dos participantes, que pode ser oral ou escrita.
Atividade lúdica “Caça ao Lixo” com crianças, em espaço delimitado, promovendo coleta e separação simples para estimular práticas ambientais.	Envolver os moradores nas ações de preservação da limpeza ambiental.	Atividade a ser planeada com os moradores.	<ul style="list-style-type: none"> • Evidências da mobilização • Lista de frequência; • Registro fotográfico; • Relatório da atividade; • Avaliação dos participantes, que pode ser oral ou escrita.
Roda de conversa sobre hábitos ambientais, debatendo práticas de limpeza, economia de água e cuidado com o ambiente doméstico e coletivo a partir de exemplos reais da comunidade.	Envolver os moradores nas ações de higiene domiciliar e cuidados com os recursos naturais.	Atividade a ser planeada com os moradores.	<ul style="list-style-type: none"> • Evidências da mobilização • Lista de frequência; • Registro fotográfico; • Relatório da atividade; • Avaliação dos participantes, que pode ser oral ou escrita.

- EIXO IV - Desenvolvimento socioeconômico e geração de trabalho e renda;

ATIVIDADES	OBJETIVO	META	MEIOS DE VERIFICAÇÃO
Entrevista aos beneficiários para Levantamento de potencialidades e talentos produtivos. Esta atividade será realizada pelo técnico social através de visitas domiciliares e aplicação de questionário	Fundamentar a elaboração do plano de intervenção, na área do empreendedorismo e qualificação profissional.	Contratar 01 entidade/instituto sem fins lucrativos para execução desta atividade, conforme demanda, mediante Termo de Cooperação.	<ul style="list-style-type: none"> • Aprovação do plano de intervenção, elaborado pela contratada; • Registro de formalização de parceria; • Aprovação dos relatórios de execução das atividades.
Oficina de educação financeira, com orientações sobre organização do orçamento familiar, controle de gastos e planejamento para pequenos investimentos	Desenvolver e estimular o interesse por empreendimentos em pequenos negócios.	Parceria com o Entidade/Instituto sem fins lucrativos para execução desta atividade, através de Termo de Cooperação. Atender a 50% dos moradores do empreendimento.	<ul style="list-style-type: none"> • Aprovação do plano de intervenção, elaborado pela contratada; • Aprovação dos relatórios de execução das atividades; • Registro de formalização de parceria.

EIXO V - Promoção dos direitos humanos, da cidadania e da valorização cultural			
ATIVIDADES	OBJETIVO	META	MEIOS DE VERIFICAÇÃO
Roda de conversa sobre direitos e deveres dos moradores.	Promover esclarecimentos sobre cidadania, acesso a políticas públicas e fortalecimento da convivência comunitária, em articulação com os órgãos de direitos humanos e de assistência social. Realizar no mínimo 1 atividade de cada uma prevista neste eixo com a participação mínima de 70 beneficiários.	Realização de 01 evento trimestralmente, com a participação 40 pessoas por evento.	<ul style="list-style-type: none"> • Evidências da mobilização • Lista de frequência; • Registro fotográfico; • Relatório da atividade; • Avaliação dos participantes, que pode ser oral ou escrita.
Oficina sobre prevenção a violências e proteção social, abordando canais de denúncia, serviços públicos de apoio e estratégias de cuidado coletivo no território.	Estabelecer parceria com a rede de proteção à mulher, na perspectiva de reduzir os índices de violência de gênero.	Realização de 05 eventos trimestrais, com a participação 40 pessoas por evento.	<ul style="list-style-type: none"> • Lista de frequência; • Registro fotográfico; • Relatório da atividade;
Palestra sobre igualdade racial e de gênero; antipacitismo; povos tradicionais; população de rua; violência contra a mulher e outras temáticas de interesse da	Estimular a discussão sobre o respeito às diversidades, o enfrentamento às discriminações e promoção da equidade nas relações cotidianas.	Eventos mensais, com público de até 50 pessoas por evento. Formalização de parceria	<ul style="list-style-type: none"> • Lista de frequência; • Registro fotográfico; • Relatório da atividade; • Registro de formalização de parcerias

população.M		com as entidades públicas e privadas que trabalham as diversidades e a luta pela equidade nas relações interpessoais.	
Vivência “Mapeamento dos Equipamentos e Serviços públicos do Território”,	Identificar as unidades de saúde, assistência, educação e cultura e orientar sobre as formas de acessá-los.	Encontro de 02 representantes de moradores por bloco (cronograma de eventos a definir).	<ul style="list-style-type: none"> • Lista de frequência; • Registro fotográfico; • Relatório da atividade;

8.2. RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS NAS AÇÕES DO ENTE PÚBLICO

A execução das ações de competência do Gestor Público, a Prefeitura Municipal de Teresina, tem como órgão responsável direto, a Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação. Esta Secretaria conta para tanto, com as Gerências de Habitação das SDUs e outras Secretarias responsáveis pelas políticas públicas intersetoriais.

Profissionais envolvidos: Assistentes Sociais; Engenheira; Advogados e técnicos de informática/programadores.

8.3. RESPONSABILIDADE DA EMPRESA CONTRATADA

8.3.1. ELABORAR O PROJETO DE TRABALHO SOCIAL CONFORME ESCOPO MÍNIMO:

- Identificação da área de intervenção ou do empreendimento: nome da área ou comunidade, bairro, cidade, UF, valor de investimento - VI, valor de repasse - VR, e valor de contrapartida - CP, quando houver, limite da macroárea e da(s) poligonal(is) de intervenção ou do empreendimento;
- Identificação da equipe técnica responsável: dados do órgão ou entidade (nome e CNPJ) e da equipe técnica (nome, cargo e documentos comprobatórios);
- Caracterização socioeconômica dos beneficiários e família, levantamento das vocações produtivas das famílias.
- Leitura técnico-comunitária da realidade: diagnóstico participativo que contempla o tratamento dos dados conforme legislação vigente sobre proteção de dados pessoais;
- Visão de futuro: desenvolvimento pactuado de uma visão futura, com a definição de demandas prioritárias para o território e para o acesso a políticas públicas, e a previsão de cenários de curto, médio e longo prazo;
- Planejamento do conjunto de ações e atividades por eixos temáticos: definição dos resultados a serem alcançados e dos produtos a serem elaborados, que conduzirão ao alcance dos objetivos específicos, os elementos da estrutura lógica obrigatórios para cada modalidade de intervenção ou operação definidos

em seus anexos específicos;

- Justificativas: fatores que levaram à definição do PTS apresentado, considerando os eixos temáticos e resultados incorporados ao projeto e sua compatibilidade com as características do território, da população, bem como a sua contribuição para a concretização das mudanças pretendidas com o Trabalho Social
- Detalhamento de cada ação ou atividade: descrição metodológica e instrumental, contendo os seguintes elementos: a) especificação do público-alvo a ser atendido; b) especificação e dimensionamento, definindo local de realização, periodicidade, frequência e estimativa de duração, considerando o tempo de planejamento, divulgação, execução e relatoria; c) instrumentos e técnicas escolhidas; d) conteúdos abordados; e) estratégias de comunicação; f) atribuições e perfis dos responsáveis técnicos; g) formas de avaliação pelos participantes; h) meios de verificação; i) matriz de riscos; j) parcerias.
- Acompanhamento: definição da periodicidade de apresentação dos Relatórios de Atividades do Trabalho Social-RATS, conforme cronograma físico-financeiro;
- Monitoramento: O monitoramento é essencial no Projeto de Trabalho Social (PTS), pois permite acompanhar a implementação das ações e avaliar os resultados em tempo real. Para isso, é necessário definir indicadores claros e mensuráveis, como a participação comunitária, o acesso a serviços essenciais e a melhoria das condições de vida. Deve-se também criar um plano de ação detalhado com prazos e responsáveis por cada etapa, garantindo a execução eficiente das atividades. Além disso, é fundamental implantar um sistema de avaliação contínua, com reuniões periódicas para ajustes rápidos e correção de desvios, sempre alinhados às necessidades dos beneficiários.
- Matriz de riscos: A matriz de riscos é uma ferramenta essencial para identificar, avaliar e gerenciar os riscos que podem afetar o sucesso do Projeto de Trabalho Social. Sua elaboração envolve quatro etapas principais: Identificação dos Riscos: Realizar uma análise da comunidade para identificar potenciais riscos, como problemas de infraestrutura, falta de recursos ou resistência à participação. Avaliação da Probabilidade e Impacto: Para cada risco identificado, avaliar a probabilidade de ocorrência e seu impacto no projeto, classificando-os em alta, média ou baixa prioridade. Estratégias

de Mitigação: Desenvolver ações para minimizar os impactos dos riscos, como campanhas de sensibilização, comunicação eficaz e busca por parcerias que possam apoiar o projeto.

- Parcerias: Essenciais para o sucesso de um Projeto de Trabalho Social, as parcerias ampliam a capacidade de execução e garantem a sustentabilidade das ações. Para implementá-las, é necessário identificar parceiros estratégicos, definir papéis e responsabilidades, alinhar objetivos e manter comunicação constante. Avaliações periódicas ajudam a fortalecer e expandir colaborações conforme necessário.
- Composição orçamentária: planilha de custos de cada ação, atividade ou produto proposto;
- Cronograma físico-financeiro: definição do período de realização das ações e atividades, e da entrega dos produtos, com os respectivos desembolsos;
- Comprovação da execução participativa das atividades do processo de planejamento do PTS: relato sistematizado das ações ou atividades realizadas, incluindo a descrição da estratégia de divulgação, o perfil e a quantidade de participantes, a dinâmica adotada, os conteúdos abordados, as interações observadas e os encaminhamentos firmados, acompanhado de registros documentais tais como exemplares de peças de comunicação em meio impresso ou digital, listas de presença, registros fotográficos, avaliação dos participantes e demais documentos comprobatórios.
- Reprogramação das atividades do PTS, caso seja necessário.

9. EIXOS TEMÁTICOS E ESTRUTURA LÓGICA PARA ELABORAÇÃO DO PTS

Eixo I - Mobilização, comunicação e participação social: Tem como objetivo específico fomentar a autonomia, o protagonismo social e a participação das famílias beneficiárias de forma transversal, durante a realização de todas as etapas do Trabalho Social.

A Tabela 1 a seguir apresenta a estrutura lógica do Eixo I, detalhando seus componentes e estratégias para alcançar esses objetivos.

RESULTADOS	PRODUTOS	MEIOS DE VERIFICAÇÃO ¹
I.a) Produção e difusão de conhecimento estratégico sobre a realidade social.	I.a.1) Leitura técnico-comunitária	MVP; e MVC: Projeto do Trabalho Social - PTS
	I.a.2) Visão de futuro	MVP; e MVC: PTS
	I.a.3) Proposta de Comunicação Social sobre a intervenção estabelecida	MVP; e MVC: proposta de comunicação social das ações e atividades previstas no PTS, contendo as estratégias e justificativas
I.b) Arranjos participativos de gestão ou cooperação atuantes no território.	I.b.1) Grupos representativos locais, formados ou fortalecidos.	MVP; e MVC: ato(s) de constituição da comissão, quando houver

Tabela 1 - Estrutura lógica do Eixo I - Mobilização, Comunicação e Participação Social

¹ **Meio de verificação primário - MVP:** relato sistematizado das ações ou atividades realizadas, incluindo a descrição da estratégia de divulgação, o perfil e a quantidade de participantes, a dinâmica adotada, os conteúdos abordados, as interações observadas e os encaminhamentos firmados, acompanhado de registros documentais tais como exemplares de peças de comunicação em meio impresso ou digital, listas de presença, certificados e declaração de participação, registros fotográficos, avaliação dos participantes e demais documentos comprobatórios; **Meio de verificação complementar - MVC:** documentos específicos ou outras evidências, de apresentação obrigatória, que comprovem a entrega dos bens e serviços; **Projeto de Trabalho Social – PTS.**

Eixo II - Sustentabilidade da Intervenção ou Operação: Tem como objetivo específico favorecer a gestão da intervenção pela comunidade beneficiária e fomentar a integração de políticas públicas.

A Tabela 2 a seguir apresenta a estrutura lógica do Eixo II, detalhando os mecanismos para garantir a continuidade e efetividade das ações implementadas.

Tabela 2 - Estrutura lógica do Eixo II - Sustentabilidade da Intervenção ou Operação

RESULTADOS	PRODUTOS	MEIOS DE VERIFICAÇÃO
------------	----------	----------------------

	I.b.2) Beneficiários envolvidos em instâncias de governança e fóruns de participação social	MVP
	I.b.3) Rede de cooperação ou parceria socioterritorial estabelecida	MVP; e MVC: registro de formalização de parceria
I.c) Comissões ou grupos para acompanhamento da intervenção ou operação atuantes.	I.c.1) Acompanhamento participativo da intervenção ou operação realizado.	MVP
II. a) Resultados e efeitos decorrentes da intervenção ou operação reconhecidos pela população.	II.a.1) Atividades de comunicação social para difusão de informações sobre a intervenção ou operação realizadas.	MVP; e MVC: relatório de alcance das abordagens e encaminhamentos.
II. b) Sensibilização da população beneficiária sobre a importância da apropriação dos espaços públicos ou coletivos e dos bens e serviços entregues	II.b.1) Atividades socioeducativas e práticas para apropriação dos espaços públicos ou coletivos, bens e serviços executados pela intervenção ou operação realizadas.	MVP
	II.b.2) Atividades socioeducativas e práticas coletivas de valorização do território, de promoção da cultura de vizinhança, e de fortalecimento do vínculo local realizadas.	MVP
II. c) Condomínio formalizado e com gestão sustentável.	II.c.1) Atividades de apoio à formalização da convenção de condomínio realizadas.	MVP; e MVC: regimento interno, atas, protocolos e/ou cartão de CNPJ de

		condomínios.
	II.c.2) Atividades socioeducativas para gestão e manutenção condominial realizadas.	MVP
	II.c.3) Atividades socioeducativas e práticas coletivas de convivência, uso e corresponsabilidade em condomínio realizadas	MVP
II. d) Beneficiários encaminhados aos serviços socioassistenciais e implementação do Plano de Ação iniciada.	II.d.1) Encaminhamento dos beneficiários aos serviços socioassistenciais.	MVP; e MVC: documento de monitoramento dos encaminhamentos, contendo atores responsáveis e status dos atendimentos.
	II.d.2) Plano de Ação das Demandas Prioritárias pactuado.	MVP; e MVC: documentos de pactuação e Plano de Ações
	II.d.3) Acompanhamento da implementação do Plano de Ação das Demandas Prioritárias realizado.	MVP; e MVC: documentos para registro de evolução.

Fonte: Portaria MCID, nº 75, de 28 de janeiro de 2025

Eixo III - Sustentabilidade Ambiental, Segurança Alimentar e Promoção da Saúde: Tem como objetivo específico fomentar a adoção de práticas de uso sustentável dos recursos naturais, promover a saúde e a segurança alimentar.

A Tabela 3 a seguir apresenta a estrutura lógica do Eixo III, detalhando as estratégias para alcançar esses objetivos e garantir a efetividade das ações propostas.

Tabela 3 - Estrutura lógica do Eixo III - Sustentabilidade Ambiental, Segurança Alimentar e Promoção da Saúde

RESULTADOS	PRODUTOS	MEIOS DE VERIFICAÇÃO
III. a) Uso sustentável dos recursos naturais pelos beneficiários.	III.a.1) Atividades socioeducativas e práticas coletivas para difusão e apoio a iniciativas de sustentabilidade ambiental realizadas.	MVP
III. b) Adoção de hábitos saudáveis e segurança alimentar.	III.b.1) Atividades socioeducativas e práticas coletivas para a promoção da saúde, segurança alimentar e alimentação saudável realizadas.	MVP

III. c) Sensibilização da população sobre práticas de autocuidado e saúde preventiva.	III.c.1) Atividades socioeducativas e de difusão de práticas de autocuidado e saúde preventiva realizadas.	MVP
---	--	-----

Fonte: Portaria MCID, nº 75, de 28 de janeiro de 2025

Eixo IV - Desenvolvimento Socioeconômico: tem como objetivo específico promover a inclusão produtiva, econômica e social e o incremento e gestão da renda familiar.

Tabela 4 - Estrutura lógica do Eixo IV - Desenvolvimento Socioeconômico

RESULTADOS	PRODUTOS	MEIOS DE VERIFICAÇÃO
IV. a) Incentivo ao incremento da renda das famílias beneficiárias implementado.	IV.a.1) Atividades socioeducativas e práticas coletivas de inclusão produtiva, econômica e social implementadas.	MVP; e MVC: documento de monitoramento de encaminhamento para oportunidades.
IV. b) Adoção de práticas de organização financeira pelas famílias beneficiárias.	IV.b.1) Atividades socioeducativas e práticas de educação financeira realizados.	MVP

Fonte: Portaria MCID, nº 75, de 28 de janeiro de 2025

Eixo V - Direitos Humanos, Educação, Cidadania e Cultura: tem como objetivo específico promover os Direitos Humanos, a educação, a cidadania e a valorização e fortalecimento da cultura e das identidades culturais presentes no território, recomendando-se o uso dos espaços coletivos produzidos pela intervenção para manifestações artísticas, educacionais e culturais, e a articulação com os órgãos públicos e organizações e coletivos existentes no território.

Tabela 5 - Estrutura lógica do Eixo V - Direitos Humanos, Educação, Cidadania e Cultura

RESULTADOS	PRODUTOS	MEIOS DE VERIFICAÇÃO
V. a) Valorização das culturas, identidades e memórias da comunidade beneficiária.	V.a.1) Atividades socioeducativas e práticas coletivas de valorização e difusão da cultura, identidade e memória da comunidade beneficiária realizadas	MVP
V. b) Fortalecimento da	V.b.1) Atividades socioeducativas	MVP

promoção dos Direitos Humanos no território.	e práticas coletivas de fortalecimento dos Direitos Humanos no território realizadas.	
V. c) Fortalecimento da Educação.	V.c.1) Atividades socioeducativas ou práticas coletivas de fortalecimento da Educação no território realizadas.	MVP
V. d) Fortalecimento da Cidadania no território.	V.d.1) Atividades socioeducativas e práticas coletivas de fortalecimento da Cidadania no território realizadas.	MVP

Fonte: Portaria MCID, nº 75, de 28 de janeiro de 2025

10. ATIVIDADES DO PROJETO DE TRABALHO SOCIAL EM EDIFICAÇÕES MULTIFAMILIARES

Em regime de propriedade condominial nas edificações multifamiliares em regime de propriedade condominial, a equipe de Trabalho Social deve incluir um profissional com graduação em nível superior, com 2 (dois) anos de experiência de atuação em atividades socioeducativas voltadas à gestão de condomínios;

- Realizar os procedimentos para registro da convenção de condomínio, antes da entrega do empreendimento, no caso de edificações multifamiliares em regime de propriedade condominial;
- Providenciar, no caso de edificações multifamiliares em regime de propriedade condominial, o manual do síndico.
- Criação do Grupo Gestor do Condomínio - GGC deverá ser formado por representantes eleitos pelas famílias beneficiárias, com o apoio do Agente Executor do Trabalho Social.

11. FASES DE EXECUÇÃO DO PTS

PRÉ-OCUPAÇÃO: planejamento do Trabalho Social e o início de sua execução por meio das atividades iniciais de preparação das famílias beneficiárias para a nova realidade com orientações anteriores à assinatura de contrato e entrega das unidades habitacionais;

A fase pré-ocupação deve ser iniciada após a celebração do Convênio do Trabalho Social e estender-se até o momento de assinatura dos contratos com as famílias e entrega das unidades habitacionais aos beneficiários.

FASE PÓS-OCUPAÇÃO: execução de atividades para a integração territorial, a inclusão social e o desenvolvimento socioeconômico das famílias, em articulação com as demais políticas públicas setoriais.

As atividades da fase pós-ocupação devem ser iniciadas logo após a assinatura do contrato com as famílias beneficiárias e ter duração mínima de 18 (dezoito) meses e máxima de 24 (vinte e quatro) meses.

12. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES (Ente público) – 24 meses

ATIVIDADES	FASE PRÉ-OCUPAÇÃO											FASE OCUPAÇÃO DO EMPREENDIMENTO													
	MESES																								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	24	24	
Seleção das Famílias																									
Instituir o Grupo Institucional do Poder Público – GIPP.																									
Apresentar e Aprovar Projeto de Trabalho Social - Preliminar																									
Elaborar Termo de Referência para Licitação do Projeto de Trabalho Social.																									
Realizar Licitação e contratação da empresa especializada.																									
Realizar etapas do Projeto de Trabalho Social até a contratação da empresa especializada.																									
Encaminhar Relatórios de Atividades de Trabalho Social-																									

RATS até a contratação da empresa especializada.																								
Acompanhar e validar a execução do Projeto de Trabalho Social pela empresa contratada.																								
Desenvolvimento Socioeconômico será executado pela Fundação Wall Ferraz pessoa jurídica de direito público interno, ligada a Prefeitura Municipal de Teresina.																								

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES A SEREM EXECUTADAS PELO ENTE PÚBLICO ATÉ A CONTRATAÇÃO DA EMPRESA RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DO TRABALHO SOCIAL													
EIXOS	ATIVIDADES	FASE PRÉ-OCUPAÇÃO			FASE PÓS-OCUPAÇÃO								
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
EIXO I - Mobilização, comunicação e participação social;	Plantão Social na etapa pré-ocupação e ocupação das Unidades habitacionais.	4											
	Acompanhamento social às famílias no processo de entrega de documentos e construção dos Dossiês.												
	Realização de reuniões e eventos informativos com os beneficiários em parcerias com entidades públicas e privadas da região.												
	Visitas institucionais, públicas e privadas da área de intervenção.												
	Planejamento e Monitoramento das atividades; A avaliação de satisfação dos beneficiários.												
	Reunião de orientação sobre gestão condominial, esclarecendo funções do síndico, conselho, prestação de contas e regras de convivência nas áreas comuns.												

EIXO II - Sustentabilidade da intervenção e da gestão condominial;	Oficina sobre uso adequado das áreas comuns, explicando cuidados com circulação, limpeza, equipamentos, horários de uso e manutenção preventiva.												
	Oficina de cuidados básicos com o patrimônio, ensinando práticas simples de conservação, pequenos reparos e uso correto de instalações hidráulicas e elétricas.												
EIXO III - Educação sanitária, ambiental e patrimonial;	Mutirão educativo de limpeza do entorno, para identificação de pontos críticos de resíduos e definição coletiva de pequenas ações de melhoria.												
	Atividade lúdica “Caça ao Lixo” com crianças, em espaço delimitado, promovendo coleta e separação simples para estimular práticas ambientais.												
	Roda de conversa sobre hábitos ambientais, debatendo práticas de limpeza, economia de água e cuidado com o ambiente doméstico e coletivo a partir de exemplos reais da comunidade.												
EIXO IV - Desenvolvimento	Entrevista aos beneficiários para Levantamento de potencialidades e talentos												

socioeconômico e geração de trabalho e renda;	produtivos. Esta atividade será realizada pelo técnico social através de visitas domiciliares e aplicação de questionário.												
	Oficina de educação financeira, com orientações sobre organização do orçamento familiar, controle de gastos e planejamento para pequenos investimentos.												
	Cursos de qualificação profissional.												
	Certificação e eventos de comercialização de produtos artesanais.												
EIXO V - Promoção dos direitos humanos, da cidadania e da valorização cultural	Roda de conversa sobre direitos e deveres dos moradores.												
	Oficina sobre prevenção a violências e proteção social, abordando canais de denúncia, serviços públicos de apoio e estratégias de cuidado coletivo no território.												
	Palestra sobre igualdade racial e de gênero; anticapacitismo; povos tradicionais; população de rua; violência contra a mulher e outras temáticas de interesse da população.												

	Vivência “Mapeamento dos Equipamentos e Serviços públicos do Território”,																	
--	---	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

13. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES (Empresa Contratada) – 18 meses

ATIVIDADES	FASE PRÉ-OCUPAÇÃO						FASE PÓS-OCUPAÇÃO											
	MESES																	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
Realização Diagnóstico Participativo.																		
Elaboração e Aprovação do PTS.																		
Execução do Trabalho Social.																		
Levantamento das Demandas Sociais dos Beneficiários Pós Ocupação (Escolas).																		
Reunião Informativa (Cláusulas Contratuais).																		

Acompanhamento das Vistorias.																		
Acompanhamento da Assinatura dos Contratos junto aos Beneficiários.																		
Contratação de Assessoria para Acompanhamento do Trabalho Social																		

14. ORÇAMENTO.

A empresa contratada para a execução do Projeto de Trabalho Social (PTS) deverá apresentar um orçamento detalhado por atividade a ser proposta em cada eixo do projeto. Esse orçamento deve ser elaborado com base nos valores macro previamente definidos para cada eixo de atuação abaixo. Além disso, a empresa deverá incluir um cronograma de desembolso mensal, indicando os valores previstos para cada mês, de acordo com as atividades e ações planejadas.

O cronograma e o orçamento devem ser claros, transparentes e alinhados com os objetivos do projeto, garantindo a boa gestão dos recursos e o cumprimento das metas estabelecidas.

EIXOS	VALOR
Eixo I - Mobilização, comunicação e participação social	R\$ 82.280,00 (13,75%)
Eixo II - Sustentabilidade da intervenção ou operação	R\$ 82.280,00 (13,75%)
Eixo III - Sustentabilidade Ambiental, Segurança Alimentar e Promoção da Saúde:	R\$ 82.280,00 (13,75%)
Eixo IV - Desenvolvimento Socioeconômico	R\$ 179.520,00 (30%)
Eixo V - Direitos Humanos, Educação, Cidadania e Cultura	R\$ 82.280,00 (13,75%)
Gestão Condominial	R\$ 89.760,00 (15%)
TOTAL DO PTS	R\$ 598.400,00 (100%)

15. RESPONSÁVEL

Documento assinado digitalmente
gov.br ROGERIA LUCIA CLARA DE SOUSA
Data: 08/04/2026 12:01:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Rogéria Lúcia Clara de Sousa
Assistente Social CRESS N° 287
SEMPPLAN – PMT

16. BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Ministério das Cidades. Portaria MCID nº 75, de 28 de janeiro de 2025. Dispõe sobre o Trabalho Social nos programas e ações do Ministério das Cidades. Diário Oficial da União, Brasília, 28 jan. 2025.

BRASIL. Ministério das Cidades. Portaria MCID nº 1.482, de 21 de novembro de 2023. Divulga as propostas de empreendimentos habitacionais enquadrados na linha de atendimento de provisão subsidiada de unidades habitacionais novas em áreas urbanas, com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial. Diário Oficial da União, Brasília, 21 nov. 2023

BRASIL. Ministério das Cidades. Portaria MCID nº 1.482, de 21 de novembro de 2023. Divulga as propostas de empreendimentos habitacionais enquadrados na linha de atendimento de provisão subsidiada de unidades habitacionais novas em áreas urbanas, com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial. Diário Oficial da União, Brasília, 21 nov. 2023.

BRASIL. Ministério das Cidades. Portaria Conjunta MCID, MDHC e MDS nº 4/2025 Dispõe sobre a População de Rua e ou em trajetória de Rua. Publicado no Diário Oficial da União em: 23/04/2025, Edição: 76 Seção: 1 Página: 16.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Caderno de Orientações Técnico Social. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.caixa.gov.br>.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Déficit Habitacional no Brasil: Análise das Necessidades Habitacionais e Políticas Públicas. Belo Horizonte, 2016-2019. Disponível em: <https://www.fjp.mg.gov.br>.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010: Características da População e Domicílios – Resultados do Universo. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2022: Resultados Preliminares da Amostra. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/>.

NAÇÕES UNIDAS. Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/agenda2030/>.